



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 45

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 11 de dezembro de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

Após a chamada das Sras. e dos Srs. Deputadas/os, a Sra. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, no âmbito do **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, com a leitura de diversos votos. A saber:

- **Voto de congratulação Ricardo Moura Tricampeão Nacional**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, usou da palavra o Sr. Deputado José Contente (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de saudação pela conquista de 2 medalhas de ouro, pelo atleta Frederico Ferreira, no Campeonato Europeu de Kickboxing, nas**

disciplinas de Full e Light Contact, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira, participaram no debate os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de pesar referente ao falecimento de Fernanda Trindade, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tendo, de seguida, usado da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*).

Submetido à votação, o voto em questão foi aprovado por unanimidade.

- Voto de pesar referente ao falecimento de Álvaro de Lemos, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto, aprovado por unanimidade, foi apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade.

- Voto de pesar referente ao falecimento de José Figueiredo, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a leitura do voto também pelo Sr. Deputado José Andrade, usou da palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*).

O voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Medeiros, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado, de igual modo, pelo Sr. Deputado José Andrade, participou no debate a Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foram proferidas duas declarações políticas.

Primeiro, pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo participado no debate as Sras. Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

De seguida, pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*). Intervieram no debate os Srs. Deputados Francisco César (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transporte (*Vítor Fraga*).

Entrando na **Agenda da Reunião**, foram discutidos os seguintes pontos:

- **Petição n.º 24/2012 “Pelo urgente equipamento e entrada em funcionamento de uma unidade de radioterapia no novo Hospital da Ilha Terceira”**, apresentada por Orlando Garcia de Ávila, na qualidade de primeiro subscritor.

Lido o relatório pela Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*), usaram da palavra a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Berto Messias (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Ainda no âmbito desta petição, e para uma interpelação à Mesa, usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

- **Petição n.º 7/X – “À Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que tome as medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, haja pelo menos mais um médico oncologista”**, apresentada por Martha Margaret Silva Ramalho Correia, na qualidade de primeira subscritora.

A apresentação do relatório esteve a cargo da Sra. Deputada Arlinda Nunes (*PS*).

Usaram, de seguida, da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), Domingos Cunha (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”**, apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

Sobre a mesma, tomaram a palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Cláudio Almeida (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo

Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), bem como o Sr. Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetida à votação, a proposta de DLR foi aprovada por maioria.

Finalizando os trabalhos, proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 44 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim Ferreira Machado**

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, a nossa manhã está reservada ao PTAP e, como é habitual, vamos começar pelos votos.

Para apresentação de um voto de congratulação referente ao Tricampeão Nacional Ricardo Moura, tem a palavra, pelo PSD, o Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação Ricardo Moura Tricampeão Nacional

Ricardo Moura nasceu em Ponta Delgada a 4 de fevereiro de 1979, é licenciado em Estudos Europeus e Política Internacional pela Universidade dos Açores.

Desde muito cedo começou a destacar-se no desporto, na prática do Body-board, futebol e motocross. Mas são os ralis a sua grande paixão e que o levaram a conquistar títulos ao mais alto nível daquele desporto.

Iniciou-se nos rallies no ano de 1999 com um Toyota Starlet com apenas 2 rodas motorizadas, no *"rally cidade da Ribeira Grande"*.

Em 2008, conseguiu o feito de ganhar o seu primeiro rali, o *"rally ilha Azul"* de 2008, na ilha do Faial. Atualmente conduz um Skoda Fabia S2000, uma viatura de topo.

Ao longo dos anos fez uma caminhada em ascensão, com altos e baixos, como em qualquer percurso desportivo, mas sempre tentando melhorar as suas prestações. Com persistência e dedicação, tomou-se num dos melhores pilotos portugueses da atualidade.

É atualmente Hexacampeão dos Açores de Ralis, foi Tricampeão de Portugal de Ralis de Produção e mais recentemente sagrou-se Tricampeão de Portugal de Ralis em absoluto.

Ricardo Moura, jovem humilde, exemplo para muitos jovens pilotos que estão a iniciar a sua carreira desportiva no desporto automóvel.

No seu carro, eleva sempre bem alto a bandeira da Região, fazendo despoletar a paixão dos açorianos pelo desporto automóvel e demonstrando que os Açores, apesar de serem nove pequenas ilhas no meio do Atlântico, podem criar grandes campeões.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove este voto de congratulação pela conquista do tricampeonato de Portugal de ralis absoluto, dando conhecimento ao próprio Ricardo Moura, ao Grupo Desportivo Comercial, à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting e a todos os patrocinadores do piloto Ricardo Moura.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013

Os Deputados Regionais, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Cláudio Almeida, Luís Garcia, Luís Maurício e Humberto Melo

Deputado Manuel Pereira (PS): E ao pai!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai, naturalmente, subscrever e associar-se a este voto, porque também considera que o hexacampeão Ricardo Moura é *primus inter pares* nesta modalidade desportiva e, com base nisso, e também porque ele representou os Açores, amanhã apresentaremos também um voto de congratulação.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: De seguida, temos um voto de saudação, penso que, referente ao campeonato regional de Kickboxing, apresentado pelo CDS. Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

No passado dia um de novembro realizou-se na Áustria o Campeonato Europeu de Kickboxing.

A prova organizada pela World Kickboxing Federation contou com cerca de 550 lutadores de 30 países, sendo a Seleção Portuguesa composta por três

atletas, um deles o terceirense Frederico Ferreira, que conquistou duas medalhas de ouro.

Frederico Ferreira, 34 anos, licenciado em Treino Desportivo de Alto Rendimento e com um mestrado em Educação Física Escolar, é um dos principais intérpretes do Kickboxing na ilha Terceira e nos Açores.

O atleta, natural de Angra do Heroísmo, que já se havia sagrado Campeão Ibérico em 2002, foi campeão Regional de Kickboxing durante sete anos e, a nível nacional, conquistou a Taça de Portugal, em 2009, e alcançou o título português da modalidade em 2011 e 2012. É treinador e atleta na Academia Desportiva dos Açores.

Agora, pela primeira vez a participar no Campeonato Europeu, Frederico Ferreira trouxe na bagagem para os Açores duas medalhas de ouro conquistadas nas disciplinas de Full e Light Contact.

“O ouro sempre foi um sonho, mas erguê-lo por duas vezes vai para além do imaginável”. Foi assim que o próprio atleta assumiu a conquista de tão importantes títulos.

A prestação de Frederico Ferreira no Campeonato Europeu de Kickboxing foi notável, até porque a competição envolveu combates de elevado nível técnico. O atleta fez a primeira prestação na modalidade de Full Contact, tendo como adversário um romeno.

No segundo combate, então em Light Contact, Frederico Ferreira teve como adversário um austríaco, eliminado em poucos minutos, o que explica o seu enorme potencial. A aguardada final realizou-se contra um turco.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o atleta Açoriano, natural da ilha Terceira, Frederico Ferreira, pela conquista de duas medalhas de ouro no Campeonato Europeu de Kickboxing, nas disciplinas de Full e Light Contact.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta e à Academia Desportiva dos Açores.

Os Deputados Regionais, Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com naturalidade e muito alegria que o PSD se associa a este voto do CDS e que nos regozijamos com os resultados alcançados pelo Frederico Ferreira.

Este atleta e treinador trabalha arduamente para estes resultados e, como todos compreenderão, resultados desta dimensão e desta importância não se conseguem sem muito empenho, sem muito esforço, sem muito suor e sem muito sacrifício.

Trabalha muitas vezes sozinho e lutando contra obstáculos que outros se esforçam por lhe colocar pela frente. Este é um atleta 100% açoriano e que se treina a si próprio. Não é mais um dos incontáveis mercenários que pululam na região e que sugam dinheiro que a região e os clubes dos Açores não têm com o patrocínio deste e de governos anteriores.

Há treinadores que nem põem os pés na região, neste momento.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é grave. Devia denunciar!

Deputado Luís Garcia (PSD): A verdade dói!

O Orador: Este é o bom exemplo em oposição ao monte de clubes falidos, altamente subsidiados pela região, tantas e tantas vezes sem apresentarem um único açoriano a competir.

Parabéns ao Frederico e aos atletas açorianos de gema.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PPM associa-se a este voto de saudação.

Aqui está mais uma modalidade em que os Açores poderiam ter um papel absolutamente fundamental e em que estes atletas, neste caso específico, podiam representar os Açores, podiam representar a nossa região e podiam dar esta visibilidade especificamente à Região Autónoma dos Açores.

Aqui está um bom exemplo, um excelente exemplo que vai ao encontro daquela que é a proposta do PPM de se criarem as seleções desportivas açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar, de imediato, à votação. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos agora nos votos de pesar.

Para a leitura do voto de pesar referente ao falecimento de Fernanda Trindade, pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS):

Voto de pesar referente ao falecimento de Fernanda Trindade

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O mundo não é de ninguém, mas é de todos. Pelo altruísmo vamos conquistando com maior ou menor capacidade o nosso lugar no mundo. Porque ninguém existe sozinho, o mundo concretiza-se também pelos outros. E pela marca que deixamos na comunidade em que nos coube viver. A Fernanda Trindade trilhou este caminho e deixou este legado. O legado do trabalho em prol dos outros. No fundo, o trabalho nobre do altruísmo. Porque soube, sempre, trilhar um caminho para os outros. Que fez antes pelos doentes deslocados, e que depois teve de o fazer, infelizmente, por si também.

Fernanda Correia Garcia Trindade nasce a 18 de Abril de 1945, na freguesia da Feteira no Faial. Após terminar o curso do Magistério Primário, inicia a docência na Escola Primária das Fontinhas, na ilha Terceira.

Durante 30 anos dedicou a sua vida ao ensino, trabalhando para o sucesso educativo dos seus alunos e para a melhoria das circunstâncias pedagógicas do seu tempo. Desempenhou funções de orientadora de estágio no Magistério de Angra, de monitora de cursos de sensibilização e desenvolveu durante dois anos uma colaboração com a área da educação especial.

Desempenhou funções na então designada Direção Regional de Orientação Pedagógica onde procedeu à compilação regional de conteúdos relativos à área programática do Meio Físico e Social.

Em 1978, foi a impulsionadora do primeiro jornal escolar na ilha Terceira, “O Catavento”, e do primeiro jornal escolar da Região, “Janela Aberta”, e criou e coordenou na Região os designados SADAS, um serviço que prestava auxílio a crianças com um percurso de insucesso escolar.

Quando adoece, no final da sua carreira profissional, apercebe-se, por experiência própria, das carências e vulnerabilidades de quem, por motivos de doença, tem de se deslocar para fora da sua ilha de residência. E, a 30 de Agosto de 1996, funda a Liga dos Amigos do Hospital de Angra.

Esta instituição, sob a sua direção até março de 2013, não se limitou a aconselhar os doentes deslocados, mas desenvolveu um importante trabalho de acompanhamento e apoio. A Liga, como ela a designava, nunca foi uma instituição passiva, antes uma participante dedicada nas sempre difíceis situações de doença, em que a debilidade humana se acentua.

A Fernanda Trindade soube sempre desenvolver junto das entidades competentes um esforço assíduo pela melhoria das condições dos doentes deslocados, fossem elas de foro financeiro, de alojamento ou do simples, mas essencial, acompanhamento.

Concretiza primeiro a criação duma residência em Lisboa para doentes deslocados. Em 2000, cria uma residência em Coimbra com o mesmo objetivo.

E em 2008, concretiza, finalmente, o sonho em Angra, com a abertura da Casa Solidária junto ao Hospital.

Mas ávida de aprofundar a ajuda aos doentes deslocados, foi também pela sua capacidade de iniciativa que se deu início à celebração de protocolos com unidades de saúde do continente para a deslocação de especialistas à sede da Liga.

Tenaz e determinada, persistente e incansável, desenvolveu um trabalho assinalável através da Liga dos Amigos do Hospital, em benefício dos outros. E quantas vezes em detrimento de si mesma.

Após a sua aposentação, em 2004, desempenhou o cargo de deputada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo círculo eleitoral da ilha Terceira, assumindo nestas funções as suas causas de sempre e a defesa da ilha por que havia sido eleita e que havia, ela própria, elegido como sua.

Em 2010, é condecorada com a Medalha de Mérito Filantrópico pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e em 2013 recebe a Insígnia Autónomica de Valor no Dia da Região.

Após travar uma longa batalha com a doença, acaba por falecer a 25 de Outubro último, aos 68 anos de idade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo seu falecimento, e que dele dê conhecimento aos seus familiares, expressando as nossas mais profundas e sentidas condolências.

Horta, sala das sessões, 11 de Dezembro de 2013

Os Deputados Regionais, Cláudia Cardoso, Berto Messias, Francisco Coelho, Paulo Borges, António Parreira e Domingos Cunha

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira, tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores quer, naturalmente, associar-se a este voto de pesar pelo falecimento de Fernanda Trindade.

Fernanda Trindade foi uma lutadora e uma mulher de causas, entregando-se a cada uma delas com a mesma dedicação, empenho e generosidade. Foi assim enquanto professora, orientadora, deputada, porque era assim enquanto pessoa.

Deixa o seu nome associado a várias obras, mas é, de facto, a Liga dos Amigos do Hospital de Angra do Heroísmo, da qual, já doente, foi fundadora, a sua obra maior.

Foi, sem dúvida, uma grande perda que todos lamentamos.

O seu nome ficará, porém, na memória de todos pelo muito que fez por todos.

Obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de pesar referente ao falecimento de Álvaro de Lemos, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar referente ao falecimento de Álvaro de Lemos

Nasceu em Lisboa mas escolheu os Açores para a segunda metade da sua vida.

De 16 de dezembro de 1929 a 29 de novembro de 2013 teve uma vida cheia de rádio.

Com 4 anos, já dizia versos na Rádio Graça de Lisboa.

Com 14 anos, é convidado a trabalhar no Clube Radiofónico de Portugal, como o mais jovem locutor português.

Com 28 anos, é o repórter marcante do histórico programa “A Invasão dos Marcianos”, que revolucionou a rádio portuguesa.

Com 31 anos, vai para África chefiar os locutores do Rádio Clube de Moçambique.

Com 45 anos, regressa a Portugal e aceita o convite para integrar o quadro de pessoal da RDP/Açores.

Com 71 anos, cessa oficialmente uma carreira de um quarto de século ao serviço da rádio pública açoriana mas, ainda assim, continua a colaborar graciosamente com a sua e nossa RDP – sempre e até ao fim.

O mais jovem locutor português acabou por ser o mais idoso realizador açoriano.

Aqui deixa o seu nome ligado também à imprensa e à televisão. Na revista Top Açores, no jornal Correio dos Açores e na RTP/Açores, onde encarnou o inesquecível personagem “Avô Fajeca” do programa infantil da televisão açoriana, foi um homem da comunicação ao serviço das ilhas.

Senhor de uma imensa sensibilidade, foi ainda amador de teatro. Desde a sua estreia no palco do Éden Teatro de Lisboa sob a orientação do ator Eugénio Salvador, com apenas 8 anos de idade, até à sua participação na série televisiva “O Barco e o Sonho” do realizador José Medeiros, já então com 6 décadas de vida.

A sua voz suplantava o seu nome.

Chama-se Álvaro de Lemos e viverá para sempre na memória da rádio açoriana. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento do radialista de adoção açoriana Álvaro Arnaldo Almeida Correia de Lemos, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e à RDP/Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013

Os Deputados Regionais, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Maurício e Humberto Melo

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos colocar à votação este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de pesar referente ao falecimento de José Figueiredo, tem também a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar referente ao falecimento de José Figueiredo

José Figueiredo nasceu na freguesia de Santo Espírito da ilha de Santa Maria em 1945 e faleceu na sua comunidade açor-americana de Hudson, próxima de Boston, a 9 de novembro de 2013.

Foi um professor universitário imparável e um dinamizador comunitário incansável.

Como académico de costa a costa, formou-se no Estado da Califórnia e lecionou no Estado do Massachusetts. Em 1960, emigrou com a família para a costa americana do Pacífico, onde completou a Oakland Technical High School e fez uma primeira licenciatura em Espanhol e Alemão na San Francisco State University. Em 1970, atravessou os Estados Unidos para fixar residência definitiva na costa americana do Atlântico, junto à comunidade mariense de Hudson.

Aqui baseado, fez o Mestrado de Românicas no Boston College e o Doutoramento em Ciências da Educação no Boston State College. Fez ainda pós-Doutoramentos em Literatura Portuguesa na Universidade de Massachusetts e na Universidade de Harvard. Além disso, é também diplomado pelas universidades de Coimbra, dos Açores, do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Trabalhou mais de 30 anos nas escolas públicas de Cambridge, como professor administrador, e lecionava na Boston University desde 2002.

Mas a sua superior carreira académica em nada impediu a sua humilde dedicação comunitária.

Ao serviço da comunidade açoriana da área de Boston e da própria Região Autónoma dos Açores, foi co-fundador da Escola Portuguesa de Hudson e da Escola Portuguesa de Cambridge e Somerville; foi co-fundador do programa radiofónico “Portugal 73” e cronista do jornal “Hudson Sun”; foi presidente geral da União Portuguesa Continental e da Luso American Life Society; foi membro do Hudson School Committee e co-fundador dos Amigos de Santo Espírito; foi coordenador do Rancho Folclórico de Cambridge e presidente da organização do centenário da chegada do primeiro português a Hudson celebrada em 1986.

Pelos relevantes serviços prestados ao seu país de proveniência e à sua comunidade de residência, foi condecorado com a “Medalha da Ordem Oficial do Infante D. Henrique” em 1986 pelo então Presidente da República Mário Soares e foi distinguido com o “Prémio Peter Francisco” da União Portuguesa Continental, que havia sido anteriormente atribuído ao presidente norte-americano John Kennedy.

Pelos relevantes serviços prestados à sua região de naturalidade, bem merece, pelo menos e por agora, o Voto de Pesar do Parlamento dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento do professor universitário e dinamizador comunitário José Moreira Figueiredo, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e ao Clube Português de Hudson, de que foi fundador.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013

Os Deputados Regionais, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Maurício e Humberto Melo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tomo a palavra apenas para informar a câmara que o Partido Socialista subscreve e associa-se a este voto de pesar pelo desaparecimento de um ilustre mariense e que amanhã apresentará também um voto de pesar por esta lamentável perda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O último voto de hoje é um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Medeiros, apresentado também pelo Sr. Deputado José Andrade do PSD.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de pesar pelo falecimento de Manuel Medeiros

No dia 23 de outubro de 2013, em Setúbal, virou-se a última página para o Epílogo de uma vida dedicada aos livros.

O Prefácio para o livro da sua vida começara a ser escrito na Água Retorta do concelho micaelense da Povoação, a 14 de janeiro de 1936.

O primeiro Capítulo passa-se ainda em terras açorianas e tem como personagens o Padre Manuel Medeiros e o Professor Manuel Medeiros.

O segundo Capítulo decorre já no continente português e tem como protagonista o livreiro Manuel Medeiros.

O antigo sacerdote açoriano fixa residência definitiva em Setúbal no ano de 1971 e depressa institui, com a sua companheira para a vida Fátima Ribeiro Medeiros, a mais emblemática livraria da cidade de Bocage.

A CULSETE abre portas a 1 de outubro de 1973 e marca desde então a vida cultural de Setúbal. Desde logo, como cais de partida para a valorização do livro e a promoção da leitura, mas também – e sobretudo – como porto de abrigo de escritores e editores.

Aliás, para o próprio Manuel Medeiros, que se intitulou e popularizou como “Livreiro Velho”, uma livraria não deve resignar-se “como mercearia de livros”, mas antes assumir-se “como centro de convívio, como oficina de leitura, como especialização documental”.

Por isso instituiu o Encontro Livreiro, que definia como “um convívio anual das gentes do livro, nos inícios da Primavera, à volta de um moscatel de Setúbal”.

Já no Outono da sua vida, a celebração dos 40 anos da sua CULSETE traduziram uma sentida homenagem da cultura setubalense ao livreiro açoriano.

Livreiro e escritor e poeta. Com o pseudónimo Resendes Ventura, publicou em 2009 um livro único intitulado *Papel a Mais*, onde resume o sentido da sua vida numa frase lapidar: “Sem cultura não há progresso e sem leitura não há cultura”.

Que haja memória para com este filho da terra.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento do livreiro e escritor açoriano Manuel Medeiros, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e ao Município de Setúbal.

Horta, Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2013

Os Deputados Regionais, António Marinho, António Ventura, José Andrade, Luís Garcia, Bruno Belo, Luís Maurício e Humberto Melo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Benilde Oliveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Padre Manuel Medeiros foi um ilustre livreiro, professor, escritor e poeta açoriano, oriundo de São Miguel.

Este homem projetou o concelho da Povoação no contexto cultural açoriano e nacional e, como tal, o Partido Socialista também se associa a este voto de pesar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos os votos. Vamos avançar para as declarações políticas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 2004, o Bloco de Esquerda/Açores apresentou, aos/às Açorianos/as, uma proposta a que chamou “Âncora para o desenvolvimento dos Açores”.

O núcleo dessa proposta tinha, como base, o Mar.

Defendíamos nós, há dez anos, que um dos projetos âncora para o desenvolvimento económico dos Açores era, exatamente, o Mar.

Como dizíamos ao tempo (e mantemos), partir do embrião que representava o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, sediado no Faial - embrião este que tinha, e tem, cada vez mais, respeito científico nacional e internacional -, para a criação de um Centro Internacional de Investigação do Mar (além de outras valências), era um projeto ambicioso, um projeto que ultrapassava as fronteiras da Região, um projeto nacional, concretizado nos Açores.

Não o fizemos por luxúria intelectual. Fizemo-lo, porque pugnamos pelos Açores. Fizemo-lo, pela compreensão clara de que os Açores podem ter, no mundo, um papel cimeiro, naquilo a que hoje muitos chamam “a economia do

mar”. Fizemo-lo, porque é possível tirar partido das nossas magníficas condições geográficas, bem como do conhecimento já adquirido, para novos patamares de desenvolvimento, de criação de riqueza, de bem-estar para as pessoas que aqui vivem e trabalham e, paralelamente, de polo de atracção de jovens qualificados dos Açores, do País e do mundo.

Há dez anos, avançámos com a proposta e, desde então, temo-nos batido por ela mas, à exceção de sectores ligados à investigação científica, o silêncio (e até o desdém) é o que temos recebido de todos os Partidos: - dos Partidos da oposição e, mais enfaticamente, do Partido do Governo Regional, mais preocupado em gerir a sua teia de interesses, nos pequenos negócios, para alimentar clientelas políticas (com as quais gasta milhões de euros), do que na ambição de projetar os Açores como valência científica da chamada “economia do futuro”, no País e no mundo.

Se dos outros Partidos da oposição - em particular, do PSD, para quem pensar Açores, projetar Açores, é assunto de pouca monta, comparado com a necessidade permanente de defender o Governo da Passos Coelho,...

Vozes de alguns Deputados do PSD: Não apoiado!

A Oradora: ... seguido de perto pelo CDS/PP -,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem: PP!

A Oradora: ... pouco mais haveria a esperar, ao Partido Socialista e ao seu governo de dezassete anos, outra exigência era devida.

Mas, infelizmente, também do Partido Socialista, o arrojo foi pouco.

Foi preciso vir uma empresa do Canadá - a Nautilus -, oriunda de um país (entre outros) que, em tempo, se virou para a economia do mar, para fazer acordar o Governo Regional. Nesta lógica, há cerca de dois anos, também a União Europeia (pressionada por interesses económicos poderosos) iniciou processos legislativos sobre o potencial de riqueza dos fundos marinhos.

No acordar para esta questão, também o Governo da República legisla, agora, sobre esta matéria, através da Proposta de Lei de Bases do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo.

Lei que, na sua essência, privatiza o mar português, para servir os interesses económicos das grandes empresas mundiais; lei que abre as portas ao extermínio de outros sectores da economia do mar, desde que colidam com os interesses dos ‘novos senhores’ dos caminhos marítimos; e também lei que faz tábua rasa dos direitos legais dos Açores, consignados na Constituição Portuguesa e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Estamos a falar de uma Proposta de Lei que determina a exclusividade da gestão do Mar e da exploração dos fundos marinhos, pelo Governo da República.

No concreto e, atualmente, referimo-nos a 1,8 milhões de quilómetros quadrados de área marítima, sendo que a maior parte é mar dos Açores. E caso a ONU aprove, no ano que vem, a proposta nacional de alargamento da plataforma continental, passará para 4 milhões de quilómetros quadrados, continuando a ser a maior parte mar dos Açores.

A exploração destes fundos marinhos, só em cobalto, renderá (segundo estimativas) mais de 200 milhões de euros por ano, fora a exploração de outros minérios e diversas potencialidades na bioquímica.

Como há dez anos afirmámos, uma das âncoras do futuro dos Açores está aqui. E, apesar do atraso, a pergunta que se coloca é esta: como vamos defender esta riqueza, garantindo a sua sustentabilidade?

Em Maio deste ano,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Submarinos, Sra. Deputada! Quatro submarinos!

A Oradora: ... este Parlamento aprovou um Projeto de Resolução, da autoria do Partido Socialista, no qual se comprometia a defender os direitos (constitucional e estatutariamente consignados) de gestão sobre o nosso espaço marítimo.

Sendo este o primeiro passo para defender interesses cruciais dos Açores (os quais tiveram da ministra Assunção Cristas, numa primeira abordagem, um desrespeito colonial), sobre as nossas pretensões, estatuídas em Lei, importa

perguntar também - hoje e aqui, na Assembleia Legislativa dos Açores - aos Partidos do auto-intitulado “arco da governação” (PS, PSD e CDS) o que vão fazer para obrigar os seus partidos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigam?! Isto não é a Albânia!

A Oradora: ... a nível nacional, a alterar a referida Proposta de Lei.

E, em última instância, saber se os Deputados e a Deputada dos Açores, destes mesmos Partidos, na Assembleia da República, caso a Lei não seja alterada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O CDS não tem partido!

A Oradora: ... votam a favor dos Açores ou a favor da proposta do Governo da República?

Está, mais uma vez, na hora de mostrarem que “os Açores estão primeiro”.

E, acerca deste assunto, outras perguntas se impõem: - porque não torna público o Governo Regional o negócio que tem com a Nautilus? Como pensa o Governo Regional garantir os meios necessários, quer para fiscalizar e controlar os eventuais desmandos de uma prospeção contrária aos interesses de outras atividades económicas do mar, quer aos mais que prováveis atentados ambientais?

Como é óbvio - e tendo em conta o potencial económico estimado desta exploração - porque é que o Governo Regional não tem a ambição de aceitar a proposta do Bloco de Esquerda e batalhar para a constituição, nos Açores, de um verdadeiro Centro de Investigação Internacional?

Se o conhecimento, o saber, é sempre a melhor arma de defesa e de salvaguarda de qualquer exploração sustentável, também, neste caso, pode ser a alavanca para a abertura de ‘novos mundos’, na economia açoriana.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvimos com atenção a sua intervenção, Sra. Deputada Zuraida Soares. Não posso deixar de fazer um ligeiro reparo ao seu tom. Esta tem sido uma matéria que tem unido todos os partidos nesta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: E essa, parece-me a mim, é a nota mais importante: apesar das divergências, das diferentes ideologias e das diferentes convicções políticas, em torno da defesa do mar dos Açores, sempre que a questão foi suscitada e sempre que houve iniciativas nesta Assembleia, e nesta legislatura houve já duas, uma da iniciativa do PSD e uma da iniciativa do Partido Socialista, esta Assembleia esteve sempre fortemente unida em torno da defesa do mar dos Açores. E penso que essa deve continuar a ser a nota: união em torno da defesa do nosso mar.

Não posso, no entanto, Sra. Deputada, deixar de lhe lembrar que o Governo Regional dos Açores não chegou hoje à história da defesa do mar. Não foi uma descoberta que fizemos agora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): À casa das máquinas, esta!

A Oradora: E fizemos um caminho pensado, Sra. Deputada.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

A Oradora: Recordar-se-á que o Governo Regional começou por, na anterior legislatura, trazer a esta casa a proposta do Parque Marinho dos Açores, inédita não só em Portugal, mas na Europa, onde criámos um conjunto importantíssimo de áreas marinhas protegidas e ousámos ir para além das 200 milhas náuticas.

Como é que pode a Sra. Deputada depois vir aqui dizer o que disse sobre a postura do Governo Regional dos Açores?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Ou seja, começámos por impor limites àquela que poderá vir a ser a exploração de recursos no mar dos Açores e poderá vir a ser porque a Sra. Deputada sabe tão bem ou melhor até se calhar do que eu que essa tecnologia

está ainda em desenvolvimento e, portanto, isto não é uma coisa que vai começar a acontecer amanhã.

Portanto, a primeira coisa que havia a fazer era impor limites, definir áreas protegidas (lembro-lhe que, por exemplo, nessas áreas protegidas estão as fontes hidrotermais, precisamente para que não se possa fazer nas nossas fontes hidrotermais o que aconteceu em ecossistemas da mesma natureza em outros locais do mundo).

Depois disso, depois de criarmos estas reservas, o Governo Regional trouxe a esta Assembleia, e nós aprovámos, o “Regime de Regulação e Aproveitamento de Bens da Crosta Terrestre”, que faz o quê, esse regime? Esse regime impõe um conjunto importantíssimo de regras que visam minimizar os impactos ambientais de uma eventual exploração de recursos no mar dos Açores. Mas visa mais do que isso: visa assegurar que quando essa exploração venha a ocorrer, os Açores sejam os principais beneficiários dessa atividade.

No entretanto, fomos efetivamente confrontados com a proposta de Lei de Bases de Gestão do Espaço Marítimo Português onde, efetivamente, a República tentou lançar a sua mão sobre aquele que é o mar dos Açores e excluir-nos de todo e qualquer processo de decisão. Mas devo lembrar-lhe que no entretanto esteve em curso a elaboração da estratégia marinha pelo Governo da República, na qual o Governo dos Açores, mercê de extraordinários esforços de negociação, conseguiu introduzir, porque não estava na versão inicial, o reconhecimento das competências específicas das regiões autónomas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os estatutos!

A Oradora: ... o reconhecimento expresso do Parque Marinho dos Açores e o reconhecimento de que o sucesso de uma estratégia marinha para o mar depende de uma efetiva participação das regiões autónomas nos processos de decisão.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Esta é que é a questão!

A Oradora: Se isto não é uma vitória do Governo Regional dos Açores, Sra. Deputada, não sei de que é que a senhora fala. É uma vitória que reverte a favor

dos Açores, mas que resulta dos esforços desenvolvidos pelo Governo Regional dentro do grupo de trabalho da estratégia nacional para o mar.

Quanto à Lei de Bases, Sra. Deputada, temos feito tudo o que está ao alcance do regime autonómico. Neste momento, a senhora sabe que a Assembleia da República criou um grupo de trabalho, porque as críticas não vieram só da Região Autónoma dos Açores, as críticas a essa lei choveram de um conjunto enorme de instituições, de norte a sul do país, e regiões autónomas incluídas. Face a isso, a proposta desceu novamente à comissão, foi criado um grupo de trabalho que envolve duas ou três comissões da Assembleia da República, nós fomos lá, apresentámos as nossas propostas, estamos a acompanhar o processo e não laçaremos mão de nenhum meio que temos ao nosso alcance e que seja necessário usar para defender o mar dos Açores.

Essa tem sido a postura do Partido Socialista, do Governo Regional, temos estado na linha da frente e lá continuaremos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, o mar tem sido sempre a riqueza que nos tem unido e eu, por variadíssimas razões, já há muito tempo que defendo que existem riquezas no mar açoriano, muitas delas não vistas (porque a minha especialidade é microbiologia) e de há muitos anos a esta parte que, seguramente, foram identificadas novas espécies, patenteadas por outras universidades, ao longo do mundo, e que nós, hoje, não temos qualquer direito sobre elas.

Tenho que fazer aqui um reconhecimento público que, efetivamente, esta casa sempre se uniu quando foi para defender os assuntos do mar e a riqueza do mar,

nomeadamente na anterior governação em que se deu um passo muito importante no sentido de que os resultados da investigação realizada em relação aos recursos do mar açoriano fossem da posse da região e o que é seu a seu dono tem que ser.

Não percebo por que é que agora, completamente a contra ciclo e a destoar, o Bloco de Esquerda vem aqui criar uma clivagem, até porque na sua intervenção não ficou nada claro qual é que era a preocupação do Bloco de Esquerda, Sra. Deputada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... se eram os recursos do mar açoriano, se era o Centro de Investigação Internacional. Porque devo lembrar-lhe que os centros de investigação internacionais são muito interessantes, mas a partir do momento em que existe um centro de investigação internacional sediado nos Açores tem tanto direito como as equipas açorianas de patentear todos os resultados que daí decorrerem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora toma!

A Oradora: Acho muitíssimo bem que os investigadores açorianos tenham participações, projetos em comum, agora um centro de investigação internacional sediado na região, é preciso ter muitíssimo cuidado se a sua verdadeira preocupação, Sra. Deputada, são os recursos marinhos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E mais. Em relação à sua pergunta. Se sempre foi tão contra os submarinos, os submarinos uma das coisas que podem é dar um contributo valiosíssimo exatamente na prospeção das riquezas dos nossos mares.

E mais. Lembro-lhe que o CDS-PP não tem nenhum deputado açoriano com assento na Assembleia da República.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Está a lamentar?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, a questão do mar e a defesa dos direitos sobre o nosso mar e sobre os nossos fundos marinhos tem levado este Parlamento a tomar algumas posições, quer no passado, quer nesta legislatura, por unanimidade, contra algumas intenções e alguma legislação nacional, e a Sra. Deputada Isabel Rodrigues já aqui o disse.

A Sra. Deputada Zuraida Soares, na sua intervenção, referiu que ainda há bem pouco tempo tinha existido um Projeto de Resolução do Partido Socialista sobre esta matéria. Eu recordo que houve também um do Partido Social Democrata na defesa dos direitos do mar e dos fundos marinhos dos Açores, que também foi aprovado nesta casa, por unanimidade, e quando a senhora (e eu não quero deixar de lhe responder a esse repto) deixava a questão, na sua intervenção de que lado é que estarão os supostos partidos de apoio ao Governo da República, Sra. Deputada, isso já está há muito dito da parte do PSD-Açores e eu recordo só um parágrafo desse Projeto de Resolução, que tive o privilégio de apresentar em nome da bancada do Partido Social Democrata dos Açores e reafirmo aquilo que disse na altura: “Pela nossa parte, reafirmamos que estaremos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de Governo próprio em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar e defender os direitos e as competências da região sobre os mares e respetivos recursos”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, da parte do PSD-Açores, como diversas vezes já foi reafirmado nesta legislatura, estamos, e como sempre, e neste caso em particular já demos provas disso, ao lado dos Açores, dos nossos direitos sobre os mares dos Açores.

Mas queria também dizer que nesta matéria exige-se mais do que apenas estar contra esta ou aquela proposta, esta ou aquela legislação, este ou aquele caminho que eventualmente é proposto por outra instância.

Nesta matéria exige-se também do Governo Regional que defina uma estratégia para a chamada “economia azul”, a economia do mar.

Passaram a campanha eleitoral toda a dizer e a afirmar que o mar seria agora a prioridade do Governo Regional, que o mar seria agora a grande aposta do Governo Regional e, depois, começamos por ver alguns factos que são absolutamente contraditórios com essa propaganda eleitoral. Desde logo, o mar desapareceu da orgânica do Governo.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Estava a ir tão bem!

O Orador: Aquilo que devia ser a grande aposta do Governo Regional, depois, na orgânica do Governo, desaparece.

Mas tão grave ou mais grave do que isso é que em todos os...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O mar não é um recurso natural?!

O Orador: ... pontos e todos os documentos que vieram a esta casa para debate há a inexistência de uma estratégia para a economia do mar. Essa omissão aconteceu no Programa do Governo; essa omissão aconteceu nas Orientações de Médio Prazo 2013/2016; essa omissão continua nos Planos para 2013 e 2014.

Nós não percebemos qual é o caminho, qual é a estratégia que o Governo definiu para essa aposta na economia do mar.

E essa omissão não é apenas referida pelo PSD-Açores ou pelos partidos da oposição. É ir ver os pareceres dos parceiros sociais aos diversos documentos que eu aqui referi e constatar que, efetivamente, esses parceiros sociais também sublinham essa omissão sobre a estratégia para a economia do mar.

E uma referência final, que é bom que se cultive o conhecimento nestas matérias: a questão da prospeção dos fundos marinhos. Este é um bom exemplo disso. Nesta e em outras matérias, tudo é tratado em segredo e, portanto, quando se quer consensos nesta matéria, quando se apela a consensos na defesa dos interesses do mar, e nós estamos disponíveis para isso, isso requer, da parte do Governo, um outro envolvimento e um outro conhecimento sobre matérias tão importantes para o nosso futuro e que esse envolvimento e, sobretudo, esse

conhecimento não têm existido e exige-se que o Governo Regional seja mais claro e dê mais informações sobre o ponto da situação de matérias tão importantes para o nosso futuro.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que o Bloco de Esquerda traz a esta casa é uma matéria bastante relevante.

A questão do mar dos Açores é uma questão absolutamente estruturante para o futuro da nossa região, eu diria até para o futuro do nosso país.

Como se sabe, hoje, o país está a apostar fortemente no tal conceito do país de 4 milhões de quilómetros quadrados de jurisdição, aproximadamente metade da área terrestre dos Estados Unidos. É uma área enorme. Alguns investigadores apresentam agora algumas analogias com aquilo que significou a extensão do território colonial português no século XIX.

Falam da existência de um novo mapa cor-de-rosa, no sentido de que esta significa uma enorme oportunidade do ponto de vista dos recursos, do ponto de vista da dimensão do território marítimo e que o país não está a fazer o esforço necessário para que este território tenha condições para que esta jurisdição portuguesa, esta jurisdição açoriana venha a ter concretização prática e seja plenamente assegurada.

O primeiro ponto é: o Estado necessita de alocar mais recursos para que não se venha a dizer, como se disse, em relação às zonas africanas que estavam incluídas no mapa cor-de-rosa, que Portugal não tem capacidade para implementar níveis de jurisdição adequados àquelas que são as

responsabilidades internacionais que o Estado passa a ter a partir do momento em que lhe é reconhecida a jurisdição.

E nesse sentido eu considero que esse é um dos pontos absolutamente estruturantes: exigir que o Estado aqui, na região, coloque, porque nós representamos, de acordo com as contas que tenho feito, 2 milhões e 600 mil quilómetros quadrados dos 4 milhões que o país terá. Ou seja, a Zona Económica Exclusiva mais a extensão da Plataforma Continental formarão esses 4 milhões de quilómetros quadrados, mas grande parte, a esmagadora maioria, é território de jurisdição açoriana.

Portanto, o mar português é, em grande parte, o mar açoriano.

Devo dizer que, colocadas as coisas, nesta importância, neste vetor estratégico, é importante que se tenha em conta que, como a Sra. Deputada do Partido Socialista bem referenciou, neste momento, a evolução tecnológica não permite que a exploração do potencial que, entretanto, já foi referenciado, tenha ainda uma existência real.

Mas a evolução tecnológica está a acelerar-se, até tendo em conta a necessidade destes recursos para o futuro da humanidade. E, portanto, nesse sentido, é perspectiva que, daqui a uns 10, 15 anos, de acordo com os trabalhos que tenho lido, estes recursos possam ser explorados em grande escala. E aí nós vamos ter um conjunto de recursos. O Secretário de Estado de há três anos, do Governo da República responsável por estas matérias, numa entrevista célebre ao *Diário de Notícias*, falava em 67 biliões de recursos disponíveis, por ano, que é um número absolutamente espantoso em termos daquilo que significa não só os recursos do país, como também o próprio Orçamento da Região. Ou seja, daria para pagar, durante 60 anos, aquela que é a despesa orçamental dos Açores. Ora, eu, obviamente, considero um número muito exagerado, mas mesmo que se possa diminuir a escala daquilo que o Secretário de Estado projeta para o futuro, e um futuro a médio prazo, como já se viu, devido à inovação tecnológica, o número de recursos que os Açores terão disponíveis no futuro é de enorme dimensão.

É por isso que os Açores devem assegurar um papel absolutamente fundamental, que a Constituição e o Estatuto lhe reconhecem, na gestão destes recursos.

Considero que a estratégia correta (já aqui foi referenciado por alguns partidos) é conseguir obter a unidade dos partidos dos Açores na defesa dos direitos dos Açores e dos interesses dos Açores nesta matéria na política marítima, na gestão dos recursos marítimos da nossa Zona Económica Exclusiva e também da Plataforma Continental que lhe está adjacente.

A estratégia é convergir, juntar esforços e o PPM estará, como sempre esteve, já aqui provocámos dois debates sobre esta matéria, a realizar o esforço necessário para que este Parlamento venha a convergir do ponto de vista estratégico na defesa desses interesses.

É importante que a região permaneça unida, é importante que os partidos explorem aquilo que nos une, que é muito e que é absolutamente essencial.

O Sr. Deputado Luís Garcia referenciou também um aspeto que parece essencial, e termino a minha intervenção, que é: esta matéria é uma matéria estratégica, como todos nós reconhecemos. E se na Base das Lajes o Sr. Presidente do Governo, e muito bem, tem feito consultas aos líderes dos diversos partidos políticos aqui representados no sentido de encontrarmos convergências, também assim deveria ser feito no que diz respeito à implementação de uma política estratégica para o mar dos Açores, informando os diversos partidos e procurando o contributo de todos. É uma boa prática, considero que é uma excelente sugestão e é algo que vai ao encontro daquela que foi a preocupação que os deputados que tiveram aqui a oportunidade de se pronunciar sobre este assunto aqui referenciaram.

Se é tanto o que nos une, então vamos transformar esta matéria numa matéria absolutamente transparente e numa matéria em que as consultas entre os diversos responsáveis políticos são efetuadas e que exista transmissão de informação. E nesse sentido eu penso que é um passo importante que o Governo Regional deve realizar na pessoa do Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Content, tinha pedido a palavra? Mas neste momento do debate só pode haver uma única intervenção.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria, naturalmente, enfatizar a importância que o Governo dá ao mar e que tem sido inúmeras vezes debatida e trazida a esta casa com posições seguras e firmes relativamente a esta matéria. E referiria, um pouco em aditamento àquilo que disse a Deputada Isabel Rodrigues, a nossa intervenção recente relativamente à Estratégia Nacional para o Mar, que foi aprovada, há poucos dias, em Sines, numa reunião em que eu próprio participei, e que foi o culminar de um processo de consultas públicas em todas as ilhas da nossa região. Portanto, foi um processo de consenso entre várias forças políticas, também, e várias forças cívicas e organizações ambientais, cidadãos comuns, que mereceu, em sequência dos esforços que o Governo Regional também conduziu, em diferentes reuniões, ao longo do ano, em sede de CIAM, a que fossem aceites a totalidade das propostas que o Governo fez no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, ficando consagrados aqueles aspetos que nos pareceram muito relevantes, designadamente o reconhecimento das competências específicas da Região Autónoma dos Açores nestas matérias, o reconhecimento do Parque Marinho, a gestão partilhada das zonas marítimas envolventes e a inclusão de um capítulo na Estratégia Nacional para o Mar, onde são inscritas e desenvolvidas todas as ações que o Governo Regional entender colocar (e está, neste momento, a construir este capítulo), às quais será dado o devido acompanhamento e seguimento relativamente a estas matérias.

Queria também dizer que o mar não desapareceu da orgânica do Governo, como já tive a oportunidade, em outras circunstâncias, de referir neste Parlamento.

O mar tem uma direção regional própria, exclusiva, a Direção Regional dos Assuntos do Mar, como o Sr. Deputado Luís Garcia bem sabe,...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Esqueceu-se!

O Orador: ... que tem uma intervenção regional, nacional e internacional notória, em diferentes fóruns, em que a problemática do mar é discutida e os assuntos do mar relacionados com os Açores são acerrimamente defendidos.

E, portanto, refutamos claramente esta observação de que o mar ficou fora da orgânica, porque o mar tem o seu lugar próprio e tem tido um protagonismo muito visível relativamente a estas matérias.

Recordo também o envolvimento não só do Governo, mas de todas as forças políticas aqui representadas na defesa dos interesses dos Açores no que diz respeito aos assuntos do mar.

Recentemente, também, pelo empenho que a generalidade das forças políticas colocou na defesa dos interesses da região na Lei do Ordenamento do Espaço Marítimo, que está, neste momento, em discussão em comissão, e que foi prorrogada, essa discussão, por mais 45 dias. Portanto, a discussão continua até final do mês de janeiro, onde teremos todos ainda oportunidade de pugnar pelos interesses da nossa região.

Relativamente às questões da exploração do mar profundo, os Açores também têm, ao longo do tempo, como também sabem e é público, defendido os interesses da nossa região, acompanhado de perto todos estes processos de contratação da empresa que está a fazer as prospeções do mar, salvaguardando os interesses da região, do ponto de vista económico e também do ponto de vista ambiental.

Portanto, entendo que estão reunidas as condições, o Governo tem feito um esforço grande, um esforço muito significativo, conciliando posições, não só a posição oficial do Governo, mas também dos partidos e da sociedade açoriana em geral, na defesa deste desígnio que é, afinal, de todos nós.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora, sim, não há mais inscrições.

Para encerrar o debate, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É bem verdade que cada um só ouve o que quer ouvir. Parece uma afirmação de *La Palisse*, mas está aqui mais do que comprovada nas intervenções, que agradeço, e nas observações à declaração política do Bloco de Esquerda.

Nós, ou pelo menos eu, ali, daquela tribuna, desafiei o Governo a clarificar, a dizer, a anunciar quais são os contornos do negócio feito com a empresa Nautilus. Sobre isso ninguém falou. Dali, daquela tribuna, eu referi um projeto, defendido pelo Bloco de Esquerda, há dez anos (não é de ontem, nem de anteontem – bom, não é de há dezassete, como o Governo do Partido Socialista, mas é de há dez!), que é o Centro de Investigação Internacional da Região Autónoma dos Açores. A única referência que ouvi a isso foi uma referência negativa, o que, sinceramente, Sras. e Srs. Deputados, me deixa absolutamente banzada, porque a última coisa que eu esperaria ouvir é que não queremos um Centro de Investigação Internacional na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso que se disse!

A Oradora: Depois, quanto ao tom que eu utilizei. Na realidade, o meu tom, Sras. e Srs. Deputados, aceitando e, portanto, constatando e participando na unanimidade, dentro desta casa e fora desta casa, na defesa do mar dos Açores, que é como quem diz, na defesa de recursos que são nossos, que são das populações açorianas, o meu tom, Sras. e Srs. Deputados, só pode ser um: é de desafio, é de ambição, é de pressa de passarmos das palavras para os atos. Estamos todos de acordo. Há imensa legislação, uma melhor, outra pior, uma mais completa, outra mais incompleta. Há uma ameaça que impende, que é a Lei de Bases, que além de ser a privatização do mar é a espoliação objetiva dos recursos dos Açores. O que é que faremos na República para impedir essa espoliação? O desafio foi feito aos partidos que têm representantes, ou seja, deputados eleitos pelos Açores, o que não é o caso do CDS, e eu nunca disse que era, o que é que vão fazer esses deputados na República?

Portanto, o tom de desafio, Sra. e Srs. Deputados, não me vou desculpar por ele, nem sequer o vou alterar.

E, já agora, a postura do Governo Regional, de atenção, de apelo ao consenso, produção de legislação, que nós subscrevemos e aplaudimos, tem um problema:

é que tudo isso continua em atraso relativamente a começarmos a tomar atos concretos, atos objetivos, a fazer alguma coisa com a riqueza que temos em mãos.

E, Sras. e Srs. Deputados, ao contrário do que possam pensar, não é o Bloco de Esquerda que o diz, é, até por acaso, um ex-governante de um dos governos do Partido Socialista e Professor da Universidade dos Açores, o Professor Rui Coutinho, que, há poucos dias, num colóquio onde, eventualmente, algum ou alguma das Sras. Deputadas poderia ter estado, num colóquio patrocinado pelo *Açoriano Oriental*, sobre “A Plataforma Continental Atlântica e os Desafios para os Açores na sua Sustentabilidade”, o Professor Rui Coutinho diz o seguinte: “É preciso começar a conhecer, a fiscalizar, a perceber, a tomar medidas, a passar do papel para a ação, porque senão [diz Rui Coutinho] nós, Portugal e os Açores não passaremos, ou limitar-nos-emos a ser uma mera agência imobiliária do fundo do mar, sem tirar verdadeiro proveito do grande imóvel de que se propõe ser dono”.

É disto que o Bloco de Esquerda está a falar. Se isto acontecer, ou seja, se a região,...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

... por inação e por ficar muito contente com os papéis que tem produzido, mas não passar para ação direta...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Oh, Sra. Deputada!...

A Oradora: ... e nada mais acontecer, aquilo que o Professor Rui Coutinho, não é o Bloco de Esquerda, diz é que, um dia destes, o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais passa a agente imobiliário em vez de ser Secretário Regional dos Recursos Naturais. Repito: não é o Bloco de Esquerda que o diz, é um Professor da Universidade, socialista, anti governante, que diz: “Está na hora!”.

E o Bloco de Esquerda continua a defender e a achar que se pudermos ser nós a liderar, como, por exemplo, no projeto MIDAS... É Inglaterra que lidera este projeto. Por que é que não pode ser o DOP? Por que é que não podem ser os

Açores a liderar este projeto? Por que é que temos lá uma parte, mas não somos nós a estar na vanguarda dessa investigação? Porque temos falhado, estamos em atraso na Região Autónoma dos Açores.

Centro de Investigação Internacional é e será uma reivindicação da qual não vamos abdicar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas.

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, recomeçar os nossos trabalhos.

A próxima declaração política é apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo,

O turismo de Saúde e Bem Estar foi, justamente, considerado um produto estratégico e de grande potencialidade para a nossa Região. É verdade, quando nos Açores ainda não existia indústria do Turismo já as nossas termas eram conhecidas no exterior.

Nesse sentido, foi com satisfação que os açorianos acolheram a estratégia do governo regional de reabilitar as Termas das Furnas, da Ferraria e do Carapacho assim como a prometida recuperação das Termas do Varadouro.

Os Açores têm importantes recursos termais e o seu aproveitamento pode constituir um importante instrumento de desenvolvimento, principalmente num

tempo em que todos os recursos são poucos para combater o atual contexto de crise regional.

É de salientar, também, o crescimento económico que estas atividades têm vindo a registar.

O termalismo de Bem-Estar e Lazer conheceu um importante desenvolvimento na última década.

Em 2004, a quota deste segmento no âmbito do Turismo de Saúde e Bem Estar não ultrapassava os 13%. Em 2011 ela era já de 42% (+29 p.p.).

O termalismo de Saúde e Bem Estar representa cerca de 100 mil potenciais turistas por ano para os Açores. É um enorme potencial que está a ser desperdiçado numa altura em que estamos tão necessitados de respostas e de soluções.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A Região Autónoma dos Açores investiu cerca de 20 milhões de euros na recuperação de edifícios termais regionais.

20 milhões de euros depois estamos pior do que antes. Os açorianos investiram nas suas termas e hoje têm edifícios termais mal construídos, equipamentos a precisar de substituição por não se encontrarem adaptados às características das águas termais regionais e promessas, muitas promessas. Todas elas adiadas.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: As Termas da Ferraria estão em obras de manutenção quase desde que abriram, as Termas do Carapacho assumem contornos de verdadeira tragédia que o processo judicial anunciado pelo governo regional não esconde, e as Termas das Furnas são já um exemplo flagrante de incapacidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto às Termas do Varadouro, continuam a ser aquilo que sempre foram: uma miragem utilizada em épocas eleitorais e que cai no esquecimento no dia seguinte à tomada de posse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: É um dos vários compromissos assumidos, mas desaparecidos.

Uma década depois, o termalismo está pior. Ao governo regional e ao Partido Socialista, que muitas vezes gostam de falar no passado, talvez seja bom recordar: nos tempos dos governos do PSD/Açores existiam termas. E elas funcionavam!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo,

Mais importante do que censurar o governo regional pelo estado da arte no termalismo, interessa, acima de tudo, saber o que vai ser feito para corrigir aquilo que aos olhos de todos está evidentemente mal.

Até quando vai o governo deixar a situação das Termas das Furnas arrastar-se? Para o PSD, as Termas das Furnas constituem a maior hidrópole da Europa, com águas, que, pelas suas características químicas, têm múltiplas indicações terapêuticas e constituem o único local em Portugal possuidor de lamas naturais.

É mais do que hora de encontrar soluções legais que permitam devolver as Termas das Furnas aos cidadãos. Os açorianos e os utilizadores daquele espaço, que sempre contaram com ele para melhorar a sua Saúde, não têm culpa da incompetência dos privados e da inabilidade do governo regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E nas Termas da Ferraria? Pode o governo regional garantir que estão corrigidos todos os problemas ali detetados?

Em Julho deste ano, as Termas da Ferraria receberam obras de reparação. Em Setembro, foi feita substituição de equipamentos e em Outubro realizaram-se mais obras de manutenção. Para um edifício com três anos temos de admitir que é obra!

E o que dizer das Termas do Carapacho? Pode o governo regional vir aqui dizer que recorreu aos tribunais, mas sabemos bem que essa resposta serve apenas e só para fugir a dar explicações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Pelo contrário, o PSD/Açores considera que o governo regional não pode continuar a tratar este assunto com ligeireza.

E é aqui, no Parlamento que deve dar explicações, nomeadamente no que se refere aos rocambolescos episódios das últimas semanas em que ninguém percebe se foi a autoridade de Saúde que mandou fechar uma unidade hoteleira e as termas do Carapacho e se há ou não algum problema de Saúde pública ou se a doença de um hóspede está apenas a servir para disfarçar mais um encerramento de uma unidade hoteleira na época baixa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E o que dizer das Termas do Varadouro? Está esse projeto esquecido? Já foram anunciadas aquisições de terrenos, elas já andaram do governo para a câmara e da câmara para o governo e até já foi anunciado o interesse de um investidor que nunca ninguém soube quem seria.

A verdade é que as Termas do Varadouro continuam esquecidas. São mais um potencial que existe mas que não é aproveitado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo,

“O panorama das Termas Açorianas, das Furnas ao Varadouro, passando pela Ferraria e Carapacho é desolador apesar de muitos milhões de dinheiros público terem sido investidos. A maioria não funciona (...). Um dos melhores recursos naturais dos Açores é desbaratado. E perante todas as reclamações, os responsáveis nada esclarecem.”

Estas afirmações não são minhas nem são do PSD, citei Gustavo Moura, ilustre jornalista, e que recentemente, a 13 de julho de 2013, no *Diário Insular* e no jornal *Açoriano Oriental*, abordou este assunto que vos acabei de citar.

Deputado José San-Bento (PS): Boas leituras!

O Orador: Os açorianos exigem explicações.

Os açorianos exigem saber o que se passa com o termalismo na nossa Região.

É tempo de dar essas explicações.

Disse!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do PSD veio a este Plenário fazer uma intervenção em que, sob o pretexto do termalismo, fez um conjunto de considerações e mostrou um conjunto de assuntos que, como bem sabe, não estão diretamente relacionados.

O Sr. Deputado referiu, por exemplo, a questão das termas das Furnas. Sabe perfeitamente que relativamente a esta matéria não está em causa o termalismo em si, mas o problema de um projeto privado que fracassou devido a problemas destes próprios privados. E nós aguardamos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os açorianos também!

O Orador: ... que este problema se possa resolver...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde o século passado!

O Orador: ... no âmbito até de um plano de insolvência que está em discussão até na própria Assembleia Legislativa.

Referiu também problemas em outras termas na Região Autónoma dos Açores. É verdade, há problemas em termas na Região Autónoma dos Açores e o Governo dos Açores, desde o início, inclusive neste Plenário (porque não é a primeira vez que o Sr. Deputado traz este tema aqui), o Governo Regional já referiu que irá assacar as devidas responsabilidades,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que abrem as termas?

O Orador: ... nomeadamente, num dos casos, ao projetista, sobre os problemas que algumas dessas infraestruturas têm.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando é que temos termalismo?

O Orador: O facto é que o Governo dos Açores apostou no termalismo;...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Imagine se não tivesse apostado!

O Orador: ... o facto é que esta aposta será concretizada.

Há uma vontade do Governo dos Açores de agir nesta matéria, mas nós temos confiança de que isto irá ter um bom desenvolvimento.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Chama-se aselhice!

O Orador: Para além disso, Sr. Deputado, não me parece muito correto da sua parte, até como profissional de saúde, que fale na questão do hotel da Graciosa e na questão do problema que existiu em relação ao hotel da Graciosa. Esta é uma questão muito sensível. Nós estamos a falar do nome dos Açores, estamos a falar numa questão de saúde pública e nós devemos tocar neste problema com pinças, porque nós sabemos os danos que isso pode ter para a Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, o que eu considero que deve ser a postura correta é alguma prudência na abordagem deste assunto. Mas sobre o turismo propriamente dito, nós temos algo com que nos orgulhar. O Sr. Deputado sabe perfeitamente que o turismo nos Açores está a melhorar e está a ter resultados francamente favoráveis...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Os senhores estão incomodados com isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Imagine-se se houvesse termas!

O Orador: ... face aos constrangimentos que nós temos tido fruto de o nosso principal mercado emissor, o mercado nacional, estar em profunda crise.

O senhor sabe da aposta que o Governo dos Açores tem feito, uma aposta de há muito tempo, aliás, com muita discussão aqui na Assembleia Regional, de diversificação dos mercados emissores, da aposta contínua nesta diversificação e que está a ter, paulatinamente, resultados.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que apesar do mercado nacional continuar anualmente a decrescer na ordem dos dois dígitos, o facto é que os mercados estrangeiros têm-se consolidado, têm conseguido crescer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! O turismo nacional tem subido mais do que nos Açores!

O Orador: ... e têm conseguido suprir as falhas do mercado nacional. Não estivesse o país na situação em que está, tão sujeito a medidas de austeridade que constroem o consumo das famílias, o turismo dos Açores, hoje, teria muito melhores perspetivas nos próximos anos relativamente ao mercado nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o termalismo? E o Varadouro? E a Ferraria?

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista orgulha-se do seu trabalho nesta matéria. Conta com a oposição para melhorarmos o trabalho que temos tido naquilo que é a política do turismo e daquilo que são as estruturas de apoio ao turismo.

Eu percebo a intervenção do Sr. Deputado, agora, acho que não é correto da parte do Partido Social Democrata fazer confusão de assuntos que não estão diretamente relacionados. Há assuntos do foro privado, há assuntos de responsabilidade de quem elaborou os projetos na questão do termalismo e há a questão do turismo em si,...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o dinheiro lá investido?

O Orador: ... que na opinião do Partido Socialista é uma aposta que está a ter consequência, que está a ter, paulatinamente, resultados e que nós acreditamos que,...

Deputado Luís Garcia (PSD): E a fiscalização?

O Orador: ... num futuro próximo, continuará a melhorar e a melhorar a aposta que nós fazemos no turismo dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem palminhas teve!

Deputado Luís Garcia (PSD): Conversa fiada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados (o Sr. Deputado das palmas não está presente hoje), Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício, que felicito, trouxe um assunto importantíssimo aqui em discussão à Assembleia.

E, de facto, se são inegáveis alguns factos de que o Governo Regional dedicou e investiu nas termas da Ferraria, do Carapacho (é verdade), também é verdade que sempre deixou, e não investiu, nas termas do Varadouro. E, portanto, houve algum investimento no termalismo, o problema é que não houve o investimento como devia ser e esse investimento como devia ser era um investimento sustentável e quem fez a avaliação dos projetos aos privados, que agora não podem ser condenados, foi o Governo do Partido Socialista,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... essas comissões que são nomeadas pelos senhores e nos organismos próprios de responsabilidade do Governo. E, portanto, agora não venham responsabilizar aqueles que os senhores escolheram como os melhores para executar esses projetos.

Deputado Francisco César (PS): Nós podemos!

O Orador: Não podem eximir-se da sua culpa, podem criticar, estão no seu direito. O Governo não pode é atirar as culpas apenas e exclusivamente para cima dos outros, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Mas alguém disse isso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disse o senhor!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não deu por isso!

O Orador: Estamos de acordo nessa matéria.

Depois, era importante que o...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, mas podia admitir que o continente podia dar uma ajuda!

O Orador: O turismo cresceu nos Açores, é inegável esse dado. E também estamos satisfeitos por isso. Agora, era melhor que tivesse crescido mais. E de certeza que o termalismo era um dos setores, uma parte...

Deputado Francisco César (PS): Mas é verdade ou não é, Sr. Deputado?

O Orador: ... do turismo temático onde o turismo poderia ter crescido, o turismo temático. E aí está o termalismo.

E digo-lhe mais, Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Francisco César (PS): E o turismo religioso!

O Orador: ... e Sr. Presidente do Governo. Onde podia ter crescido mais e mesmo capitalizando e estimulando aquilo que o CDS defende há muito tempo: o turismo interno, Sr. Deputado Francisco César e Sr. Secretário Regional.

Deputado Berto Messias (PS): E o turismo religioso, o turismo tauromáquico...

O Orador: O termalismo, todos nós sabemos dos terceirenses que querem ir à Graciosa, às termas da Graciosa, como são conhecidas. Não podem ir, neste momento, estão fechadas. Não tem nenhum apoio, não tem nenhum pacote de turismo para ir e o dinheiro dos açorianos, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, também é dinheiro e gere a economia nas ilhas mais pequenas, das maiores para as mais pequenas, estimulando a economia dos Açores e o mercado interno, que é fundamental e que também faz bem à saúde. Era “um dois em um” que se podia fazer. Não se faz, aliás, até se questiona, e muita gente questiona, se a atribuição dessas termas foi a quem devia ser e se foi a quem deu garantias de executar os projetos, como, por exemplo, nós denunciámos, na altura própria, em visita que fizemos em jornadas parlamentares, na ilha Graciosa, que por uns míseros mil euros por mês (mil euros por mês!) não havia um médico reumatologista nas Termas do Carapacho. E, portanto, também aí não houve uma colaboração do Governo com os privados. Fez a obra? É certo. A obra está para obras outra vez. Isso é que não se pode admitir! Há que assacar responsabilidades a quem...

Deputado Francisco César (PS): Isso já foi anunciado!

O Orador: ... deve ser.

Deputado Francisco César (PS): Já foi anunciado isso!

O Orador: E, portanto, termas temos: Ferraria, Varadouro, Carapacho e Furnas.

Deputado Francisco César (PS): Furnas não é a mesma coisa!

O Orador: Oh, senhor! Termalismo,...

Deputado Francisco César (PS): Não é a mesma coisa!

O Orador: ... termalismo é a mesma coisa, Sr. Deputado.

E, portanto, nós temos um recurso endógeno extraordinário e que acho que toda a gente nesta câmara, Governo e Deputados, concordará comigo, um recurso endógeno extraordinário que está, pese embora algum investimento que tivesse sido feito, subaproveitado...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Desaproveitado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está fechado!

O Orador: ... e que é preciso para estimular, em primeiro lugar, o mercado interno, o turismo interno, investir, decidida e assertivamente, no termalismo, é verdade; captar outros mercados, é verdade.

Deputado Francisco César (PS): E o mercado continental podia dar uma ajuda também!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há mercado que vos valha, Sr. Deputado! Mercado continental com as termas fechadas, vai ser difícil!

O Orador: E o reumatismo e outras doenças não são só continentais, são também europeias e mundiais e americanas. E por isso também podemos trazer para cá turistas europeus, turistas continentais e turistas americanos e, sobretudo, turistas açorianos, que querem e vão, Sr. Deputado. Eu conheço gente que, nas alturas próprias, acho que todos nós nos lembramos aqui,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Iam sistematicamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, quando estavam abertas!

O Orador: ... que iam à Graciosa sistematicamente, durante 15 dias, três semanas, um mês, fazer as suas termas, o seu termalismo, que, infelizmente, foi também este Governo que acabou com isto.

Esta é a realidade também. Mesmo nas velhinhas termas, que eu conheci muito bem, porque fiz serviço na Graciosa durante 8 anos, faziam-se bons tratamentos. Nas novas termas não se faz tratamentos. Essa é que é a realidade. E, portanto, o apelo que faço ao Sr. Secretário do Turismo e Transportes é que, dentro das suas possibilidades e da sua valência, dinamize, efetivamente, esse turismo, também de açorianos para açorianos, de portugueses para portugueses e dos Açores para o mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O tema que aqui se coloca, nomeadamente o termalismo, enquadra-se num produto turístico, e um produto turístico que se enquadra no contexto do turismo dos Açores.

É evidente que nós temos problemas que têm que ser resolvidos.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Quando?

O Orador: É evidente que existem dificuldades técnicas que surgiram...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não são dificuldades técnicas, é aselhice!

O Orador: ... nas termas que estão em funcionamento e que...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Funcionamento que não é funcionamento!

O Orador: ... irão ser resolvidas.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Aselhice!

O Orador: O compromisso que posso assumir com os Srs. Deputados nesta câmara é que o Governo dos Açores...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Está empenhado!

O Orador: ... tudo fará para que as termas que nós temos atualmente em funcionamento possam desempenhar o seu papel, o seu contributo ativo na captação e na valorização dos produtos turísticos que nós temos na região.

E posso anunciar a V. Ex.^{as} que, no decorrer do próximo ano, além de se fazer este trabalho de recuperação que é necessário ser feito, e de manutenção, o Governo dos Açores irá desenvolver...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obras inauguradas há 3 anos!

O Orador: ... um processo para certificação das termas de forma a que elas possam contribuir ativamente na captação de fluxos, nomeadamente na captação de fluxos do centro da Europa, onde a Segurança Social desses países, mediante essa certificação, apoia a deslocação dos turistas à região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Desde que estejam abertas!

O Orador: Agora, Sras. e Srs. Deputados, eu sei que o que os incomoda não é efetivamente as termas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Eu sei também que, muitas vezes, quanto pior melhor para muitos dos senhores.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não nos confunda com o seu espelho!

O Orador: E, neste momento, o que os incomoda verdadeiramente é que o setor do turismo está com bom desempenho e iremos continuar a trabalhar. E este desempenho não é fruto de políticas momentâneas, é fruto de uma política consistente de promoção...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe para o estado em que estão as termas!

O Orador: ... que tem sido feita, ao longo dos anos, junto dos principais mercados emissores.

E posso também dizer-lhes que, de acordo com os dados que tenho, os números do turismo que são conhecidos até à data irão ser refletidos no futuro, ou seja, demonstra que nós conseguimos atenuar fortemente os efeitos da sazonalidade,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está a desviar o assunto!

O Orador: ... conseguimos aumentar a nossa época alta, o que irá contribuir ativamente para o setor e para...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Graciosa que o diga!

O Orador: ... criar riqueza para a região.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que isto não significa que tudo está bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Neste caso está tudo mal!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Neste caso está tudo ao contrário!

O Orador: É evidente que nós temos muito trabalho pela frente.

Oh, Sr. Deputado, eu percebo essa perturbação. Se calhar o Sr. Deputado enquadra-se naquele grupo que quanto pior melhor, mas nós continuamos...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PSD)

O Orador: ... a trabalhar da mesma forma empenhada, ativa, para que o turismo continue a contribuir para a riqueza da região, para manter e para gerar mais postos de trabalho.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe que o senhor nem sempre pensou assim!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício para encerrar o debate.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que nós assistimos no debate desencadeado pelo PSD, quando trouxe, no âmbito da sua declaração política, este tema a esta câmara, foi o fugir à discussão por parte da bancada do Partido Socialista e por parte do Governo Regional na pessoa do seu Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Oh, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, estivemos a falar do assunto!

O Orador: Fugiram nitidamente do debate, procurando transpor para a República questões que são da vossa inteira responsabilidade.

Oh, Sr. Deputado Francisco César, o mercado emissor nacional é o mesmo que leva às termas de Portugal, e aconselho-o a ler o relatório da Associação das Termas de Portugal,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Já lemos!

O Orador: ... 100 mil termalistas, e que levam às termas de São Pedro do Sul, com as mesmas características químicas das águas de todas as termas dos Açores, 20 mil termalistas.

Deputado Francisco César (*PS*): Não é dada disso!

O Orador: Isso é o mesmo mercado emissor que proporcionava, em 2011 (os resultados de 2012 ainda não são conhecidos), mais de 18 milhões de euros de receita.

Foi a isso que o senhor quis fugir. E o senhor entra em contradição com aquilo que foram afirmações do passado por parte de responsáveis políticos que ali estão sentados na bancada do Governo quando, em vésperas de eleições regionais, havia declarações públicas de que o problema das termas das Furnas seria resolvido brevemente.

Afinal, nessa altura o problema não era de privados, o problema era do Governo, que se mostrava empenhado em...

Deputado José San-Bento (*PS*): E muito bem!

O Orador: ... resolver a questão das termas das Furnas e esse empenhamento, de forma publicamente tão vincada pelos responsáveis políticos do Governo que ali estão, nomeadamente do seu Vice-presidente e do seu Presidente, transformou-se, após as eleições regionais, não num problema do Governo,...

Deputado Francisco César (*PS*): Por acaso não é verdade!

O Orador: ... mas num problema de privados.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Os senhores lavaram as mãos daquilo que é a vossa responsabilidade intrínseca. Sr. Secretário Regional, o senhor veio aqui com um conjunto de generalidades e não conseguiu ser concreto em relação às questões que eu tive a oportunidade de lhe colocar.

O senhor acabou por se refugiar no crescimento do turismo da região, o que nós saudamos,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Será?

O Orador: ... mas...

Sim, com certeza, e não faço parte, Sr. Secretário, como demagogicamente o senhor utilizou, do grupo daqueles de “quanto pior melhor”.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores é que, pela vossa atitude e em função do desenvolvimento do termalismo nulo na região,...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Oh, Sr. Deputado! Realisticamente!

O Orador: ... parecem querer que, em relação a esse mesmo termalismo e às potencialidades que ele representa para o desenvolvimento da região, quanto pior melhor. Devolvo-lhe a acusação, Sr. Secretário.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: E quero dizer-lhe, Sr. Secretário, mais uma vez, que o senhor não conseguiu responder a nenhuma das questões que lhe coloquei. Apenas faz afirmações generalizadas, como temos vindo a assistir nestes últimos tempos, que o Governo continua empenhado em resolver a questão do termalismo. Até quando? Até quando Sr. Secretário?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Trabalhamos!

O Orador: Os senhores com...

Mas onde é que os senhores estiveram até agora?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): A trabalhar!

O Orador: Estiveram a brincar ou estiveram a trabalhar?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): A trabalhar!

O Orador: É que os senhores não conseguem potenciar, antes pelo contrário, deitam ao lixo aquilo que é uma riqueza natural inigualável em qualquer ponto da Europa.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: E não sabem aproveitar o que isso poderia acrescentar, de acréscimo, em termos de investimento na vinda de turistas para as nossas termas.

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, a nível de vindas, os senhores percebem muito pouco!

O Orador: O senhor fugiu à questão, não resolve a questão, faz parte de um Governo que mostra incompetência na resolução desta matéria...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e os açorianos não se esqueceram e os micalenses, em particular, no que às termas das Furnas diz respeito de forma muito particular. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está encerrada, assim, esta declaração política.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Sra. Presidente, para uma interpelação para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental e, considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço. Retomamos às 15 horas com a Agenda.

Eram 12 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da Reunião.

Eram 15 horas e 19 minutos.

Vamos entrar no ponto 5 da nossa Agenda: **Petição n.º 24/2012 “Pelo urgente equipamento e entrada em funcionamento de uma unidade de radioterapia no novo Hospital da Ilha Terceira”**, apresentada por Orlando Garcia de Ávila, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO Nº 24/2012

“PELO URGENTE EQUIPAMENTO E ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DE UMA UNIDADE DE RADIOTERAPIA NO NOVO HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA”

CAPÍTULO I

Introdução

A 1 de agosto de 2012 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o Nº 24/2012, intitulada “Pelo urgente equipamento e entrada em funcionamento de uma unidade de radioterapia no novo hospital da ilha Terceira”, que reúne um total de 1789 (mil setecentas e oitenta e nove) assinaturas válidas, tendo como primeiro signatário o Sr. Orlando Garcia de Ávila.

A referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 6 de agosto de 2012.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas à saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 31 de Janeiro de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da ilha Terceira, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto a pretensão de que o Governo Regional “aproveite o avultado investimento que fez nas instalações do novo hospital da ilha Terceira e monte o equipamento necessário para que de imediato se comece a realizar tratamentos de radioterapia nos Açores”, uma vez que, de acordo com o texto da petição, “o novo hospital da ilha Terceira, quando foi projetado em 2007, previa uma unidade de radioterapia”, resultando daí, segundo os peticionários, “parte significativa do custo da obra”, tendo posteriormente o Governo Regional prometido “mais uma unidade de radioterapia para a ilha de São Miguel”. Acrescentam que o novo hospital da ilha Terceira “está dotado de instalações, com um custo de construção avultado, faltando apenas a montagem do equipamento para que se possam realizar tratamentos nos Açores”. Alegam ainda que “a entrada em funcionamento de uma unidade de radioterapia na ilha Terceira seria imediata, ou até poderia já estar em funcionamento caso o novo hospital da ilha Terceira tivesse sido equipado”.

c) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião de 31 de janeiro, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa do primeiro signatário da presente petição, Sr. Orlando Garcia de Ávila
- Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde, Dr. Luís Cabral

1) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, ORLANDO GARCIA DE ÁVILA

O primeiro subscritor foi ouvido na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Angra do Heroísmo, a 14 de junho de 2013. Referiu que em 1989 teve uma doença oncológica, que o obrigou a deslocar-se ao Porto, para fazer os tratamentos necessários e que, por isso, sentiu “na pele” o que implicava não ter região os meios necessários para tal. Atualmente, sabendo que há um edifício pronto para que se instale o serviço de radioterapia, não percebe a razão pela qual isso não é feito.

Reiterou que não o motiva qualquer questão política, mas sim o conhecimento de causa que tem na matéria, enquanto utente, devido à sua história de vida, e acrescentou que os doentes de todas as ilhas são iguais em direitos de cidadania.

Seguiu-se um período de pedidos de esclarecimento, no qual intervieram os deputados Luís Rendeiro (em substituição do deputado Luís Maurício) e o deputado Domingos Cunha.

O deputado Luís Rendeiro começou por lamentar o facto de o objeto da petição estar já prejudicado, uma vez que a posição do Governo Regional, de que a radioterapia não será instalada na Terceira, já está tomada, o que considera mau planeamento e má utilização de dinheiros públicos. Acrescentou que, se as motivações são económicas, gostaria de saber, embora não se estivesse dirigindo diretamente ao peticionário (o que desde logo admitiu), se terão sido avaliados todos os custos, pois se a lógica para o sector da saúde for apenas economicista, então os serviços ficarão todos centralizados em São Miguel.

O peticionário referiu que era contabilista e que, no uso dessas suas competências, não compreende os números que levaram a esta decisão. Disse ainda lamentar que tenha sido já tomada uma decisão em sentido contrário à pretensão da petição.

O deputado Domingos Cunha pretendeu, em seguida, esclarecer os presentes, especialmente na sequência da intervenção do deputado Luís Rendeiro, que os custos tinham sido avaliados, existindo um documento (da Comissão de Inquérito) publicado na anterior legislatura, decorrente de um requerimento do PSD sobre esta temática, onde constam os custos, a evolução que se prevê que a doença tenha na população, os impactos prováveis, etc. Aliás, adiantou que as empresas concorreram ao projeto com base nesses estudos.

O deputado Luís Rendeiro, reconhecendo ao presidente da Comissão especial conhecimento do assunto, uma vez que já desempenhou o cargo de Secretário Regional competente em matéria de Saúde, reiterou a sua admiração por se ter

construído um *bunker* de radioterapia na Terceira, com custos de m2 mais elevados do que espaços não sujeitos a radiação e só em seguida se ter levado a cabo os referidos estudos. Afirmou tratar-se, no seu entender, de uma irresponsabilidade.

O deputado Domingos Cunha reforçou que o novo Hospital da Terceira foi perspetivado para 50 anos. Ora, tendo em conta a evolução oncológica na Região, o número de casos em tratamento, o número de novos casos por ano e ainda os que têm de efetuar tratamento fora da Região, chegou-se à conclusão de que, ponderando custos e benefícios, o mais benéfico era optar pela convenção. Acredita que um dia, quando tal se justifique em pleno, deverá vir a existir radioterapia na Terceira – crença de que o deputado Luís Rendeiro disse discordar.

2) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, DR. LUÍS CABRAL

A audição da Sr. Secretário Regional da Saúde (SRS) teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional da cidade de Ponta Delgada, a 11 de abril de 2013.

Começou por referir que, neste momento, não há possibilidade de alterar o projetos em curso, pois são de iniciativa privada, financiados pelos sistemas de incentivo do Governo Regional dos Açores. É um assunto que a Secretaria Regional da Saúde considera primordial. Forma tomadas decisões, que assentaram em estudos científicos e rácios internacionais: 1 centro de radioterapia para cada 200 mil habitantes.

Compreende que há limitações geográficas, e que, mesmo a nível técnico, continuará a haver lacunas, uma vez que nem todas as técnicas podem ser operadas na Região. Mas, pelos dados de que dispõe, cerca de 90% das situações poderão ser resolvidas nos Açores.

Para que se desse a deslocação do serviço, de São Miguel para a Terceira, seria necessário um investimento de mais 370 mil euros. Julga importante ter igualmente em conta que a grande maioria dos doentes é de São Miguel.

No entanto, é igualmente importantíssimo investir na prevenção (pelo diagnóstico precoce), pois a prevalência das doenças oncológicas é cada vez maior.

Quanto à construção, para fins de radioterapia, que já existe na Terceira (um “bunker”), disse que poderá haver, mais tarde, essa necessidade, por isso já foi incluído no projeto inicial (à posteriori seria muitíssimo mais oneroso). Poderá ser instalado nos próximos 50 anos.

Seguiu-se um pedido de pedidos de esclarecimento, no qual intervieram os deputados Francisco Silva, Luís Maurício e Domingos Cunha.

O deputado Francisco Silva frisou que foi feito um investimento de cerca de 2 milhões de euros na Terceira que agora não vê resultados. Pretendeu saber o que seria, então, preferível em termos financeiros: se a construção de um “bunker” em São Miguel ou a deslocação do serviço para a Terceira.

O deputado Luís Maurício considerou que a discussão desta petição ocorre já fora de tempo, uma vez que deu entrada a 1 de agosto, tendo em setembro o Governo Regional decidido sobre a instalação em terrenos anexos ao Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada. Gostaria então de saber se haverá uma duplicação de estruturas, e pretendeu ser melhor esclarecido sobre as condições que a ISOPOR teria colocado para instalação do serviço, bem como para quando se prevê o arranque do projeto, e se o SRS não encara a possibilidade de, como rentabilização da estrutura, a instalação de um centro de medicina nuclear para exames complementares de diagnóstico, que também obriga a várias deslocações de utentes (como a cintilografia óssea).

O deputado Domingos Cunha pretendeu saber se o projeto inicial, da ISOPOR, dava garantias efetivas de qualidade.

O SRS esclareceu que os preços da radioterapia são fixados por tabela, e que também é importante pensar na proximidade de certas especialidades médicas, que estão mais desenvolvidas em São Miguel. Todo este racional aponta no sentido de que seja melhor a instalação do centro, por iniciativa privada, em São Miguel.

Quanto à extemporaneidade da discussão, compreende que teria sido mais útil antes da decisão, mas que isso não invalida que se discuta o racional que preside à decisão. Quanto à construção, no projeto, da estrutura para esse efeito (na Terceira), adiantou que o projeto do Hospital não se coaduna com anexo, pelo que foi preferível contar já com essa estrutura, que poderá vir a ser utilizada nos próximos 50 anos. Ou seja, no seu entender poderia ter-se poupado esse montante agora, mas no futuro esse investimento representaria um montante muito superior. Para além disso, o local pode ser utilizado para outros fins, nomeadamente ao nível das técnicas de imagens tradicional, bem como outras técnicas de medicina nuclear.

Esclareceu igualmente que, no que concerne à ISOPOR, o concorrente tinha uma proposta demasiado arrojada e excessivamente abrangente para as necessidades, que poderia vir a colocar em causa a qualidade do tratamento. Considera que a solução não é ter “maus” centros de radioterapia em várias ilhas (neste caso, duas), mas um único, que assegure os serviços com qualidade. Julga que foi importante ter separado a radioterapia da medicina nuclear. A empresa Quadrantes, à qual foi atribuída a instalação do serviço de radioterapia em São Miguel, admitiu a possibilidade de se vir a expandir o projeto para outras ilhas, se os números vierem a justificá-lo. O projeto da ISOPOR para a medicina nuclear na ilha Terceira, contudo, está em clara fase de desenvolvimento, e é um processo distinto do centro de radioterapia. Mais esclareceu que os exames complementares de diagnóstico, a realizar no centro de medicina nuclear na Terceira, não carecem de uma interação tão vincada com outras especialidades (como será, necessariamente, o caso da radioterapia)

Quanto ao arranque em São Miguel, segundo o promotor decorrerão 12 meses entre o início e a conclusão da obra. Já terão sido entregues os dados necessários na Câmara Municipal de Ponta Delgada, estando apenas pendentes os planos de pormenor. Depois disso, poderá arrancar, o que se pretende ocorra em breve.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade (com exceção do ponto 3, que conta com a abstenção do CDS-PP e do PSD), emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1789 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) A acessibilidade a tratamentos de radioterapia, nos Açores é um dos objetivos do Governo Regional, cujo processo que visa a construção do Centro de Radioterapia dos Açores, de iniciativa privada e classificado como Projeto de Interesse Regional, está em desenvolvimento e para ser instalado em terrenos anexos ao Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada;
- 3) A decisão da sua instalação no local designado fundamentou-se em critérios de ordem científica, clínica e rácios, a que acresceram razões de ordem económica fundamentadas por parte da entidade privada responsável pela sua construção e exploração;
- 4) A mesma entidade privada – a empresa Quadrantes – admitiu a possibilidade de vir a expandir o projeto para outras ilhas, se o número de casos vier a justificar;
- 5) Aquando do planeamento, concessão/construção do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, projetado para um horizonte temporal de 50 anos, foi

previsto um espaço adequado à instalação de radioterapia, que poderá vir a ser utilizado para esse fim, como para outro, nomeadamente, a medicina nuclear;

6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

A Relatora: *Renata Correia Botelho*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para intervenção sobre esta matéria.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é merecido o devido reconhecimento ao primeiro subscritor da Petição, o Senhor Orlando Garcia de Ávila, um Açoriano que sentiu na pele o sofrimento da doença oncológica, o afastamento da sua terra e da sua família para se tratar no Continente e que, felizmente curado, não consegue conceber tamanha confusão da governação socialista sobre um investimento importantíssimo para a Saúde de todos os Açorianos.

Feito este reconhecimento vamos aos factos.

O Governo Regional dos Açores, em Novembro de 2010, assinou com vários parceiros privados um contrato para a conceção, construção e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores.

O projeto, orçado em mais de 60 milhões de euros, resultaria numa parceria público-privada, que instalaria em São Miguel uma nova unidade do Serviço Regional de Saúde, que demoraria dois anos a ser construída.

Este foi um processo que nasceu torto, continua torto e tarde ou nunca se vai endireitar... o CDS-PP sempre denunciou e sempre se opôs aos “negócios” que a Região estava a preparar com vista à concretização desta que foi uma das maiores bandeiras eleitorais dos Açores.

Em meados de 2011, quando a obra já deveria estar quase concluída, ficou a saber-se que o Tribunal de Contas, felizmente, recusou dar visto ao investimento por “*violação de normas financeiras*”.

Felizmente, porque rapidamente se provou que o CDS-PP estava coberto de razão... De uma PPP de mais de 60 milhões de euros, a radioterapia passou para um Projeto de Interesse Regional (PIR) que apenas custaria 5 a 6 milhões de euros... Estranho!!!

O exagero no primeiro investimento anunciado e o exagero na diferença de preços só porque o Tribunal de Contas não deu visto ao “negócio” inicialmente gizado, afinal cobriam de razão as críticas e denúncias frontais e democráticas do CDS-PP.

Aliás, e perante a insistência do Governo Regional em desvalorizar as nossas denúncias e tentar branquear as suas reais intenções, o CDS-PP desafiou os demais partidos da oposição a criar, no âmbito desta Assembleia, uma comissão parlamentar de inquérito para fiscalizar esta e outras matérias relativas ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Nasceu torto e continua enviesado!

A PPP do Governo socialista era para dar frutos no Verão de 2012, ou seja, o centro de radioterapia devia estar, desde então, a tratar doentes açorianos;

O PIR que o Governo encontrou para contornar a recusa do TC era para estar implementado e em funcionamento no início deste ano de 2013...

Estamos no fim de 2013 e nada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Por este andar nem sequer em 2014 teremos um centro de radioterapia nos Açores e as previsões de que, em 2015, o mesmo já estaria a funcionar em “velocidade de cruzeiro” não passa de mais uma previsão falhada pela governação socialista...

Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Entretanto, na ilha Terceira, o Governo Regional avançou com outra parceria público-privada para a construção do novo Hospital.

O novo hospital da Ilha Terceira foi projetado e construído para, entre outros serviços, dar capacidade de resposta a tratamentos de radioterapia.

O mesmo Governo socialista que o projetou, que o construiu, que o inaugurou, foi o mesmo que decidiu amputá-lo à nascença de uma valência fundamental para a saúde dos Açorianos e que continua sem existir por mera teimosia do Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

A Oradora: Não se percebe esta decisão do Governo e muito menos se compreende esta gestão de dinheiros públicos. Fez-se um Hospital na Terceira, cujos encargos são superiores a 370 milhões de euros, nos próximos 30 anos, que tem capacidade de resposta para tratamentos de radioterapia, mas não se coloca em funcionamento porque, por pura teimosia, se quer concentrar tudo noutra ilha, esbanjando mais uns milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É um planeamento sem pés nem cabeça!

É uma gestão que, para além de perigar para as finanças públicas regionais, prejudica os direitos e o conforto dos doentes que necessitam destes tratamentos.

O novo Hospital da Terceira foi inaugurado no início de 2012. Tem um bunker, que custou quase dois milhões de euros, para dar resposta aos tratamentos de radioterapia, mas não funciona.

E o Governo apresentou argumentos falsos e sem fundamentação sobre a deslocação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

A Oradora: ... de doentes para esses tratamentos. O Governo esquece-se que os dois milhões de euros já investidos no bunker (que está fechado)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Ouça!

A Oradora: ... dariam para pagar a deslocação inter-ilhas de doentes, durante dez anos, ou seja, o tempo de vida útil dos equipamentos.

E não vale a pena continuar a utilizar o argumento kafkiano de que não se utiliza o bunker da ilha Terceira, porque o respetivo Hospital não tem especialistas, porque não existem especialistas em mais nenhuma unidade de saúde dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E a própria razão justifica que sai muito mais barato e é muito mais fácil fazer deslocar os especialistas do Continente para um Hospital que tem o bunker e as infra-estruturas necessárias aos tratamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito, Sra. Deputada!

A Oradora: Aliás, em sede de comissão de inquérito, a então Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Ilha Terceira reconheceu e garantiu que a unidade de saúde estava inclusivamente preparada com todas as valências necessárias para dar apoio aos doentes de radioterapia nas patologias secundárias que possam vir a surgir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mais uma vez o Governo Regional desperdiçou e desperdiça recursos existentes...

Mais uma vez à frente da saúde dos Açorianos, foram postos os lobbies que importa defender...

Em tempo de vacas gordas gastou-se à tripa forra... Gastou-se na farinha e no farelo... E agora poupa-se na saúde dos Açorianos!

E agora vem este Governo e este Secretário Regional da Saúde com documentos de reestruturação do SRS para poupar, racionalizar e rentabilizar.

Pelo meio o Governo Regional, contra todas as suas promessas e compromissos, impôs as taxas moderadoras no acesso SRS, alegando que as mesmas reverteriam na íntegra para pagar os tratamentos de radioterapia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então como é?

A Oradora: Como é que se financiam privados com sistemas de incentivos provenientes de fundos comunitários se afinal as taxas moderadoras é que serviriam para financiar a radioterapia. Está torto, muito torto este processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Bela intervenção!

A Oradora: Senhora Presidente; Senhoras e Senhores Deputados;

Não está em causa a ilha onde os tratamentos podem e devem ser feitos. Está em causa a saúde dos Açorianos, a gestão dos dinheiros públicos e o planeamento eficaz e eficiente que se deve fazer dos investimentos públicos.

O CDS-PP entende que não vale a pena esperar mais para que o novo Centro de Radioterapia dos Açores esteja construído.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Queremos que as valências que existem sejam potencializadas e postas a funcionar, pelo que apelamos ao Governo Regional para equipar e pôr a funcionar a unidade de radioterapia do novo Hospital da Ilha Terceira já.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a ouvir, Sr. Secretário?

A Oradora: O Governo Regional ainda está a tempo de emendar a mão, aproveitando os recursos e os milhões já investidos e de, no curto espaço de tempo, pôr a radioterapia a funcionar nos Açores e os doentes dos Açores a serem tratados na sua terra!!!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Fica com uma sugestão construtiva!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD quer louvar os petiçãoários desta petição, reconhecendo a sua atitude reivindicativa e o instrumento utilizado que em muito valoriza o Parlamento Açoriano.

A primeira constatação advém do facto do objeto da petição estar prejudicado, porque o Governo Regional já decidiu construir um Centro de Radioterapia em São Miguel, mas que ainda não está em funcionamento.

Na verdade, o Governo Regional criou expectativas aos Terceirenses para existência de um Centro de Radioterapia na Terceira no âmbito do novo Hospital da Ilha Terceira, por isso têm razão, muita razão, os peticionários que assinaram esta petição.

O referido centro está descrito em vários documentos provisionais e, inclusive, foi construída uma estrutura física no novo Hospital que custou 1,5 milhões de euros.

Posteriormente, o Governo Regional escudou-se na indicação técnica e económica de estudos para não instalar a radioterapia na Terceira. Ou seja, primeiro constrói e depois fala nos estudos, cria as expectativas e falha, promete e não cumpre.

Um Governo responsável não caminha aos ziguezagues. Responsavelmente faz planeamento e, na Região acresce que a decisão política deve ter, fundamentalmente, por base a decisão técnica e as características da insularidade que marcam este Arquipélago.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim sendo, a segunda constatação é óbvia: O Governo Regional falhou com o prometido, iludindo os Terceirenses para um objetivo que não cumpriu.

Para o PSD/Açores a saúde dos Açorianos é uma prioridade. Sempre foi e sempre será. É neste sentido, que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores continua a prever de forma responsável uma Unidade de Radioterapia na Terceira, desde que estejam asseguradas as condições para a existência de um serviço que seja de qualidade e eficiência para os doentes.

Tenho dito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, em primeiro lugar, naturalmente, como é da praxe, saudar todos os peticionários e aqueles que se mobilizaram em torno desta questão e entenderam utilizar um instrumento que, quanto a nós, é de enorme importância, refiro-me à figura da petição.

A verdade é que discutir a instalação de um centro de radioterapia ou discutir questões relacionadas com a radioterapia, estamos a falar de questões de grande sensibilidade, de questões muito sérias e que não se coadunam com posturas demagógicas ou populistas em torno desta questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, Sr. Deputado! Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tipo quando um certo Presidente do Governo falou em taxas moderadoras!

O Orador: E, portanto, fica aqui uma saudação especial à postura e ao envolvimento cívico e social, até, que os peticionários desta petição, passo o pleonasma, tiveram.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Há, de facto, como foi referido pelas intervenções que me antecederam, um investimento no âmbito das obras do hospital da ilha Terceira, a existência de um *bunker*, que pode também receber equipamentos na área da radioterapia.

A verdade é que esse *bunker* está lá, o hospital, felizmente, aquele ótimo investimento para a ilha Terceira e para os Açores, está lá, está à vista de todos, tem uma projeção de médio prazo de vários anos e, portanto, pode vir ainda, eventualmente, no médio prazo, se assim for necessário, aliás, temos afirmações públicas de governantes que afirmam precisamente isso: o investimento está lá, existe e, portanto, poderá vir a ser usado no médio prazo para este tipo de ação.

E a verdade é que num investimento deste tipo, com os valores envolvidos nos investimentos deste tipo, com os equipamentos inerentes a estes equipamentos, o apoio público, o apoio do poder político público a este tipo de investimentos

carece, obviamente, de uma apurada e cuidada ponderação técnica e orçamental. E estou certo, não tenho dúvidas, que é isso que o Governo dos Açores fez e faz,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O debate do Orçamento já passou!

O Orador: ... quer nesta, quer nas outras questões parecidas com esta.

Mas a verdade é que, e isso não foi referido pelas intervenções que me antecederam, há um investidor privado que pretende investir num centro de radioterapia nos Açores e quer que esse investimento seja feito na ilha de São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as taxas moderadoras? Não eram as taxas moderadoras que iam pagar isto?

O Orador: E nós respeitamos e compreendemos essa posição.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um argumento!

O Orador: Já o disse publicamente em várias plataformas, em vários debates, em várias participações públicas, que acredito, e não tenho a mínima dúvida, que o hospital da Terceira tem condições para ser um polo de excelência em várias áreas, quer para a ilha Terceira, quer para o grupo central, quer também para os Açores, incluindo, e porque não, no médio prazo, também a radioterapia.

Há aqui uma questão que, na nossa perspetiva, é incontornável, ou seja, temos um investidor privado que quer fazer este investimento na ilha de São Miguel e nós respeitamos e compreendemos essa vontade, que é legítima de qualquer investidor. E temos agora esta situação num momento que nos parece irreversível, tendo em conta o momento e a altura em que este processo se encontra.

Dizemos, com toda a frontalidade, sem qualquer tipo de preconceito partidário, ou de tacticismo partidário, que esta questão poderia, a determinada altura, ter tido outra abordagem, com certeza que sim, do poder político, dos partidos, mas também é importante referir que esta matéria poderia também ter outro tipo de abordagem por parte de partidos políticos, por parte de agentes sociais, por parte, por exemplo, de profissionais de saúde com responsabilidades nesta área

no hospital da ilha Terceira, enfim, evitando todas as instabilidades que foram criadas em nome de agendas partidárias em torno desta questão do centro de radioterapia.

Todas as especulações, todas as suspeitas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Só falta dizer que a oposição destruiu o *bunker* da ilha Terceira!

O Orador: ... todos os processos que envolveram divergências entre a ISOPOR, entre a Quadrantes, enfim, um conjunto de momentos e de episódios que, sendo legítimos, não ajudaram nem contribuíram para a resolução deste problema.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi o planeamento do Governo que ajudou! Boa gestão dos dinheiros públicos!

O Orador: E, portanto, resumindo aquilo que já referi, saudamos os peticionários e há uma questão que é absolutamente incontornável: há um investidor privado que pretende fazer este investimento na ilha de São Miguel e nós compreendemos e respeitamos essa vontade.

Dizer também, não posso deixar de referir,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores enterraram milhões de euros!

O Orador: ... tendo em conta que a Sra. Deputada Graça Silveira dirigiu, se não estou em erro, algumas perguntas ao Sr. Secretário da Saúde, eu devo relembrar a câmara que nós estamos e discutir uma petição e, portanto, como se sabe, o Regimento não permite as intervenções do Governo dos Açores nestas discussões.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta petição, cujos autores e autoras o Bloco de Esquerda saúda, traz outra vez à liça uma questão que tem sido sobejamente debatida, analisada, escrutinada, discutida, mas, defeito meu, e defeito do Bloco de Esquerda, não suficientemente esclarecida até ao dia de hoje.

Nós partimos do seguinte princípio: os Açores precisam e têm direito, as suas populações, a ter sedeadado, na região, um centro de radioterapia sem dúvida nenhuma. Onde é que deverá ser sedeadado este centro de radioterapia? Do ponto de vista do Bloco de Esquerda é indiferente que seja em São Miguel, na Terceira, na Graciosa ou no Corvo; deve ser sedeadado no local, na ilha onde, após estudos relacionados com esta temática (estatísticos, de previsão, clínicos, médicos, financeiros, relação de custo/benefício), após um estudo claro apresentado, por exemplo, nesta casa e à população em geral, se compreenda que é em São Miguel por uma razão ou por variadíssimas razões claras, objetivas, quantificadas, racionais ou que é na Terceira por estas mesmas razões, de uma outra maneira.

Aquilo que é incompreensível em toda esta situação é o processo, porque, Sras. e Srs. Deputados, nós começámos com uma parceria público-privada, chumbada três vezes pelo Tribunal de Contas, depois passámos para o negócio com um privado, cujo custo era tão significativamente inferior ao primeiro, que era escandaloso pensarmos que alguma vez o Governo Regional teve a intenção de pagar aquele preço a uma parceria público-privada, e, finalmente, acabámos com um privado, que é ele que decide onde é que vai ser, afinal, o centro de radioterapia dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E as taxas moderadoras?

A Oradora: E permitam-me que diga que isto é absolutamente estranho, porque isto é pôr os Açores, as suas populações e o próprio Governo Regional a comando de interesses privados. Cá estamos nós outra vez na mesma!

Por acaso hoje o PSD está incomodado com isso; ontem não estava, mas pronto! Dias não são dias! Há sempre um momento, há dias mais felizes e outros menos!

Mas qual é a explicação que o privado tem para querer em São Miguel? Porque é lá que o seu negócio é rentável? Oh, Sras. e Srs. Deputados, ninguém discute isso. É legítimo. É isso que um privado tem que procurar, é a rentabilidade do seu negócio, é o lucro. Agora, é por isso que o Governo Regional faz este centro em São Miguel e não na Terceira? Isso é inaceitável.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O privado não quer!

A Oradora: É isto que é inaceitável! É que o Governo Regional sedie em São Miguel, porque há um privado que quer investir em São Miguel quando na Terceira o Governo Regional gastou, como o povo diz, “uma pipa de dinheiro” no novo hospital, que tem todas as condições para ter um centro de radioterapia. Ou dito de outra maneira: nada disto faz sentido aos olhos de qualquer pessoa, aos ouvidos de qualquer pessoa, por uma lógica de mero bom senso, isto já nem é política, Sras. e Srs. Deputados, e muito menos partidária, é uma questão de bom senso, de razoabilidade.

Por que é que o Governo Regional, qual é o estudo, qual foi o estudo, qual foi o levantamento, quais são os dados, quais são os critérios que levam o Governo Regional a decidir fazer este centro em São Miguel e não na Terceira, ilha na qual já tinha instalações para este desiderato?

Segunda pergunta. Fá-lo porque há um privado que quer investir legitimamente em São Miguel ou fá-lo porque na política de saúde do Governo Regional é lá que deve ser sediado? Nunca isto foi esclarecido, nem nesta casa, nem aos olhos dos açorianos e açorianas, e o Bloco de Esquerda continua sem compreender a razão.

O Sr. Deputado Berto Messias, na sua intervenção, disse que é evidente que o particular, o privado tem toda a legitimidade de procurar o sítio que mais lhe interessa, que lhe dá rentabilidade ao negócio, mas eu não posso aceitar que o critério do Governo Regional seja esse, e que o critério do Sistema Regional de Saúde seja esse, e que o critério das populações que precisam de recorrer o mais rapidamente possível e com o mínimo de custos em transportes, em distanciamento e em sofrimento suplementar seja este, seja um negócio de um privado.

Portanto, de facto, o Governo não pode intervir nesta matéria, neste momento, mas o Governo já teve imensas possibilidades para poder esclarecer definitivamente esta situação e até hoje nunca o fez.

E, portanto, os peticionários, com toda a legitimidade, voltam a levantar um problema que o Governo Regional ainda não conseguiu esclarecer de forma cabal aos açorianos e açorianas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP saúda os peticionários e não vai tecer grandes considerações nem alimentar grandes polémicas sobre esta questão que é objeto desta petição.

Apenas constatar o facto de que o Governo Regional, sobre esta questão, não tem nenhuma orientação clara e que quem define é o investimento privado, são os privados que definem. E isto só pode ser considerado lamentável (lamentável!). Quem define é o investidor privado numa questão que não é assim de somenos importância. Trata-se das políticas de saúde da Região Autónoma dos Açores e quem as define, pelos vistos, não é o Governo Regional é um investidor privado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um conjunto de considerações que têm sido tecidas em relação ao entendimento do Governo sobre essa matéria e eu gostaria de questionar a Mesa

se neste ponto do Regimento o Governo tem a possibilidade de intervir para explicitar aquilo que têm sido as referências à sua ação.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Anda gente distraída!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem está distraído é o Sr. Presidente do Governo, porque já tinha dito isso!

Presidente: Sr. Presidente do Governo, o Regimento, efetivamente, não permite que o Governo possa intervir no debate sobre as petições e, naturalmente, sobre esta matéria em particular.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta questão, eu acho que há que sinalizar um ponto prévio que é a decisão política, que penso que é partilhada por todos os partidos, da criação de tratamentos de radioterapia nos Açores. Esta é uma questão estratégica, é uma questão fulcral, é o primeiro ponto que interessa relevar.

Segundo ponto: o local.

Em relação ao local, e ao próprio desenvolvimento do processo, eu considero que nesta questão as coisas não estão claras e, obviamente, há que problematizar as decisões que têm vindo a ser tomadas, nomeadamente há que partir do reconhecimento que é feito do investimento público. É feito um investimento público no hospital da Terceira que cria esta valência. É um investimento muito significativo.

A seguir, temos que tomar uma decisão que é: se existe um equipamento público onde foi feito um investimento considerável, o que é lógico é que se criem as condições do ponto de vista logístico para que se instale aí o serviço.

Disse o Partido Socialista pela voz do Sr. Deputado Berto Messias que existe um privado que tem outro tipo de decisão do ponto de vista logístico. Mas a decisão de um privado não pode, do ponto de vista da posição do PPM, condicionar aquela que é a decisão pública, aquela que é a decisão da região. Ainda para mais quando este investimento é feito num modelo que, no caso do

PPM, nós temos enormes desconfianças. Nós já não podemos ouvir falar em parcerias público-privadas. A experiência neste país é de que a parceria público-privada significa que há uma parceria em que as despesas ficam para o contribuinte e para a região e para o Estado, e os lucros para o privado. Este tem sido o modelo. Aliás, as parcerias público-privadas, e este modelo, o modelo das parcerias público-privadas, é em parte responsável pela situação em que o país está.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu lembro-me quando apareceram as parcerias público-privadas. E isto foi feito em Inglaterra. É uma forma de captarmos investimento, não traz nenhum problema para o país. O que nós vemos é um horizonte negro por causa das parcerias público-privadas, que significam encargos cada vez maiores para as novas gerações. Já são encargos muito significativos, mas quando olhamos para o futuro o que verificamos é que as novas gerações têm já um horizonte negro devido às parcerias público-privadas.

Portanto, eu, à partida, em relação a este modelo das parcerias público-privadas, o que tenho é, em relação à sua implementação em Portugal e na Região Autónoma dos Açores, uma enorme desconfiança.

Depois é assim. E se as coisas correrem mal na parceria público-privada? O que me podem dizer é o seguinte: há uma série de garantias que são contratualizadas, mas o que acontece a seguir é, “e se o privado chegar à conclusão que afinal fez mal as contas e que a exploração não é a correta?”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas isto não é nenhuma PPP!

O Orador: Pode chegar à conclusão e o que a região tem que garantir é que aquele serviço, que é um serviço que politicamente nós decidimos que é fundamental para os doentes dos Açores, tem que continuar a funcionar...

Deputado Berto Messias (PS): Mas não estamos a falar de PPP, Sr. Deputado!

O Orador: ... e daqui a uns anos vamos ter mais dinheiro público a investir neste projeto.

Eu considero que, as coisas como estão, não faz sentido que a região não utilize umas infraestruturas que já estão construídas, uma valência que já existe e que a região possa utilizar para concretizar aquele que é o nosso objetivo político que é dar aos açorianos a oportunidade de terem estes tratamentos na Região Autónoma dos Açores, que é o facto mais relevante.

Agora, a existência de um privado que tem interesse nesta questão não pode condicionar uma matéria que nós temos vindo aqui a discutir, ao longo destes dias, no Plenário, que é o que é que é essencial, o que é que o Estado deve garantir. Eu acho que as valências, do ponto de vista da saúde, é algo em que o Estado deve decidir com independência dos interesses privados. Na saúde, na educação e na assistência social, nestas matérias a decisão é do Estado, neste caso, a decisão é da região e não pode ser condicionada pelos interesses dos privados. Este é o nosso ponto de partida. Por isso, nós consideramos, nesta matéria, do ponto de vista específico, é que existindo esta valência, existindo estas infraestruturas, nada justifica que não se crie esta infraestrutura no hospital da Terceira.

Podem dizer-me que existem mais doentes na ilha de São Miguel. Mas na ilha de São Miguel existem mais doentes, mas também existem mais professores, também existem mais alunos, também existem mais marinheiros,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mais marinheiros não!

O Orador: ... também existem mais pescadores. E, portanto, esta questão, do ponto de vista político, não pode reduzir, condicionar os investimentos que são feitos, porque a nossa natureza é uma natureza arquipelágica em que uma das ilhas é muito maior do que as outras e tem muito mais população, até tem mais população do que todas as outras juntas.

E, portanto, nesse sentido, o nosso modelo é um modelo autonómico em que as decisões têm que ser tomadas do ponto de vista racional, com certeza, mas também aproveitando os recursos instalados e racionalizando os recursos instalados. E onde é que eles existem? Na ilha Terceira.

Portanto, isto é incontornável. Existe um investimento realizado numa ilha e não se percebe por que é que esse investimento não é rentabilizado. E não é

rentabilizado, diz o Partido Socialista, porque existe um privado que pensa de forma diferente. Não pode ser! Nesta questão, não pode ser. Nesta questão, quem decide é a região e decide de uma forma racional e nesta matéria eu considero que ainda está por explicar a racionalidade deste processo. E, portanto, a decisão eu ainda não a tomo como definitiva, porque os factos têm vindo a demonstrar que a decisão foi errada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Já todos intervieram, por isso podemos encerrar este ponto da Agenda e entramos no ponto 6: **Petição n.º 7/X – “À Assembleia Legislativa Regional dos Açores para que tome as medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, haja pelo menos mais um médico oncologista”**, apresentada por Martha Margaret Silva Ramalho Correia, na qualidade de primeira subscritora.

Para a apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, Sra. Deputada Arlinda Nunes.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIÇÃO DA PETIÇÃO N.º 7/X

“À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, PARA QUE TOME AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA QUE NO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA HAJA PELO MENOS MAIS UM MÉDICO ONCOLOGISTA”

PONTA DELGADA, 21 DE AGOSTO DE 2013

CAPÍTULO I

Introdução

A 7 de maio de 2013 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 7/X, intitulada “À Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que tome as

medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira haja pelo menos mais um médico oncologista”, que reúne um total de 1050 (mil e cinquenta) assinaturas, tendo como primeiro signatário Martha Margaret Silva Ramalho Correia.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 21 de agosto de 2013, na delegação da cidade de Ponta Delgada.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas à saúde, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

d) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 10 de maio de 2013, na Delegação da Assembleia Legislativa da cidade de Ponta Delgada, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

e) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição tem como objeto solicitar à Assembleia Legislativa que tome as medidas necessárias para que no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira “haja pelo menos mais um médico oncologista”, uma vez que, segundo dados apresentados pelos peticionários, entre 1997 e 2008 surgiram mais de 12 mil novos casos de cancro, uma tendência que “tem vindo a crescer a cada ano nos Açores embora irregularmente”, havendo apenas, de acordo com o texto da petição, um médico oncologista no Hospital de Santo Espírito na ilha Terceira, o que parece aos peticionários “perfeitamente insuficiente (...) para uma adequada assistência aos doentes de cancro não só da ilha Terceira como aos das demais ilhas do Grupo Central do arquipélago e, porventura, também aos doentes do Grupo Ocidental”.

f) DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição
- Audição do Sr. Secretário Regional da Saúde

3) AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR, MARTHA MARGARETT SILVA RAMALHO CORREIA

A primeira subscritora foi ouvida na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Angra do Heroísmo, a 14 de junho de 2013. Fez-se acompanhar de

mais dois subscritores, que a Comissão deliberou que poderiam assistir, sendo que só a primeira peticionária deveria intervir.

Começou então por referir que trabalha na Liga dos Amigos do Hospital de Angra e que, no desempenho dessa função, assiste a muitos “desabafos” dos utentes. Considera que, pelo elevado número de consultas, os médicos acabam por “se desligar” dos seus doentes, não lhes prestando a devida atenção e o devido apoio, pelo que seria necessário um reforço de médicos oncologistas. Disse ainda ser notório que os casos de cancro estão a aumentar, e que os utentes por vezes esperam demasiado tempo para serem atendidos.

O deputado Francisco Silva questionou sobre o tempo de espera médio para uma consulta, para se perceber em que medida a contratação de mais um médico poderia facilitar a situação. Questionou também sobre se o médico que presta esse serviço é mesmo oncologista. A primeira subscritora respondeu que o tempo de espera varia, podendo chegar aos três meses para uma primeira consulta. Mas desconhece os tempos médios. Acrescentou que há um outro problema, nomeadamente o facto de o médico, segundo os relatos que lhe fizeram, ser “arrogante” e “desumano” – tendo nesse momento referido que dispunha de testemunhos por escrito que o demonstravam.

A deputada Renata Correia Botelho questionou sobre se esses testemunhos se tratavam de reclamações efetuadas no “Livro de Reclamações”, que deverão seguir os trâmites previstos, ou se chegaram à primeira peticionária de modo informal, ao que esta respondeu que dispõe dos dois tipos, mas que poderia deixar fotocópias.

A situação gerou debate na Comissão, tendo o Presidente, deputado Domingos Cunha, alertado para o facto de os referidos testemunhos poderem dar azo a novas diligências e novos procedimentos, se o seu conteúdo o justificasse. A Comissão decidiu então, por unanimidade, aceitar apenas testemunhos assinados (uma vez que muitos deles não tinham identificação do autor), pelo

que admitiu, nestes moldes, um documento (que consta do presente relatório, fazendo dele parte integrante).

O deputado Luís Rendeiro perguntou se a primeira peticionária tem mesmo uma noção clara de que há maior número de casos, ou se essa perceção se deverá ao facto de serem mais os casos atualmente diagnosticados. Perguntou pelo desempenho, em termos de competência, desse médico, independentemente das características humanas. Perguntou ainda se têm conhecimento de que há um médico oncologista em formação, ao que a interlocutora respondeu que as estatísticas apontam para um maior número de casos, mas não sabe se será por melhores diagnósticos. Acrescentou que já ouviu falar desse novo médico em formação, mas que só em 2016, no mínimo, estaria apto a desempenhar essas funções. Acha que o acréscimo de um médico já melhoraria o panorama atual. Relativamente à competência, relatou uma situação próxima – da peticionária que a acompanhava – que, por ter sido supostamente mal atendida (no contexto do seguimento aconselhado para doentes oncológicos), não lhe foi diagnosticada atempadamente uma metástase, correndo agora “risco de vida”.

A situação gerou nova discussão na Comissão, uma vez que os peticionários (a senhora referida e o seu marido) que se encontravam com a primeira subscritora pediram para falar (e “desabafaram” espontaneamente acerca do sucedido com a utente, de forma assaz emotiva, mas sem acrescentar, objetivamente e de modo substancial, conteúdo de monta ao que fora dito pela primeira peticionária), tendo o Presidente da Comissão apelado ao anteriormente combinado, de que só um dos peticionários seria ouvido, não obstante tratar-se de um assunto que a todos toca, pelo seu carácter sensível, de forma muito próxima. O deputado Luís Rendeiro, nesta sequência, aditou ainda o facto de as decisões não poderem ser personalizadas, e que aos deputados de uma Comissão cabe decidir, sem personalizar, no sentido de servir o maior número de pessoas. A deputada Renata Correia Botelho apelou ainda à compreensão dos peticionários, evocando o facto de, desta forma, se abrir um precedente que

poderá ser difícil de gerir em todas as outras (numerosas) petições que chegam à Comissão de Assuntos Sociais.

Antes da conclusão da audição, o deputado Domingos Cunha quis esclarecer que a Região tem, atualmente, cinco internos em oncologia médica.

4) AUDIÇÃO DO SR. SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, LUÍS CABRAL

A audição da Sr. Secretário Regional da Saúde (SRS) teve lugar na delegação da Assembleia Legislativa Regional de Angra do Heroísmo, a 14 de junho de 2013.

Pretendeu clarificar, desde logo, que não há médicos oncologistas nos Açores, e que os que existem são médicos de medicina interna com especialização em oncologia, pelo que a petição, ainda que veicule uma pretensão legítima, denota uma interpretação equivocada da realidade. Acrescentou que o que se deseja é, de facto, e indo ao encontro dos peticionários, que haja oncologistas na Terceira, o que não tem sido fácil de conseguir, uma vez que é uma especialidade que parece não despertar grande procura entre os médicos. No seu entender, dois médicos oncologistas será o número desejável para o Hospital de Angra.

O deputado Francisco Silva questionou o governante sobre quanto tempo demora a obtenção de uma consulta desta especialidade em Angra, ao que o SRS respondeu que os tempos de espera dependem da patologia, embora esta deva ser uma área na qual, mesmo com triagem inicial, não é desejável que ocorra qualquer tempo de espera.

O deputado Luís Rendeiro pretendeu apenas reforçar a pretensão dos peticionários, de aumento da capacidade de resposta, mas considerou que o SRS já respondera, na sua intervenção, a esta observação.

A deputada Judite Parreira pretendeu questionar o SRS sobre se, ao afirmar concordar com essa necessidade, se compromete a, caso apareçam esses especialistas, afetá-los ao Hospital de Angra, ao que o SRS respondeu prontamente que sim.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

7) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1050 cidadãos, deverá a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;

8) À semelhança do que acontece no restante arquipélago, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira não dispõe de qualquer médico oncologista; o que desempenha funções na área é médico de medicina interna com especialização em oncologia;

9) O Governo Regional mostrou todo o interesse e disponibilidade em chamar para a região médicos oncologistas, logo que estes surjam e pretendam fixar-se na região;

10) Essa contratação de médicos oncologistas inclui, naturalmente, a ilha Terceira, que passaria a dispor de pelo menos um médico oncologista (respondendo em pleno à pretensão dos peticionários), a acrescentar ao médico de medicina interna que já ali atua;

11) Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao Departamento Governamental com responsabilidade e competência na matéria em apreço.

A Relatora: *Renata Correia Botelho*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Domingos Cunha*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pediu a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 22 minutos.

Antes do intervalo, a Sra. Relatora da comissão apresentou o relatório referente a esta petição.

Estão, assim, abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para intervenção neste debate.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e para além da saudação aos peticionários, eu gostaria de expressar mais uma vez o meu pesar pelo falecimento da D. Fernanda Trindade, uma das peticionárias deste documento, e que teve oportunidade de dar

testemunho do seu caso, de forma muito sentida e emocionada, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

Infelizmente, o tempo e o curso da sua doença não permitiram que pudesse chegar a conhecer o desfecho destas diligências, nem tampouco da pretensão que levou a que assinasse esta petição.

Quanto à petição propriamente dita, acredito que o objeto da mesma possa estar cada vez mais próximo de ser alcançado, uma vez que, no decurso das diligências efetuadas pela Comissão de Assuntos Sociais, ficámos a saber que a Região tem neste momento cinco internos em oncologia médica e que, com naturalidade, pelo menos um deles, há de poder ser recrutado para exercer a sua profissão no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Acreditamos também na bondade das intenções demonstradas pelo Senhor Secretário Regional da Saúde quando disse, em comissão, apoiar os desejos dos peticionários e entender que é desejável a existência de pelo menos dois médicos oncologistas no Hospital de Angra, comprometendo-se a afetar tais recursos humanos ao hospital em questão logo que haja a disponibilidade dos especialistas em oncologia médica.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Esta petição é muito importante. E é importante porque o Cancro mata e, quer pelo aumento da esperança média de vida das pessoas, quer pela evolução científica que a medicina, e as áreas com ela relacionadas, têm tido, cada vez se diagnostica um maior número de casos do foro oncológico.

Os Açores e os açorianos não escapam a esta realidade e o tempo de espera por uma consulta, por um exame ou por um tratamento, pode fazer a maior das diferenças: a diferença entre a vida e a morte.

Há cada vez mais casos de cancro, mas há, felizmente, também cada vez mais casos de sucesso no tratamento dos mais variados tipos de neoplasias, desde que se atue o mais precocemente possível.

Um só médico a exercer atividade na área da oncologia num hospital com a dimensão e a relevância do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira é

manifestamente pouco. É pouco e mau para quem adoece e é uma sobrecarga para quem assume a responsabilidade de, sozinho, ter de chegar a tudo, a todos, depressa e sem poder falhar.

Senhor Secretário da Saúde, é mesmo muito urgente ter mais um médico a cuidar dos doentes oncológicos no Hospital de Angra. Todo o tempo de espera é tempo demais.

O que está em causa são as vidas das pessoas e as pessoas são o mais importante. Todas as especialidades médicas são imprescindíveis. No entanto, há algumas que tratam doenças que podem ter algum tempo de espera. A oncologia não pode esperar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) saudar os peticionários e também saudar a sua participação cívica e o seu comportamento responsável nesta matéria.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) saúda, como disse, os 1.050 cidadãos que subscreveram esta Petição, cujo objeto pretendido é o de propor que se promova a acessibilidade e o alargamento dos cuidados de saúde em oncologia médica, através da contratação de, pelo menos, mais um médico oncologista para o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, considerando que, nas suas opiniões, entre 1997 e 2008 surgiram mais de 12.000 novos casos de cancro, nos Açores, com tendência para aumentar.

É uma evidência atual que o Serviço Regional de Saúde não possui médicos com a especialidade de oncologia médica, como também é uma evidência efetiva que os médicos que prestam cuidados de saúde aos doentes oncológicos, desde sempre, são médicos com a especialização em medicina interna com diferenciação em oncologia, reconhecida pela Ordem dos Médicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sempre!

O Orador: Estes médicos têm demonstrado inequívocas competências científicas e técnicas nesta área, como vêm desempenhado um papel preponderante e fundamental no tratamento e acompanhamento dos nossos doentes oncológicos, compatibilizando as situações clínicas com as mais adequadas e atuais técnicas e tratamentos existentes, para, por um lado, diminuir a necessidade de deslocação para o continente, mas, essencialmente, para promoverem a cura das situações oncológicas passíveis de o serem, de minimizarem os efeitos e consequências que a doença acarreta e de contribuírem para a melhoria da sua qualidade de vida.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera ser importante que tenhamos a noção de que o tratamento médico das diversas doenças oncológicas tem vindo a modificar-se nos últimos anos.

Atualmente, e sempre que clinicamente possível, as maiores preocupações dos profissionais de saúde que trabalham nesta área, centram-se na máxima conservação da função e da estética de cada doente.

Em 2012, nos 3 hospitais da Região, realizaram-se 11.085 consultas de oncologia médica, sendo que 2.794 se efetuaram no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

O Governo dos Açores, pelo Senhor Secretário da Saúde, afirmou e assumiu que o desejável é o recrutamento e fixação de médicos com a especialidade de oncologia médica para os hospitais da Região, nomeadamente, para o hospital da ilha Terceira, sem, contudo, termos a noção que esta especialidade médica nem sempre desperta grande procura entre os jovens médicos que ingressam nos internatos complementares.

Mesmo assim, a Região, tem 5 bolseiros nos diferentes anos de formação complementar em oncologia médica, e esperamos que, concluída a mesma, ingressem e se fixem nas unidades de saúde por onde fizeram a candidatura e o ingresso.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer deixar uma palavra de reconhecimento ao mérito, à dedicação, à competência e ao trabalho que todos os profissionais de saúde da área da oncologia médica fazem aos nossos doentes

oncológicos, para que a dignidade e a qualidade imperem nos cuidados que prestam e na salvaguarda da qualidade de vida que todos merecem.

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É legítima esta iniciativa cidadã e ainda bem que ela acontece. Demonstra que as pessoas estão cada vez mais despertas para os problemas do Serviço Regional de Saúde, e, particularmente, quem deu grande contributo, que, infelizmente, já não está entre nós, a Sra. Professora Fernanda Trindade e Presidente, durante muitos anos, da Liga dos Amigos do Hospital do Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, deu um contributo muito interessante e significativo nesta área da oncologia.

Agora, não podemos tapar o sol com a peneira e a primeira coisa que se tenho que dizer é o seguinte: não existem médicos oncologistas nos Açores. Não há um que seja titular desse grau de especialidade. E se há quem se tenha dedicado à causa, e que nós reconhecemos, com certeza, aqueles que tratam os seus doentes com humanidade e com respeito pela pessoa humana são dignos desse respeito, não são dignos de respeito aqueles que não tratam os doentes com dignidade, aqueles que criam, em quem já está debilitado, ainda mais ansiedade, que escolhem doentes, que maltratam uns e bem tratam outros. Isso é que não é admissível no Serviço Regional de Saúde, não é admissível nos Açores, e em nenhuma parte. Mas isso também tem que ser dito que existe nos Açores. Há doentes oncológicos e temos que pôr o dedo na ferida. É também a função deste Parlamento, é também a nossa função como deputados ouvir as queixas que nos chegam dos doentes e um doente oncológico não se vem queixar a um deputado que foi maltratado num hospital por um profissional de saúde. Vem porque se sente efetivamente maltratado. E é isso que acontece, infelizmente, em alguns casos e é a isso que nós temos que estar atentos.

E por isso é fundamental que não exista apenas um, que exista no mínimo dois, para que os doentes possam ter poder de escolha e, sobretudo, para que possam ser tratados com humanismo e, sobretudo, para que possam ser tratados como pessoas, independente da sua condição social, porque também se verifica que alguns são melhor tratados porque são filhos de A, parentes de B ou amigos de C. Isso também se verifica, infelizmente, nos nossos Açores.

Não quero fulanizar nem particularizar, mas muitos dos açorianos que me ouvem sabem do que estou a falar. E, portanto, faço um apelo veemente ao Governo.

E ainda bem que temos 3 ou 4 ou 5 jovens médicos em formação para esta área da oncologia. Espero que fiquem cá, espero que se criem as condições necessárias, e até mais algumas, porque isto é uma questão de emergência em saúde, é uma questão de emergência em cuidados de saúde e é uma questão...

Não que tenha, sem nenhum alarmismo, faltado algum cuidado de saúde a algum açoriano, que tenha sido recusado algum cuidado de saúde, não estou a dizer isto, mas estou a dizer que temos que olhar para este problema com muito cuidado, com muita atenção e, se me permitem, com muito carinho pelos nossos doentes oncológicos, porque já lhes chega o grande sofrimento da doença para estarem a ser vítimas de coices, que é o termo que eles usam, frequentemente, vítimas de coices que levam nos hospitais quando vão à consulta. Aliás, já vão assustados para a consulta. E o Sr. Secretário, que é médico, e o Sr. Deputado Domingos Cunha, que também é médico, e os profissionais de saúde que aqui estão e qualquer ser humano com bom senso percebe que o bem-estar psicológico de um doente é fundamental para o combate da doença terrível que é o cancro.

Por isso, Sr. Secretário, apelo para que consiga, logo que estes profissionais estejam formados, fixá-los mais rapidamente, quer no hospital de Ponta Delgada, quer no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, quer também no Hospital da Horta.

E termino felicitando, mais uma vez, a sensibilidade desta gente, que alguns deles, doentes oncológicos, e que alguns deles sofreram por falta de

humanismo, pontual, se calhar, não é a regra, felizmente, mas que marcou, com certeza, a evolução da sua doença e o seu estado de sofrimento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que vou dar por concluído este ponto.

Vamos avançar com a nossa Agenda e para o ponto 7: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo”.**

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum. Neste caso, o Partido Socialista e o Governo têm 25 minutos; PSD, 20 minutos; CDS, 13 minutos; e as Representações Parlamentares, 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para a apresentação do diploma.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/A, de 2 de Dezembro, ao fixar o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, veio definir o quadro geral (1) do apoio a prestar pela administração regional autónoma ao desenvolvimento da atividade desportiva não profissional, (2) da promoção desportiva, (3) da formação dos recursos humanos no desporto, (4) do desporto de alto rendimento, (5) da proteção dos desportistas, e (6) das infraestruturas desportivas no âmbito do desporto para todos e do desporto federado.

Passados quase quatro anos da sua aplicação regular, e apesar de este diploma ter vindo a cumprir bem a sua função, permitindo a estabilidade ao nível do desenvolvimento desportivo regional, é tempo de se proceder a uma breve revisão do seu articulado, de forma a adequá-lo às novas realidades do

desenvolvimento desportivo, e atender às tendências verificadas na evolução de alguns modelos competitivos.

Mantendo as grandes linhas de orientação do diploma em vigor, o Governo propõe, com esta iniciativa, a reformulação de alguns artigos, com o objetivo de, fundamentalmente, se alcançar:

- Uma melhor explicitação das condições de acesso aos apoios na atividade de treino e competição dos escalões de formação, em função da evolução verificada ao longo do tempo de vigência do atual DLR, adaptando-o às condições de disponibilidade de financiamento aprovadas anualmente por esta Assembleia em sede de Plano e Orçamento. De acordo com o diploma em vigor, o Governo tem que, necessariamente, garantir o financiamento dos clubes ou equipas que se candidatam em cada ano, independentemente do seu número e características. Com as alterações agora propostas, as disponibilidades financeiras serão distribuídas por todos, mas de uma forma proporcional aos indicadores utilizados e previamente definidos.

- Um enquadramento dos apoios à atividade competitiva de âmbito regional e nacional, em particular face à criação de competições regionais de regularidade anual que implica deslocações, como é o caso das alterações dos modelos competitivos atualmente em vigor, e em particular o funcionamento, pela primeira vez na Região, de um campeonato regional de futebol (Zona Açores de futebol de 11) com 10 equipas intervenientes, primeira competição desta natureza a iniciar-se na Região, perspetivando-se, para 2014/2015, o alargamento ao futsal.

- São valorizadas as condições de acesso aos apoios pela utilização de atletas formados nos Açores e no clube, uma vez que a evolução da utilização deste tipo de atletas se tem vindo a revelar muito positiva. Porém, não se pode correr o risco de tais condições serem transformadas numa artimanha para os clubes obterem mais apoios. Por isso, são aumentadas as exigências nos níveis competitivos mais baixos.

- Adoção da possibilidade de existência de mais do que um nível de “apoios complementares”, diferenciando-os em função das deslocações dentro

ou para fora da Região, uma vez que os valores das taxas aeroportuárias na componente das viagens é substancialmente diferente. Assume-se ainda uma maior flexibilidade no cálculo do valor destes apoios, pela introdução da possibilidade de atribuição de meio dia.

- Atualização dos critérios de enquadramento no âmbito do alto rendimento, e clarificação dos processos de acesso aos apoios especiais para planos de preparação específica, em ambiente Olímpico ou Paralímpico, em cumprimento do disposto no programa de Governo.

- Reforço do compromisso público de que, para a área do Desporto Adaptado (Desporto para deficientes), se garante igualdade de oportunidades e de tratamento, assegurando-se a progressiva aproximação ao modelo vigente no desporto dito “normal”.

A proposta que aqui trazemos pretende, no fundo, melhorar um diploma que já de si é bom.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bom?! Houve 50% de cortes!

O Orador: E, no contexto global das diversas áreas tuteladas pela Secretaria da Educação, Ciência e Cultura, tem por objetivo privilegiar a formação, incentivar a massa crítica, promover a qualidade e o mérito, e introduzir uma maior justiça nos mecanismos de apoio. Para bem do nosso desporto, dos seus agentes e praticantes, e, sobretudo, para bem das novas gerações de açorianos que desejamos que, cada vez mais, tenham a oportunidade de mostrar aquilo que valem – o que só acontecerá se forem devidamente formados e valorizados. É para isso que trabalhamos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Estas alterações que estão a ser feitas ao regime de apoio aos clubes e associações visam, segundo as palavras do Sr. Secretário Regional, disciplinar, por um lado, e promover a utilização de atletas formados na região. Mas, e relativamente a esta última questão, digamos que não há um incentivo, há é uma penalização relativamente à utilização de atletas formados na região, o que me parece que não dará resultado, como não deu em alterações anteriores que foram feitas a este diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Não é um problema que se possa resolver por via administrativa.

A história destas alterações a este diploma é longa e, infelizmente, em alguns momentos, foi feita por medida e visando determinados clubes, o que me pareceu, na altura, e na altura eu era dirigente desportivo, um mau princípio. Não é o que se está agora aqui a verificar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

O Orador: ... mas aquilo que se verifica é, de facto, por via administrativa, tentar promover a utilização de atletas formados na região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

O Orador: Eu não tenho nada contra, antes pelo contrário. Enquanto dirigente desportivo, procurei ter sempre escalões de formação e afetar aos escalões de formação muito do dinheiro que sobrava dos apoios às equipas que disputavam os campeonatos nacionais, procurando dar-lhes a melhor formação possível e consegui levar, por várias vezes, equipas dos escalões do meu clube às fases finais dos campeonatos nacionais. Portanto, essa atenção, penso eu que os dirigentes desportivos a têm.

Agora, Sr. Secretário Regional, parece-me que era fundamental e, digamos até, para que esta iniciativa do Governo merecesse o apoio da Representação Parlamentar do PCP, que se tivesse em consideração o seguinte: é que os apoios à formação de atletas e o modelo de formação de atletas na região têm ainda muito caminho para andar. E aí tem sido feito muito pouco.

Os valores que são atribuídos para a formação e a forma como se faz a formação de atletas na região, por via da participação nos clubes, precisa, de facto, essa, sim, é que precisa de ser alterada, de modo a que os clubes tenham condições para formarem os seus atletas, formá-los para que eles possam ter um nível competitivo que permita a sua utilização, não porque são obrigados a isso para não perderem apoios, não porque são obrigados a isso porque vão obter apoio com isso, mas sim porque os nossos atletas, os atletas formados na região têm um nível competitivo que permite a sua integração nas equipas sénior que disputam os campeonatos nacionais. Isso, sim, Sr. Secretário.

Eu percebo a via administrativa, mas ela é insuficiente.

Se o Sr. Secretário aqui trouxesse, além disto, um aumento do apoio à formação, se o Sr. Secretário trouxesse aqui um novo modelo, designadamente competitivo, para os escalões de formação, que permitisse que os atletas da região tivessem ritmos competitivos, já nem sequer queria que fossem idênticos aos do continente, mas, pelo menos, que se aproximassem dos ritmos competitivos que os escalões de formação têm no continente, isso, sim, Sr. Secretário, isso é que é pensar numa política desportiva que, de facto, valoriza os atletas formados na região. Não por via administrativa.

E é isso que V. Ex.^a aqui nos traz. São mais restrições, é a diminuição de apoios e, aliás, essa diminuição de apoios vai ter reflexos também no nível da formação que os clubes fazem na região.

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: E, portanto,...

Eu não espero o vosso apoio!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor já foi dirigente desportivo!

O Orador: Eu não espero o vosso apoio!

E, portanto, se o Sr. Secretário fizesse isso, estávamos de acordo e tinha todo o meu apoio.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Oh, Sr. Deputado, não faça isso!

O Orador: Mas o Sr. Secretário não faz isso, o Sr. Secretário, em cima dos cortes que, nos últimos anos,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires!

Muito bem dito!

O Orador: ... aconteceram no apoio à atividade desportiva, traz mais penalizações para os clubes.

Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Quais são as penalizações?

O Orador: E nós sabemos muito bem que os clubes enfrentam graves dificuldades, da responsabilidade dos dirigentes desportivos, certamente. Eu, enquanto dirigente desportivo, também assumi essas responsabilidades, mas também das políticas que conformam a atividade desportiva e competitiva na região. Porque os dirigentes desportivos tomam as suas opções em função do quadro legal que têm para os apoios e dos quadros competitivos que existem a nível nacional.

Há uma outra questão que, embora à margem, eu não posso deixar de referir.

A região tem investido, de facto, muito no desporto, nos últimos anos. E mais. E devido a esse investimento e a determinado quadro que até determinada altura existiu na região, levou a que um conjunto alargado de equipas e de modalidades ascendessem às competições nacionais. Foi bom. Entretanto, a região nunca tomou e, no meu entendimento, até deveria ter tomado uma posição relativamente a alterações federativas que houve aos campeonatos nacionais para impedir a participação de equipas da região, isto é, contrariando aquilo que tinha vindo a ser o investimento que a região tinha vindo a fazer na sua política desportiva.

Eu lembro-me perfeitamente de duas federações que fizeram isso: a Federação de Andebol de Portugal e a Federação de Voleibol. Fizeram exatamente isso.

Quando a dimensão e quando as equipas açorianas ascenderam às divisões nacionais, alteraram os regulamentos das divisões fechadas e abriram...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é que eram as associações?

O Orador: ... as divisões exatamente para que...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, fomos nós,...

Deputado Berto Messias (PS): Nós, quem?

O Orador: ... nós, eu e o Sr. Vice-presidente, enquanto dirigentes desportivos e associativos. Fizemos essa luta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado Aníbal Pires! Grande dirigente desportivo!

O Orador: Portanto, e a região nunca tomou uma posição e devia ter tomado. Nunca tomou uma posição relativamente à forma como as federações penalizaram o investimento que a região fez nos seus atletas. É verdade, sim, senhor. Sr. Secretário, depois pergunte ao Sr. Vice-presidente que ele explique-lhe qual foi o processo.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas o Governo Regional era outro!

O Orador: Sr. Secretário Regional, vamos ao cerne da questão.

V. Ex.^a. aquilo que nos traz aqui são mais penalizações para os clubes, são mais barreiras administrativas com um objetivo que é nobre, que é a utilização de atletas formados na região, mas a verdade é esta: o senhor e o seu Governo têm que investir numa política desportiva e numa política de formação de jovens em condições.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não existe, Sr. Deputado!

O Orador: Não é atribuir aquele valor miserável que se atribui para a formação de um escalão de formação que V. Ex.^a alguma vez terá atletas em condições

para poderem integrar, sem ser por via administrativa, as equipas sénior que competem a nível nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Oh, Sr. Deputado, não apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A prática desportiva é fundamental para que haja bons hábitos de vida junto das camadas mais jovens, criando assim uma cultura desportiva que deve ser inculcada nos mais jovens, desde muito cedo.

Desta forma, cabe ao Governo Regional apoiar e incentivar a prática desportiva, criando condições para que os nossos atletas, desde o amador ao de alta competição, possam praticar desporto, incentivando os nossos clubes e associações desportivas no desenvolvimento do desporto regional.

Com essas alterações efetuadas no regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo é justo afirmar que algumas das alterações propostas têm os princípios acertados e enquadram-se em ajustamentos necessários para adaptar à região o regime jurídico ao movimento atual e às mudanças que se foram verificando ao longo dos tempos.

No entanto, é importante refletir sobre algumas alterações apresentadas nesta proposta de DLR. Desde logo, o apoio às alterações propostas no artigo 29º, em relação à majoração dos apoios complementares na atividade competitiva de âmbito nacional, no artigo 30º, relativamente à Série Açores, mas de âmbito nacional, o que ainda acontece no voleibol e no basquetebol, e no artigo 42º, em relação aos limites de utilização de atletas, alterações que visam reforçar a presença de atletas formados nos Açores nas equipas que estão a competir a nível nacional.

Há equipas que irão sair mais prejudicadas, nomeadamente as que estão nas divisões inferiores dos campeonatos nacionais e em modalidades como o

hóquei em patins, o ténis de mesa, o voleibol e basquetebol e que antes podiam ter mais atletas de fora da região e com este diploma não poderão.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Podem, podem!

O Orador: Por exemplo, uma equipa de hóquei em patins que estivesse na terceira divisão...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Podem, sim, senhor!

O Orador: ... podia ter, no boletim de jogo, por exemplo, cinco atletas formados nos Açores e outros cinco de fora da região. Agora, em vez dos 50%, são 65% de atletas formados nos Açores, um aumento de 15% para que essa equipa tenha...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Nos níveis mais baixos, Sr. Deputado!

O Orador: ... uma majoração nos seus apoios.

No caso do futebol, os valores na legislação em vigor beneficiavam ainda os clubes com seis jogadores de fora dos Açores, agora, a partir de quatro jogadores não formados nos Açores, deixa de haver uma majoração no apoio.

Com esta aposta nos atletas açorianos, que é de saudar, talvez seja também uma forma de o Governo Regional racionalizar nos apoios, ou seja, haverá, com certeza, clubes que não irão conseguir cumprir com os números de atletas formados na região e,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: ... desta forma, não conseguindo receber uma majoração nos apoios.

Contudo, há um problema que os clubes reclamam há algum tempo: refere-se aos atletas que não foram formados nos Açores ou nos clubes açorianos. Estão neste caso jogadores que residem nas nossas ilhas há 6, 7 e mais anos e que são penalizados. Outros atletas penalizados são os que competiram no INATEL e quando passam para a área federada não têm os 5 anos de formação nem todos os escalões de formação.

Outra alteração que deve ser louvada é a integração do desporto adaptado, e aqui devo referir que os Açores têm dado provas de ter bons atletas na área do desporto adaptado (alguns deles até já foram campeões nacionais).

Esta alteração certamente contribuirá para que os nossos atletas do desporto adaptado possam melhorar o seu *know how* desportivo, conseguindo assim melhores resultados desportivos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por outro lado, a alteração proposta visa que, aquando da assinatura dos contratos-programa, o pagamento deixe de ser feito em duas prestações iguais e passe a ser em condições a fixar no respetivo contrato-programa.

Como há falta de dinheiro, os pagamentos ficam para quando há disponibilidade, deixando os clubes e as associações com problemas gravíssimos, porque endividam-se nas agências de viagens, na SATA, quando esta lhes dá possibilidades, ficam em dívida para com os funcionários, os treinadores, as equipas técnicas e fornecedores. Há sempre os clubes com maior influência que se vão safando no meio dos mais aflitos.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Vão-se safando!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O termo mais correto!

O Orador: Assim, não há reclamação de que no final de dezembro, por exemplo, e no final de abril não tenham o dinheiro, como determinavam os anteriores contratos-programa,...

Deputado Luís Garcia (PSD): E os que têm o cartão rosa!

O Orador: ... baseados na atual legislação.

E deixo aqui a questão, Sr. Secretário, porquê a não manutenção do número 7 do artigo 20º, e passo a citar, “O apoio determinado é dividido em duas prestações iguais e processadas nas condições a fixar no respetivo contrato-programa”?

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que é que vocês alteram isto?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): É uma proposta, Sr. Deputado!

O Orador: Por outro lado, devo referir que, e ainda sobre esta questão, ao aceder ao documento orientador para as atividades de treino e competição dos escalões de formação, nomeadamente para a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época desportiva de 2013/2014, é de

notar que o enquadramento legal do respetivo documento é do artigo 20º do Decreto Legislativo Regional nº. 21/2009-A, de 2 de dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 2/2012-A, de 12 de janeiro.

Sendo assim, no articulado do documento em causa, no ponto 5.1.3, nunca a redação do texto poderia ser a que está na legislação que nós estamos aqui a discutir, mas, sim, a redação exata que existe na legislação em vigor.

E com isso deixo um alerta: isto é uma falta de respeito para com este Parlamento e para com o trabalho que nós estamos a ter aqui. Estamos a debater um diploma que já está no *site* do Governo Regional e da Direção Regional. Legislação a ser aplicada e que ainda não foi aprovada nesta casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, é uma falta de respeito para com os deputados e para com esta casa.

Tenho dito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode ser!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Passados cinco anos, o Governo Regional entende necessário fazer alterações pontuais ao regime em vigor. O problema...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A ler!

O Orador: Isto é uma reflexão muito profunda, Sr. Vice-presidente, que eu tive que fazer.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer dizer que as outras não são reflexões muito profundas!

O Orador: Continuamos a não ter uma verdadeira política desportiva regional, mas sim um conjunto de regras que se resumem a justificar a distribuição de apoios públicos aos clubes e associações desportivas.

A este problema soma-se um outro: é que a região tem dado avultadas verbas aos clubes e associações, mas não tem fiscalizado convenientemente a aplicação dessas verbas. Estamos a falar de verbas atribuídas pela Direção Regional do Desporto, mas também não podemos esquecer as avultadas quantias despendidas pela Direção Regional de Turismo.

E tudo isto sucedeu porque não há uma verdadeira política desportiva regional e porque durante muito tempo deu-se tudo a todos e a quem pedia.

Se analisarmos as alterações ora propostas pelo Governo Regional, do ponto de vista da técnica legislativa e da boa administração dos dinheiros públicos, são consensuais. Porém, importa não esquecer e relembrar que, desde 2010, o Governo Regional já cortou cerca de 52% (52%, repito e sublinho) nos apoios públicos regionais ao movimento associativo desportivo, com especial destaque para a vertente de competição local, nomeadamente as verbas destinadas aos escalões de formação, arbitragens, seleções desportivas e nas respetivas provas de carácter de ilha.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É certo que a aposta na formação de atletas açorianos melhorou muito nos últimos anos, mas também o é que as majorações atribuídas pela utilização dos atletas açorianos estão direcionadas para os escalões sénior e não para a formação, ainda. Ou seja, começamos a casa pelo telhado e depois queremos que haja atividade desportiva em todas as ilhas. Não é possível, pelo menos ao nível competitivo, particularmente em ilhas como Graciosa, Santa Maria, São Jorge, Flores ou mesmo Pico e Faial.

A formação deve ser incentivada na base da pirâmide, isto é, aos escalões de formação, mas, infelizmente, a estes reforça-se a política de atribuir apoios residuais e que ainda por cima não são, repito, convenientemente fiscalizados.

Por outro lado, constatamos também a aparente falta de interesse do próprio movimento associativo (também tem que ser dito) desportivo às alterações

agora propostas, pois este diploma deu entrada nesta Assembleia em junho e até hoje apenas duas associações emitiram opinião. Não sei se foi a do Sr. Deputado Aníbal Pires...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já passou!

O Orador: ... e a do Sr. Vice-presidente,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A minha foi há 20 anos!

O Orador: ... mas o curioso é que, tal como há 20 anos, também apenas duas emitiram parecer.

Curiosamente, ambas chamaram a atenção para a proposta de passar a pagar os contratos programa por ano económico.

Alertam alguns clubes e associações que nem todos os calendários competitivos são correspondentes ao ano económico e que poderá causar os maiores problemas de tesouraria aos clubes e associações. E isto todos nós percebemos.

Dir-nos-á o Sr. Secretário que isto é um problema da gestão dos clubes. É capaz de ser, mas todos nós sabemos como é o nosso dirigismo desportivo e associativo e muito pouco tem sido feito para melhorar também, e é importante investir-se aí, a formação dos dirigentes desportivos.

Nesse sentido, e porque os pagamentos dos contratos-programa não têm data certa, não se compreende, ora duas prestações, ora três prestações, ora quatro prestações,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Por isso é que são contratos!

O Orador: ... é conforme gasta fiado e depois vai pagando, o que provoca problemas aos clubes, às associações, endividamentos bancários, etc., aos fornecedores, quer seja de hotelaria, quer seja de agentes de viagens, o que quer que seja.

Entendemos que a melhor solução seria a dos contratos programa e os correspondentes apoios complementares serem pagos em duodécimos.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): São duas prestações!

O Orador: Não percebo. Em duodécimos! Aliás, temos uma proposta de alteração nesse sentido.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É passar de duas prestações para doze!

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, se cumprir o mês, se os clubes tiveram a certeza que no final do mês recebem aquele dinheiro... O problema não é ser duas, o problema é que não se sabe quando as duas são pagas. Não se sabe, Sr. Vice-presidente. Depois, se quiser explicar, agradecia que me esclarecesse nessa matéria. São as informações que temos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não concordo com isso!

O Orador: Ou às vezes são duas, às vezes são três,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não, não!

O Orador: ... às vezes são quatro e não há uma data certa para pagar. E isso é o que acontece. E por isso...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O valor não é pré-determinado! Quando há a segunda fase...

O Orador: Eu percebo que seja difícil fazer a contabilidade, mas aí o Governo é que vai ter que refazer e arranjar um sistema que os clubes recebam mensalmente.

Para eles é efetivamente melhor, como é efetivamente melhor para nós recebermos o nosso ordenado no final do mês em vez de recebermos...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas a questão não é essa! É pago antecipadamente!

O Orador: ... setenta mil euros, cinquenta mil euros, vinte mil euros, sete mil euros no final do ano e depois ir gerindo. É sempre melhor para a gestão de qualquer casa receber isso por duodécimos. Aliás, o Sr. Vice-presidente também faz isso na distribuição aí pelos Srs. Secretários Regionais. Se lhes desse tudo de uma vez, o senhor estava desgraçado. E, portanto, o melhor é ir dando aos bocadinhos, porque senão eles entusiasmam-se.

Com os clubes, criam os problemas de tesouraria e nós vamos fazer, temos aí uma proposta de alteração. Compreendemos que não é de fácil aplicação, agora que é de uma grande melhoria que traz de tesouraria, para o futuro do dia a dia, isso aí pode ser e acho que se devia considerar essa proposta.

Concordamos com esta iniciativa, concordamos com as regras, agora, já chamei a atenção que 52%, desde 2012, de corte nos apoios, e não deixa de ser também notório, pese embora a iniciativa seja meritória, e nós a vamos aprovar e vamos votar favoravelmente, aumentar o número de atletas açorianos para 80% dificulta, em algumas ilhas, esse recrutamento. E dificulta bastante, ou seja, há como que um entrave ao financiamento, não dizendo, “A gente corta”, mas há como que dificultar no acesso aos subsídios e ao financiamento da atividade desportiva, da majoração dos apoios complementares.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é subsídio!

O Orador: Dos apoios complementares, Sr. Vice-presidente.

E, portanto, é notório que isto não vem... É boa esta iniciativa, mas a aposta na formação ainda não é uma aposta decisiva do Governo dos Açores, pese embora, como já disse, que tenha melhorado nos últimos anos.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

(Aplausos da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, e em especial nos últimos quatro, o desporto açoriano alcançou um lugar de relevo nos contextos regional, nacional e internacional.

Confirmaram-se os modelos que se implementaram na região e os resultados são conhecidos e reconhecidos por todos.

No ano 2012, tínhamos 49 associações de modalidade ou de desportos que enquadraram 250 clubes com atividade federada, envolvendo mais de 23 mil atletas federados, que corresponde a 9,67% da população, sendo a maior taxa de participação federada absoluta do país.

Podemos assumir, sem qualquer receio, a visão de sermos uma referência em termos de organização, relação de proximidade e colaboração com as entidades do movimento associativo desportivo e na transparência e critérios nos procedimentos de concessão de apoios.

O DLR n.º. 21/2009-A, de 2 de dezembro, ao fixar o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo, veio definir o quadro geral de apoio a prestar pela administração regional autónoma ao desenvolvimento da atividade desportiva não profissional da promoção desportiva, da formação dos recursos humanos no desporto, do desporto de alto rendimento, da proteção dos desportistas no âmbito do desporto para todos e do desporto federado.

Este diploma tem cumprido bem a sua função e, após 4 anos da sua aplicação regular, pensamos que esta breve revisão do diploma vem em boa hora, de forma a adequá-lo às novas realidades do desenvolvimento desportivo e em particular à evolução da tendência de alguns modelos competitivos.

Mantendo as grandes linhas de orientação do diploma em vigor, procede-se a uma reformulação de algumas áreas. Uma melhor explicitação das condições de acesso aos apoios na atividade de treino e competição dos escalões de formação, define um enquadramento adequado à atividade competitiva de âmbito regional e nacional, em particular face à criação de competições regionais de regularidade anual, em particular o funcionamento, pela primeira vez na região, de um campeonato regional de regularidade de deslocações, que substitui a antiga Série Açores, sendo esta a primeira competição desta natureza e perspetiva-se, para 2014/2015, também um modelo semelhante para o futsal. Reforçam-se as condições de acesso aos apoios pela utilização de atletas formados nos Açores e nos respetivos clubes, sendo este um aspeto positivo, mas que não pode nem deve ser vulgarizado e transformado apenas numa forma de os clubes obterem mais apoios. São assim aumentadas as exigências dos níveis competitivos mais baixos. É adotada a possibilidade de existência de mais do que um nível de apoios complementares, diferenciando-os em função das deslocações para dentro ou para fora do território da região, uma vez que a parcela para viagens é substancialmente diferente. Assume-se também a

flexibilidade no cálculo desses apoios pela introdução da possibilidade de atribuição de 50% de dia. Também a atualização do enquadramento no âmbito do alto rendimento e clarificação dos processos de acesso aos apoios especiais para os planos de preparação especial em ambiente olímpico e paraolímpico.

Por fim, reforça-se o compromisso assumido por este Governo para a área do desporto adaptado, garantindo igualdade de oportunidades e tratamento, assegurando a progressiva aproximação ao modelo do desporto dito normal.

A celebração de protocolos com associações desportivas e outros parceiros deve continuar a ser uma realidade. Queremos que o desporto possa retirar todos os benefícios possíveis.

Há, realmente, uma grande determinação em unir esforços e sinergias com toda a comunidade e agentes desportivos para a implementação das medidas necessárias à concretização dos objetivos propostos.

Em relação às intervenções proferidas pelos outros deputados, começava pelo Sr. Deputado Aníbal Pires para lhe dizer que várias vezes se referiu que há, com a reformulação deste diploma, a penalização aos clubes. Continuo sem perceber onde é que essa penalização existe, até pelo facto de, quer no artigo 29º, quer no artigo 42º, haver, realmente, uma majoração relativamente à questão dos atletas formados nos Açores ou que tenham residência fiscal, nos últimos 5 anos, nos Açores, que, segundo a sua opinião, é um critério meramente administrativo, segundo a minha, que também não sou dirigente desportivo, mas sou da área do desporto, em outras valências, estando no terreno, e não concordo com essa sua opinião.

Em relação à formação de atletas, penso que todos os açorianos e açorianas, inclusive aqueles que fazem parte dos partidos da oposição, devem orgulhar-se da formação desenvolvida pelos nossos profissionais de desporto com os nossos atletas, ao longo dos últimos anos.

Há, realmente, uma melhoria quantitativa e qualitativa.

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Cláudio Almeida veio aqui, hoje, dizer na sua intervenção, gostava de tecer algumas considerações.

Em primeiro lugar, esta regulamentação proposta com a reformulação deste diploma, importa ressaltar a sua importância. É uma regulamentação que exige um plano de desenvolvimento desportivo, ou seja, que haja uma lógica de desenvolvimento desportivo para os nossos atletas, nomeadamente nos escalões de formação, e há um contrassenso significativo quando tentamos, de alguma forma, contrariar ou criticar este regulamento quando, no passado, todos sabemos que não era nada regulamentado e que as coisas eram pagas consoante aquilo que o Sr. Deputado Luís Garcia disse em aparte e que, se me permite, vou referenciá-lo, que nós favorecíamos de acordo com o cartão e a cor do cartão.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter descaramento!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, as palavras deles foram com o cartão cor-de-rosa. E gostava de dizer ao Sr. Deputado Luís Garcia e ao Sr. Deputado Cláudio Almeida que com esta regulamentação é impossível esse tipo de coisas acontecerem,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Impossível?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte aí à frente como é!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando no passado o que acontecia era haver, da parte do Governo Regional, da parte do Sr. Presidente do Governo Regional, do passado de outras alturas, um ofício aos clubes a perguntar qual era a situação, era respondido e havia indicações para se pagar ou não de acordo, aí sim, com a cor partidária.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, o senhor não é dirigente, não sabe como é que as coisas se passam. Se fosse dirigente, sabia como é que se passa!

O Orador: Relativamente ao artigo 20º, aproveito aqui esta oportunidade nesta intervenção para anunciar uma alteração que o Partido Socialista vai fazer ao artigo 20º relativamente à questão de ser pago em uma, duas ou três prestações, e penso que já entrou na Mesa.

Também gostava de tecer algumas considerações relativamente àquilo que o Sr. Deputado Artur Lima referenciou. Efetivamente, uma excelente intervenção, mas esqueceu-se...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou perfeito, Sr. Deputado!

O Orador: ... de alguns aspetos importantes, e já percebi também que o desporto não é o seu forte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que está enganado!

O Orador: Mas, de qualquer forma, estamos cá, também há outras...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Em relação aos escalões de formação, importa referir a importância que têm para os governos do Partido Socialista.

As nossas crianças e os nossos jovens são realmente o futuro do desporto nos Açores. Ao longo dos anos, temos vindo a assistir a uma melhoria qualitativa, como já o disse, e...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Deputado Berto Messias (PS): Participe no debate!

O Orador: Relativamente à questão dos escalões de formação, ao contrário do que acontecia no passado, com esta regulamentação obriga-se aos clubes o investimento que é feito nos escalões de formação nos próprios escalões de formação. Todos sabemos como é que as coisas eram feitas...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não conhece a realidade!

O Orador: ... no passado e todos sabemos que os resultados dos escalões de formação de hoje estão à vista. Temos atletas a participar em seleções nacionais, temos atletas a representar o judo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pergunte ao seu colega San-Bento! Há hábitos que se tornaram vícios!

O Orador: ... em preparação para os Jogos Olímpicos na vela, temos atletas da natação incluídos nos estágios nacionais de natação e gostava...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os custos, Sr. Deputado? E o clube que é património da região?

O Orador: ... de utilizar aqui...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Há hábitos que se tornaram vícios!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu já vou direto a si. Só um bocadinho. Já lhe digo.

(Risos da câmara)

Já vou.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Venha daí, Sr. Deputado!

O Orador: Não faça esse entusiasmo todo, porque eu não vou dessa forma.

Eu queria só dizer, Sr. Deputado Luís Rendeiro, que com certeza não houve uma leitura concisa do documento. E vou dizer-lhe porquê.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida vem aqui criticar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está enganado. Ele não criticou!

Deputada Judite Parreira (PSD): Elogiou!

O Orador: ... a nossa exigência em ter atletas açorianos e o Sr. Deputado Luís Rendeiro, na parte da manhã, veio dizer que eram 100% açorianos de gema.

Fico-me agora por aqui.

Obrigado.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Desculpe, não era para dizer nada?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse nada, Sra. Presidente!

Presidente: Não disse nada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, também tinha pedido a palavra. É para intervir?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É para intervir, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não quis prejudicar a intervenção do Sr. Deputado!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Deputado. Eu fico-lhe muito agradecido.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não há dúvida que a prática desportiva e o enquadramento legal dos apoios à prática desportiva sofreram grandes evoluções nos últimos anos. Eu recordo que foi ainda na década de 90 que se fez o primeiro diploma que atribuía, de uma forma perfeitamente rigorosa, os apoios aos clubes desportivos. E penso até que, nessa altura, na legislatura 1996/2000, entrou aqui mais do que uma proposta de DLR a consagrar os apoios e as regras dos apoios...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que seja mais sintético, porque o seu tempo está a acabar.

O Orador: Ah, é, Sra. Presidente?

... e penso até que foi o diploma do PSD que foi aprovado na altura. Foi o diploma do PSD que foi aprovado na altura.

Sem dúvida, Sr. Deputado Lúcio. Há aqui uma evolução muito grande, as regras são claras, tudo bem, mas há aqui uma questão que V. Ex.^a referiu na sua argumentação que não corresponde de todo àquilo que aqui está, é que V. Ex.^a referiu, salvo erro, o artigo 29º por causa das majorações. Pois é! As majorações o que fazem é o seguinte: as majorações são atribuídas, mas aumenta a exigência da percentagem de atletas formados na região.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu já lhe explico!

O Orador: Oh, Sr. Vice-presidente, aumenta a percentagem, a exigência da percentagem de atletas formados na região.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, V. Ex.^a não pense que vem aqui iludir a câmara com esse *flic flac* à retaguarda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para abordar a questão que já foi afluada por vários Srs. Deputados e que o Sr. Deputado Aníbal Pires acabou de referir.

A questão de aumentar a exigência do número de atletas da região para efeitos não do apoio, mas da bonificação do apoio visa, única e exclusivamente, não permitir situações que foram detetadas de alguns clubes utilizarem indevidamente e contra o espírito da lei o atleta da região. Eu vou dizer-lhe por quê.

O que foi detetado é que para atingir a percentagem anterior, e como a avaliação dos atletas da região é feita por ficha de jogo, independentemente do atleta jogar ou não, porque há modalidades onde não é possível controlar pela ficha de jogo se o atleta joga ou não, havia clubes que utilizavam atletas de formação inscrevendo, de cada vez, apenas um atleta e sempre um atleta diferente em cada jogo e que no final, sem nenhum atleta da região jogar, atingiu uma percentagem que dava a majoração do apoio. E esse aumento foi precisamente para, incentivando um atleta da região, evitar que, indevidamente, se inscreva atletas da região na ficha de jogo, sempre diferentes de jogo para jogo, atingindo esse objetivo para a majoração, mas em termos práticos o atleta da região nunca jogou nem nunca participou no jogo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Vice-presidente, penaliza todos, até aqueles que cumprirem!

O Orador: Foi precisa e exclusivamente para evitar essa utilização abusiva,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E não havia os que cumpriam?

O Orador: ... que, ao estar na ficha de jogo e haver modalidades (deixe-me acabar) onde, não é identificado o atleta que é utilizado, mas apenas os atletas

que são inscritos no jogo, faria com que esse controlo (e para que a lei cumpra o objetivo que é valorizar no aspeto não do apoio, mas da majoração do apoio), a utilização do atleta da região, se fizesse de forma a que quem tiver o máximo desse apoio utilizando atletas da região que, efetivamente, participem nos jogos e não atletas da região que vão, de forma sempre diferenciada, para o banco de suplentes e que nunca participassem nos jogos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas assim penaliza todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado, apesar de ser regimental, a Mesa iria fazer um intervalo agora, mas iria esperar pelo final do debate, mas uma vez que pede intervalo regimental eu, então, faria o intervalo agora e aproveitava para informa a câmara, apesar de já o ter feito aos líderes parlamentares, que o Centro Cultural e Desportivo da Assembleia organizou uma Cantata de Natal e que nos irá presentear com um *medley* natalício. Por isso, convidava todos os presentes a poderem assistir a esse pequeno momento de espírito natalício, aqui nos Passos Perdidos.

Regressamos às 18h00.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 16 minutos.

Vamos, então, continuar com o debate sobre esta proposta de DLR.

Estava inscrito o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é importante (e nesta intervenção peço para falar para fazer esse esclarecimento) e é preciso ter algum cuidado em separar aquilo que são os apoios para participação nos campeonatos nacionais e regionais, ou seja, as viagens e os apoios complementares, que já contemplam as majorações dos apoios complementares que, no fundo, são um incentivo à utilização de atletas açorianos, que está expresso no artigo 29º, diferenciar do artigo 42º, que, sim, se coloca a questão da subida dos 50% para os 80% dos atletas formados nos clubes e na região. Ou seja, há aqui uma diferenciação que importa referir, não tem nada a ver com os apoios que são dados, mas sim com as majorações. E é importante ressaltar aqui, nesta casa, os vários partidos já o afirmaram, que este é um diploma para realizar cortes, o que não acontece.

Há efetivamente apoios para participação nos campeonatos regionais e nos campeonatos nacionais e há majorações. A título de exemplo, fica aqui o registo da Fonte do Bastardo, que, como sabem, são campeões nacionais de seniores masculinos e que apenas recebem o apoio para viagens e os apoios complementares. É uma opção deles, é uma opção das associações, é uma opção que devemos, nós Governo, nós Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suporta o Governo, respeitar, porque é uma opção dos clubes. O Governo não tem uma função de impingir aos clubes única e exclusivamente a utilização de atletas açorianos. É uma opção dos clubes que por sua vez é um favorecimento que este diploma assim o permite.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que estou a aproveitar esta oportunidade da discussão deste diploma para proceder às alterações que serão distribuídas dentro de alguns

minutos no sentido de concretizar a criação de apoios às seleções desportivas açorianas. Porque, vejam bem, todo este sistema que preside à filosofia...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Às seleções açorianas com participações em provas internacionais!

O Orador: Exatamente. Ou seja, às seleções desportivas açorianas inscritas nas federações internacionais.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente! Faltou essa parte!

O Orador: A ideia é, como bem sabem, que os Açores possam ter seleções desportivas a competir nas diferentes provas internacionais ao mais alto nível das seleções nacionais.

Muitos conhecem algumas seleções, nomeadamente também na Europa, que participam nas provas internacionais, nomeadamente, por exemplo, as Ilhas Faroé, que pertencem, que estão ligadas administrativamente à Dinamarca, é um arquipélago com 50 mil habitantes e participa nas provas internacionais.

Temos, recentemente, a entrada, por exemplo, de Gibraltar, que integra também a UEFA e a FIFA e que participa nas provas internacionais ou todos os *DOM* franceses que participam nas diferentes provas internacionais, ou, por exemplo, na América do Norte, Porto Rico, que participa também nas diferentes provas internacionais, embora esteja ligado à soberania norte-americana, ou, por exemplo, ainda do tempo da administração portuguesa, Macau, que criou seleções desportivas próprias no tempo da administração portuguesa e que, agora integrado também na soberania chinesa, continua a disputar provas internacionais de forma independente da China.

Portanto, nesse sentido, é um caminho seguido por muitas regiões autónomas. E vejam bem, a filosofia deste diploma é de aumentar os apoios financeiros aos clubes e às associações que tenham mais atletas açorianos. Apoiar e aumentar a formação de atletas açorianos.

Ora, falta-nos a cúpula, falta-nos construir a cúpula deste edifício. E a cúpula deste edifício é criar as seleções desportivas açorianas que possam projetar a imagem dos Açores internacionalmente.

Já vimos aqui, mesmo hoje tivemos a oportunidade de aprovar um voto de congratulação de um campeão europeu natural dos Açores. É evidente que nós temos, ao longo destes anos, um nível competitivo que nos tem permitido disputar, quer a nível nacional, quer a nível internacional, no caso de algumas modalidades, ao mais alto nível, competições desportivas.

Portanto, a ideia é, temos aqui neste diploma, projetar a imagem dos Açores. Nada, nenhum clube projetaria a imagem dos Açores melhor do que a seleção vestida com as cores do azul e branco da Região Autónoma dos Açores. Nada me deixaria mais orgulhoso do que ver subir ao mastro uma bandeira azul e branca, a bandeira dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Oh, Sr. Deputado, quem não o conhece que o compre!

O Orador: E por isso, meus senhores, é um velho sonho que aqui já apresentei, cuja opção dependeria dos atletas dos clubes e das associações, mas o que é fundamental é que esta oportunidade seja dada como a muitas outras regiões é dada por parte dos estados e é dada por parte das estruturas de Governo próprio. Nós temos essa possibilidade. Nada me encheria mais de orgulho do que ver os nossos atletas disputarem estas competições internacionais com as cores dos Açores, representando aquele que é o nosso carácter, representando aquelas que são as nossas tradições, representando aquela que é a nossa competência do ponto de vista desportivo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: ... com o apoio não só dos 250 mil habitantes, que correspondem à escala de um país como, por exemplo, a Islândia, que esteve a disputar até há pouco tempo a entrada no mundial de futebol, mas também com o apoio da comunidade dos Açores, porque todos os membros da comunidade dos Açores, os 3 milhões de açorianos e descendentes de açorianos que vivem na América do Norte poderiam ser seleccionáveis.

É um sonho, meus senhores, mas que este Parlamento pode concretizar.

Deputado Berto Messias (PS): Uma bandeira azul e branca, mas não era dos Açores!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tinha pedido a palavra, mas já não tem tempo. Já esgotou todo o seu tempo.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de responder brevemente a algumas questões que foram aqui levantadas e como algumas foram repetidas quase como trabalhos de casa por vários Srs. Deputados aproveito para fazer uma resposta global.

Vou começar pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, que abriu o jogo.

O Sr. Deputado está muito preocupado com a fiscalização,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou, sim, senhor!

O Orador: ... mas, sobretudo, está preocupado em não fazer uma distinção que é preciso fazer aqui, ou seja, este diploma que estamos aqui a discutir é um regime jurídico, não é uma portaria, não é outro instrumento legislativo que define os valores concretos de apoio às equipas e às associações. Estamos a falar aqui de percentagens, de e sobretudo, de definição de critérios. As verbas que estão disponíveis para os apoios são aquelas que estão, que constam no Plano e Orçamento da Região, que é aprovado nesta casa e, portanto, os meios que nós temos para distribuir esses apoios terão que ser baseados e terão que ter em conta critérios que são definidos no diploma atualmente em vigor e agora com as propostas de alteração que, em nosso entender, vêm melhorar o seu funcionamento.

Portanto, Sr. Deputado, este diploma não corta, em si, nada a ninguém. O que nós temos aqui é a definição de critérios e, pelo contrário, como já foi referido pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o que temos aqui são majorações.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Majorações não aumentam, aumentam é as exigências!

O Orador: Ou seja, os apoios mantêm-se na medida em que forem contratualizados, existem é majorações, ou seja, aumentos de apoios tendo em conta determinado tipo de exigências de critérios que são definidos.

Além disso, o Sr. Deputado também disse uma coisa que não me parece que seja completamente verdade e que tinha a ver com o afastamento de equipas açorianas de competições nacionais e referiu o andebol e o voleibol.

Eu devo dizer-vos que ainda este ano isso aconteceu, ou melhor, houve uma tentativa da Federação Portuguesa de Voleibol de não admitir as equipas açorianas nas competições. Eu falei com o Secretário de Estado e o assunto ficou resolvido e as nossas equipas que estavam em condições de participar participaram.

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Incrível!

O Orador: Portanto, não se preocupe,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Merecia um protesto!

O Orador: ... o Governo está atento e sempre que é necessário fazer e até pressionar o Governo da República ou os organismos nacionais fá-lo com todo o gosto e também com êxito.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida também referiu a questão das majorações e eu gostaria de salientar que, de facto, não há cortes de apoio, há, sim, majorações sempre que são cumpridos determinados requisitos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas aumentam as exigências para aceder às majorações!

O Orador: Além disso, também está claramente posto aqui na proposta de Decreto, temos contratos-programa. Ora, é nos contratos-programa que são definidas as obrigações de ambas as partes e isso também tem a ver com a maneira como se procede aos pagamentos. Portanto, não podemos tratar de igual modo coisas que são diferentes. Cada modalidade tem os seus calendários próprios, cada equipa ou cada clube tem as suas prestações próprias e,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais foi assim este tempo todo!

O Orador: ... portanto, os meios serão definidos e os critérios serão definidos no contrato-programa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga isso à sua antecessora!

O Orador: Também gostaria de referir que, e também isso já foi dito pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, quando temos equipas em competições nacionais os apoios são exclusivamente para o pagamento de despesas relacionadas com transportes, alojamento e outras despesas complementares. Portanto, não são apoios específicos, mas, sim, a assunção de despesas.

Sr. Deputado Artur Lima, diz que está muito preocupado com a aposta formativa. Diz que nós acabamos com a aposta formativa e que não fazemos a formação e, claro, vem sempre com esse eterno chavão dos cortes.

Sr. Deputado, em 2012, este ano ainda não temos os valores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era bom que tivesse!

O Orador: ... só no escalão...

Não, ainda não foram apurados.

... dos 8 aos 18 anos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda não foram! Ainda não mereceram!

O Orador: ... tivemos 43% de participação em desporto federado. Jovens dos 8 aos 18 anos. Ou seja, estamos a falar de mais de 18 mil jovens que tiveram formação e participaram em atividades de desporto federado.

Portanto, Sr. Deputado, pode usar à vontade esse tipo de argumento, mas quem o está a ouvir não acredita, porque sabe que conhece estes valores.

Tivemos também, para além das atividades não federadas, no ano passado de 2012, quase 5 mil participantes. Portanto, quando nós dizemos que estamos a investir na formação, nos escalões jovens, é verdade, isso está comprovado pelos números.

Quanto à fiscalização, que é a sua preocupação, como também do Sr. Deputado Aníbal Pires. Por um lado, a Direção Regional do Desporto tem mecanismos de fiscalização. Muito recentemente o Tribunal de Contas esteve a analisar papel a papel tudo o que tem a ver com este tipo de apoios e não só não encontrou nada

que não estivesse de acordo com a lei, como até teceu elogios à maneira como este tipo de apoios está a ser concedido.

O Sr. Deputado Artur Lima também veio com uma ideia que me parece peregrina, se me permite, de pagamentos de duodécimos.

Sr. Deputado, a época desportiva vai de setembro a maio, portanto, abarca dois anos e não decorre ao longo dos 12 meses do ano. Portanto, essa ideia do pagamento por duodécimos, além de não fazer qualquer sentido, seria impossível do ponto de vista técnico.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Atrasa o pagamento!

O Orador: De qualquer maneira, seria muito interessante os clubes estarem mensalmente à espera que lhes caísse na conta o seu salário mensal. Isso não faz sentido.

Também encheu aqui a abóboda desta casa falando em reduções de 52% nos apoios. Eu vou dar-lhe umas ideias.

De facto, houve algumas reduções, como aconteceu em tudo, em todas as áreas, mas estamos a falar nos escalões de formação. A redução foi de cerca de 8%. Não sei onde é que foi buscar esses 52%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Some! Some! É só somar e multiplicar!

O Orador: Deve ter-se enganado nas contas.

As associações em competições regionais e nacionais tiveram reduções de 27%, mercê deste trabalho de fiscalização e de rigor nas contas.

O desporto adaptado não teve qualquer redução, portanto, estamos a falar de comportamentos idênticos a todos aqueles que têm a ver com este tipo de atividades de cariz social.

Agora, o Sr. Deputado também disse uma coisa que se eu fosse dirigente desportivo, se eu fosse dirigente de uma associação desportiva, estaria escandalizado, estaria ofendido. Além de não me estar a ouvir, eles lá fora estão a ouvir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou a ouvir!

O Orador: Ficaria extremamente ofendido com aquilo que o senhor disse, que os clubes não sabem gerir grandes quantias de dinheiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Isso é ofensivo para os clubes. Até sugeri os duodécimos. Ora bem, o Governo tem feito cursos de formação de dirigentes desportivos em que este tipo de necessidades relacionadas com a gestão de verbas é objeto desse tipo de formação.

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues anunciou, e já está distribuída, uma proposta de alteração que tem a ver com o número 7 do artigo 20º. O Governo não tem nada a opor a essa proposta de alteração e, portanto, quando ela for discutida já fica aqui a posição do Governo. De qualquer maneira, estava claro no número 7 do artigo 20º que se estava a falar em contratos-programa. E é exatamente nesses contratos que se definiriam os prazos e as *tranches*, se me permitem o estrangeirismo, a atribuir por clube anualmente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, embora não tenha a ver com a matéria aqui em discussão, mas já tivemos esta discussão na Comissão de Assuntos Sociais relativamente ao seu sonho, como diz, das seleções açorianas.

Eu, teoricamente, não tenho nada contra, até porque o senhor deu exemplos que podiam ser aplicados cá. Agora, eu pergunto é se nós teríamos, então, nas modalidades coletivas, massa crítica, tendo em conta a nossa realidade, que é a que temos, para termos o número de atletas suficientes para termos uma seleção açoriana de futebol.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Com atletas formados fora da região!

O Orador: Mas mesmo que conseguíssemos, nós estamos, de facto, a apostar muito na formação, é verdade. Mas daí dizer que teríamos, na região, Sr. Deputado, até na comissão referiu que se podia aceitar até netos ou tetranetos de emigrantes açorianos nos Estados Unidos ou no Canadá. Eu não sei se é assim que se define os critérios para constituir uma seleção. De qualquer maneira, também não creio que fosse particularmente dignificante para os Açores participar nesse tipo de provas internacionais a nível de seleção para ficar como as Ilhas Faroé, que citou, que ficam sempre em último lugar. Portanto, não sei se isso seria dignificante para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não ficaríamos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em último lugar já estamos em educação!

O Orador: Mas, sim, é dignificante para os Açores os atletas em modalidades individuais que temos e que são muito bons, e falo no judo, por exemplo. Aí, sim, aí estamos a investir e temos programas que já estão em andamento, e esta proposta consagra, de apoios específicos para atletas de alto rendimento que têm condições para participarem em campeonatos mundiais e integrarem seleções olímpicas.

Portanto, aí, sim, aí a bandeira dos Açores pode sair dignificada.

Quanto às seleções, ainda há um outro aspeto a acrescentar.

Eu não creio que seja a Assembleia da República que constitui a seleção nacional de futebol ou outra qualquer, é o movimento associativo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que tem independência!

O Orador: Se o movimento associativo tiver condições para fazer a sua seleção, que a faça. Não creio, se me permite, que seja o Governo ou a Assembleia Legislativa que, de uma maneira administrativa, para utilizar um termo do Sr. Deputado Aníbal Pires, a criar uma seleção dos Açores. Aqui temos uma seleção que são os deputados eleitos. Não creio que isso dê competência para definir as condições e a qualidade de uma equipa de futebol ou de outra modalidade qualquer.

Sra. Presidente, é tudo. Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues ter dito que o Sr. Deputado Artur Lima não percebia nada de desporto,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não disse isso!

O Orador: ... pensei que o Sr. Secretário não vinha ao debate ainda, mas, afinal, veio responder a algumas questões.

Sr. Secretário, a minha questão, e volto a insistir, muito sucintamente, é: o Governo Regional está ou não a celebrar contratos-programa ao abrigo dessa legislação que ainda não foi aprovada nesta casa?

É porque eu tive oportunidade, e fui ao *site* da Direção Regional do Desporto, e verifiquei que, por exemplo, o documento orientador para a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo para a época 2012/2013, que está aqui, está ao abrigo da atual legislação que está em vigor, 2012/2013.

Atualmente, foi já posto, para a época 2013/2014, o documento orientador para a celebração dos contratos-programa 2013/2014. Note-se. E fico estupefacto quando vejo que...

Deputado Francisco César (PS): O quê?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não aprovámos, mas já está em vigor!

O Orador: ... são diferentes.

Ambos os documentos orientadores são diferentes. E a questão é esta: como é que ambos os documentos são diferentes quando não houve ainda alteração à legislação que está em vigor?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É esta a questão que eu queria colocar, Sr. Secretário.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Desporto, eu vou dizer-lhe uma coisa. Peregrina é a sua atuação hoje, neste Plenário, e vou dizer-lhe porquê. Porque da apresentação do diploma o senhor não disse rigorosamente nada, limitou-se a ler aquilo que aqui estava. Das intervenções que aqui foram feitas, o senhor, aos costumes, disse nada, o Sr. Vice-presidente é que veio em seu socorro,...

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não, não!

O Orador: ... demonstrando aqui a sua total falta de informação e, perdoe-me a expressão, mas indo no seu tom, ignorância sobre a matéria em apreço e em discussão.

Após o intervalo, naturalmente consultando o Sr. Diretor Regional, ficou catedrático na matéria, além do catedrático que já é, portanto, ficou catedrático na matéria e vem para aqui, com duas pedrinhas na mão. O senhor o que tem é mais atletas, é verdade, e a conclusão a que eu chego é que o senhor não ouviu aquilo que eu disse, porque o que eu disse, Sr. Secretário, foi: é certo que a aposta na formação de atletas açorianos melhorou nos últimos anos. Não ouviu eu dizer isso? Não ouviu eu dizer, a seguir, que os senhores é que iam culpar os clubes pela gestão? Portanto, é falso o que o senhor disse que eu disse que os clubes não sabiam gerir grandes quantidades de dinheiro. Isso é falso. Eu não disse isso. Desafio-o a provar onde é que na minha intervenção isso está escrito e onde é que eu disse. Tenho aqui, se quiser, posso dar-lhe.

Depois, Sr. Secretário, o senhor vem com o *faits diverszinho* que temos 18 mil, que aumentou. Eu disse que tinha aumentado. O que o senhor tem são mais atletas com menos dinheiro. E o senhor sabe o que é que acontece? São os clubes que fazem ginástica para gerir a diminuição dos apoios, desde 2010,...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Que os pais pagam!

O Orador: ... consecutiva e permanente, que tem acontecido por parte do Governo Regional. É ou não é verdade? Isso é factual, é numerário, basta somar quanto é que os senhores davam de apoios em 2010, quanto é que os senhores dão de apoios agora e veja lá se a verba não ronda menos 52%. É só fazer contas. É matemática. Mas percebo que matemática não seja o seu forte e percebo também... Já percebemos. Matemática não é consigo. É por esses exemplos que os resultados na Educação são o que são: o último lugar na matemática, e, curiosamente, também o último lugar no português, e, curiosamente, o último lugar em tudo, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Incluindo o senhor!

O Orador: E é por causa dessas políticas e dessas atitudes que continuaremos dessa maneira.

Os clubes ficam a saber, a proposta está aí. Os senhores, ou aprovam ou chumbam. Os clubes o que ficam a saber é a opinião que o Sr. Secretário tem a respeito deles, como já sabem que o senhor não tinha opinião até agora. Agora ficaram a perceber que o senhor tem uma opinião: é que lhes quer cortar o apoio,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... é que não lhes quer pagar a tempo e horas,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: ... e o que diz os contratos-programa, em alguns, é que é pago até ao final de 2013... Eu posso ir buscar um contrato-programa que tenho ali dentro, que me foi enviado, e diz que, está lá escrito, é pago até ao final de 2013. Não diz quando e o problema é este, é que eles têm que saber quando é que recebem o dinheiro,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não é quando os senhores querem dar a esmola,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque não é esmola nenhuma, é um direito, e se é um direito, os senhores têm que pagar a tempo e horas e o senhor não paga.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Paga!

O Orador: O senhor não paga, Sr. Secretário Regional.

E, portanto, não quer pagar por duodécimos, é incapaz de ter um mecanismo administrativo de pagar por duodécimos, vem aqui alertar que a época é de maio a setembro, de setembro a maio. Mas está a dar explicações a quem? O senhor algum dia deu um pontapé numa bola?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Pontapés na bola não é desporto!

O Orador: O senhor algum dia deu uma “raquetada” com uma raquete de ténis ou de ténis de mesa?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh, Sr. Deputado....

O Orador: O senhor algum dia soube sequer o que era o desporto? E agora vem aqui armar-se em dar lições aos outros? Não, Sr. Secretário. Estou tão habilitado a falar de desporto como está o senhor. Da mesma maneira, Sr. Secretário. E, portanto, o senhor, que vem aqui dar as lições técnicas, que telefonou ao outro Sr. Diretor, e o outro Sr. Diretor é o que diz às associações que têm que viver com aquilo que têm, não têm mais. É isso. Ou nega que isso também tenha sido dito, Sr. Secretário Regional, pelo seu Diretor Regional? Ou o senhor, afinal de contas, de desporto não pesca nada, não manda nada e vem aqui apresentar porque o Sr. Diretor Regional não tem assento nesta casa? É ou não é verdade? Porque nessa matéria o senhor não risca nem um milímetro. Quando se trata de matéria de desporto, é o senhor que vai pedir autorização ao Sr. Diretor Regional e não o contrário.

Esta é a realidade da sua secretaria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, este assunto tem tudo a ver. A questão das seleções desportivas, e eu trago o assunto através das alterações que já foram apresentadas também ao Governo,...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Ainda não as conheço!

O Orador: ... com certeza, têm a ver com a possibilidade das associações desportivas que optarem por se inscrever nas federações desportivas internacionais receberem um sistema ou estarem incluídas no sistema de participações financeiras, o artigo 7º: “Beneficiários das participações financeiras”.

A alteração o que faz é inscrever as associações desportivas dos Açores que optarem por se inscrever em federações internacionais. Essas associações passam a ter um regime de apoios que é igual àquele que já recebem os clubes açorianos. Portanto, é uma matéria que não está fora do âmbito desta discussão.

As alterações que são propostas neste diploma têm a ver com o facto de se uma associação, hoje em dia, optar por se inscrever numa federação desportiva internacional, não tem o regime de apoios, não está incluída no regime de apoios, e o que o PPM está a fazer é a passar a incluí-la, se esta câmara aprovar, no regime de apoios. Depois, é uma opção política, Sr. Secretário.

Essa opção foi tomada em todos os territórios. Há uma opção política. Queremos ou não queremos que as seleções desportivas e os atletas açorianos individualmente considerados participem representando as cores dos Açores nas provas internacionais? É uma opção política. É uma opção de cada associação, mas é uma opção que nós podemos sinalizar e podemos dizer a essas associações e a esses atletas: querem representar os Açores? Nós asseguramos-vos o apoio financeiro, nós asseguramos-vos o apoio institucional, nós temos orgulho na vossa participação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão das seleções desportivas dos Açores que o Sr. Paulo Estêvão aqui expôs, deixo só aqui uma questão no ar que é importante.

A criação de seleções não implica apenas a criação de seleções. Há muito mais para além disso e isto é importante ficar definido.

Depois, Sr. Deputado Cláudio Almeida, penso que ouviu mal as minhas palavras. Eu não disse, de forma alguma (Sr. Deputado Artur Lima, peço só um bocadinho da sua atenção), que o senhor não percebia nada de desporto, eu disse que o desporto não era o seu forte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, não é, não é!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o forte do Sr. Secretário, já percebemos!

O Orador: Pronto! É um bocadinho diferente.

Em relação àquilo que...

(Burburinho geral)

O Orador: ... foi aqui referenciado, importa esclarecer algumas situações que são relativamente importantes para este documento.

Em primeiro lugar, importa ressaltar que hoje temos mais atletas nos nossos escalões de formação, temos mais qualidade nos nossos escalões de formação, temos melhor gestão de recursos na nossa formação,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É normal!

O Orador: ... temos melhores resultados desportivos,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É normal!

O Orador: ... e nunca nos esquecemos daquilo que é a defesa do Partido Socialista em relação ao desporto, porque o desporto não é apenas dar pontapés na bola,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o atletismo!

O Orador: ... o desporto é muito mais do que isso e a política do Governo do Partido Socialista para o desporto é um desporto onde os bons atletas, quer das modalidades individuais, quer das modalidades coletivas, têm a sua importância e o seu lugar, mas aqueles que são menos bons, numa lógica inclusiva, também têm o seu lugar...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nos suplentes!

Deputado Jorge Macedo (PSD): No banco!

O Orador: ... no desporto açoriano e começa nas nossas escolas, com os Jogos Desportivos Escolares, com a atividade física nas nossas escolas, com os Açores Ativos. É verdade, Srs. Deputados.

Quando não havia regulamentação, as coisas eram pagas, pois, se calhar, por aquilo que já foi referenciado nesta casa. Apresentava-se as faturas e eram pagas. Agora é regulamentado. E a verdade é que com esses regulamentos tivemos melhores resultados, melhores atletas, melhores dirigentes desportivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os piores resultados!

O Orador: Os nossos dirigentes desportivos nos Açores devem ser motivo de orgulho. São pessoas que trabalham, dão o seu tempo para gerir...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Secretário diz que faz artimanhas!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Joaquim Machado, pelo amor de Deus! O senhor é dirigente desportivo?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sou, sim, senhor!

O Orador: Então, sabe muito bem o que eu estou a dizer.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sei, sei!

O Orador: Muito bem.

E sabem perfeitamente que os nossos dirigentes desportivos hoje têm formação e esta formação só foi possível com as políticas desportivas que se implementaram nesta região. Ou seja, vir aqui, numa lógica de populismo barato, falar em cortes, falar que o desporto açoriano é assim, que o desporto açoriano não forma e não tem qualidade,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, não há cortes?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: ... eu peço imensa desculpa, o Partido Socialista não apoia essa narrativa, o Partido Socialista defende aquilo que tem vindo a defender ao longo dos últimos tempos, que é efetivamente uma lógica desportiva para a região rumo à excelência.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por responder ao Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Sr. Deputado, os contratos-programa que são celebrados são-no ao abrigo da legislação atualmente em vigor. Portanto, não é verdade aquilo que disse que estariam a ser feitos à margem da lei.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas lá que eles são diferentes, são diferentes, Sr. Secretário!

O Orador: De qualquer maneira, no documento orientador para 2013, Sr. Deputado, não encontrará lá nada que não tenha cobertura pela atual legislação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai ter que explicar por que é que os documentos são diferentes!

O Orador: Também convinha dizer, embora eu não quisesse descer ao nível a que desceu o Sr. Deputado Artur Lima,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao nível? O senhor é que começou a insultar as pessoas!

O Orador: ... só lhe vou dizer que, em 2010, o volume total de apoios no Plano da Região ultrapassou, em pouco, mas ultrapassou, os 10 milhões de euros; em 2014, prevê-se um pouco mais de 8 milhões. Há uma redução, como houve em tudo (o Orçamento foi aprovado nesta casa), mas estamos a falar de uma redução, nestes anos todos, de cerca de 20%. Portanto, os valores, Sr. Deputado, eu posso não perceber de bola,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Cerca de quanto?

O Orador: ... porque eu também acho que futebol não é só bola, mas, Sr. Deputado, dá-me a impressão que também não está muito bem de contas.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor deve perceber mais é de bolas, não é de bola!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, devo dizer, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, que é natural que haja a evolução das coisas. Tomara, hoje em dia, se não tivéssemos melhores

dirigentes, mais dirigentes, tomara, hoje em dia, se não tivéssemos mais atletas, melhores atletas, mais atletas de alto rendimento, melhores atletas desportivos nas escolas. Era o que mais faltava se não tivéssemos isso. Não acha que é natural? Eu às vezes penso que os senhores não vivem neste mundo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vivem! Não vivem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão na ficha de jogo mas não jogam!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Já pararam para pensar nos vossos argumentos? Por acaso já pararam para pensar nos vossos argumentos? Não acham que é natural, com a evolução do tempo, que as coisas evoluíram? Não acham que isso é natural? Mas é lógico! Isso é lógico, é de caras. Em qualquer situação, no momento em que nós estamos, se vamos evoluir no tempo, é natural que as coisas evoluam.

Deputado Luís Garcia (PSD): E com os milhões que têm sido investidos!

O Orador: Portanto, quanto a isso, penso que respondi, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Sr. Secretário Regional, quando falei, há pouco, na questão dos contratos-programa, devo referir que, por exemplo, e vou citar o documento orientador, nomeadamente para o contrato-programa 2013/2014, relativo às atividades de treino e competição dos escalões de formação. No ponto 5.1.3, refere o seguinte: “O valor determinado é dividido em duas prestações e processado nas condições a fixar no respetivo contrato programa”. Acha, Sr. Secretário, que isso é o que está em vigor?

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu não ouvi!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Ouça, Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: Eu vou ler-lhe a legislação que está em vigor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Afinal, o que é que está em vigor?

O Orador: Vou ler-lhe a legislação que está em vigor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Alterar as regras a meio do jogo!

O Orador: Portanto, o que está em vigor diz o seguinte: “ O apoio determinado é dividido em duas prestações iguais e processado nas condições a fixar no respetivo contrato programa”.

Portanto, aquilo que está no contrato-programa, no documento orientador, é aquilo que os senhores pretendem para o próximo ano com essa legislação. É isso que os senhores pretendem. Portanto, não é o que está em vigor.

E devo dizer, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, isso é um desrespeito para com esta Assembleia. Digamos que é uma ilegalidade o que está a pôr em prática.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E é uma ilegalidade!

O Orador: Mais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com isso, o PSD apresenta uma proposta de alteração, nomeadamente para este artigo, para se manter a atual forma como está.

E mais digo, Sr. Secretário. Se o que está em vigor e se o que está no contrato-programa é o que está em vigor, então diga a esta câmara qual é a pressa, como dizia António José Seguro, de pôr em vigor, ou seja, de aprovar esta legislação para o próximo ano? Ou melhor (vamos lá a ver se me faço explicar), os clubes e as associações desportivas andaram a época toda a preparar a próxima época desportiva com base num contrato-programa que já está no *site* da Direção Regional e que está pronto para os clubes assinarem e o Governo Regional assinar. Com a entrada em vigor desta nova legislação vamos ter que mudar tudo, então? Não é? Vamos ter que mudar tudo. Então, como é que ficamos? Ou está em vigor ou não está.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima. Tem de ser muito breve. Tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

É mesmo muito breve, Sra. Presidente.

É só para dizer ao Sr. Secretário que o nível quem o marcou neste debate, Sr. Secretário, foi V. Ex.^a. Teve a resposta à altura e vou dizer-lhe. Para chegar ao meu nível não tem que descer, tem que subir.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Eh! Eh!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem com ferros mata...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sr. Deputado!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Presunção e água benta cada um toma a que quer!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vocês dizem “eh” é àquele? Na escola que vocês andaram eu já fiz doutoramento!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Àquele?

Presidente: Sr. Deputado, informo que a bancada do CDS já esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava só de responder ao Sr. Deputado Cláudio Almeida, e o Sr. Deputado merece o meu maior respeito, mas gostava de dizer-lhe o seguinte.

O Sr. Deputado perguntou à bancada do Partido Socialista (e afirmou) se nós vivíamos neste mundo e informou que nós não tínhamos evoluído, porque o historial diria que, numa lógica normal, nós teríamos melhores resultados, mais atletas, melhores condições e porque o tempo assim o promove. Mas eu gostava de dizer-lhe isto, Sr. Deputado. E vou dizer-lhe isto num tom...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os milhões que vocês despejaram para cima do desporto, se não tivesse melhorado!!

O Orador: ... que me parece interessante que é: nós evoluímos bastante no desporto e, felizmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de forma alguma, se pode equiparar à evolução que os senhores tiveram. Porque os senhores são os mesmos que vêm a esta casa criticar todas as medidas que o

Partido Socialista toma aqui. Todas as medidas que o Partido Socialista toma aqui relativamente à educação e relativamente ao desporto.

Sabe por que é que temos melhores atletas, sabe por que é que temos melhores dirigentes? Porque as políticas do Partido Socialista foram implementadas ao longo desses anos e os resultados estão aí à vista.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Na educação? Diga-nos quais foram os resultados na educação!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Diga quais foram os resultados!

O Orador: O Sr. Deputado Cláudio Almeida o que pode fazer é ir consultar os resultados dos atletas açorianos nos campeonatos nacionais,...

(Burburinho geral)

O Orador: ... nos campeonatos internacionais e perceber que as nossas políticas desportivas são realmente um sucesso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Temos variadíssimos exemplos por essas ilhas abaixo dessa excelência!

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, em relação à proposta do PPM, a ideia é unir, unir os açorianos, ter as seleções desportivas que representam todos os açorianos. Nenhum conflito, Sr. Secretário.

O que lhe tenho a dizer, a pergunta que quero fazer-lhe é: no atual regime de apoios que está previsto, tendo já em conta as alterações previstas, é possível a uma associação desportiva açoriana inscrita nas federações desportivas internacionais receber apoios? Sim ou não.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Deputado Cláudio Almeida falou em pressas. Eu gostaria de recordar que esta proposta de diploma foi aprovada em Conselho de Governo a 26 de junho, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional no dia 4 de julho, está a ser discutida hoje. Mas aí, naturalmente, o Governo não tem a ver com o assunto. Portanto, nós preparámos...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O que é que isso explica?

O Orador: ... a legislação, o Governo fez o seu trabalho...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Então a culpa é da Assembleia!

O Orador: ... no tempo certo...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Não pode entrar em vigor...

O Orador: ... para que o diploma...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O que é que isso explica? Que já estava em vigor?

O Orador: ... estivesse em condições de ser aplicado em tempo útil.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quer dizer que já estava em vigor antes de ser aprovado?

O Orador: De qualquer maneira, Sr. Deputado, os contratos a que se refere, que têm a ver com os escalões de formação, não foram assinados. Só serão assinados em janeiro, que é assim que está previsto.

Portanto, se este diploma for aprovado, como esperamos, os contratos serão assinados já ao abrigo dele.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu gostaria de responder à sua pergunta, mas não a percebi. Houve um ruído qualquer e não a percebi.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Membros do Governo:

Em relação àquilo que o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (só para fazer aqui um aparte) referiu, um aparte no sentido de dizer-lhe que o Sr. Deputado disse que nós devemos aqui, que somos sempre do contra e votamos sempre contra tudo, portanto, para lhe dizer que nós votámos a favor deste diploma, em 2009.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exatamente, consensualizado pelo Partido Socialista!

Deputado Bruno Belo (PSD): Está fora de jogo, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, foi consensualizado pelo Parlamento Regional, por todas as forças políticas aqui presentes. Portanto, não somos nós que estamos contra, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vamos fazer uma substituição aí na bancada!

O Orador: Sr. Secretário Regional, em relação ao outro assunto. Nós, o PSD vai apresentar aqui uma proposta de alteração, tem a ver com a questão, nomeadamente o artigo 20º, relativo à atividade de treino e competição dos escalões de formação, precisamente sobre isso que nós falámos agora, em que o PSD defende que deve manter-se a legislação que está em vigor, nomeadamente do apoio determinado, processado em condições, precisamente em condições iguais em duas *tranches*.

Portanto, para dar nota à câmara que nós vamos apresentar uma proposta de alteração neste sentido e com isso dizer-lhe que o Sr. Secretário, ao alterar esta legislação, precisamente neste artigo, artigo 20º, digamos que dá aqui um poder discricionário ao Governo Regional. Ou seja, o Governo Regional, com este artigo e com esta alteração que pretende fazer, nomeadamente a este artigo, que refere que o “apoio determinado é processado nas condições a fixar no respetivo contrato-programa”, ou seja, fica à descrição do Governo Regional o quando do pagamento e da transferência para os clubes.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso, no nosso entender, é mau, porque os clubes preparam a sua época desportiva e precisam de saber com que é que podem contar no início da sua época e no final da sua época.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exatamente! Muito bem!

O Orador: E nós sabemos que com a atual legislação que está em vigor, os clubes podem contar com 50% no início e 50% a chegar ao fim da época.

Com a legislação que os senhores pretendem alterar, os clubes não sabem com que é que podem contar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: ... e digamos que é um pouco à escolha do freguês. O Governo Regional gosta do clube A ou do clube B, pois será os 40 ou 50 ou 60% logo de início e os restantes serão para o fim.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os clubes desportivos vão ficar como os fornecedores da saúde!

O Orador: Os clubes desportivos, digamos, que são enteados, vão receber, se calhar, 20 ou 30% à partida e depois os outros 70 ou 80% hão de receber para o fim da época.

É precisamente por isso que nós pretendemos manter a legislação da maneira que está.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, o Sr. Secretário nem tem a consciência do dramático que é não perceber a pergunta à primeira para quem só tem um minuto para lhe fazer uma pergunta.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Peço desculpa, mas não ouvi!

(Risos do Deputado Luís Rendeiro)

O Orador: Mas o que eu lhe quero dizer, a minha pergunta foi: se no atual quadro legal (as associações desportivas inscritas nas federações desportivas internacionais) este apoio está ou não está previsto; se no atual quadro legal o apoio às associações desportivas inscritas nas federações internacionais está previsto e os desenvolvimentos que depois têm ao longo do diploma.

Já lhe digo, porque eu não tenho oportunidade de voltar a responder, que não está previsto, Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (PS): Então por que é que faz a pergunta?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito breve a minha intervenção, só apenas para também já anunciar (já o tinha feito, volto a reforçar essa ideia) que o PS também propõe uma alteração ao artigo 20º e para reformular o texto, sendo que o pagamento seria feito no mínimo em duas prestações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Ah! No mínimo!

O Orador: Explico a alteração, mas também gostava de utilizar a palavra freguês,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O que é que isso significa, no mínimo?

O Orador: ... utilizada pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, para lhe dizer e dizer aqui, nesta casa, que não é uma questão de freguês A, freguês B, clube A ou clube B. Isso era no passado, em 95, em 94.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Agora é regulamentado de acordo com o Plano de Desenvolvimento Desportivo, de acordo com a assinatura de um contrato-programa e de acordo com os relatórios e os resultados dos próprios contratos-programa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: Com esta alteração pensamos que favorecemos claramente os clubes que trabalham verdadeiramente na formação dos nossos jovens na região, e há aqui vários dirigentes desportivos e também penso que sabem que, ao longo da assinatura dos contratos-programa e da apresentação dos relatórios, há clubes que depois têm que devolver dinheiro, porque não cumpriram os objetivos.

Penso que fica acautelado com esta reformulação do texto e também penso que a questão colocada pelo PSD de manter a questão dos 50% fica, de alguma forma, prejudicada com a nossa alteração do artigo 20º.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! O que é que quer dizer “no mínimo”?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor devia explicar o que significa no mínimo!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sra. Presidente, era só para responder à pergunta do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que, efetivamente, eu não tinha ouvido.

Sr. Deputado, os apoios são concedidos de acordo com a lei e são concedidos também de acordo com as regras e com as características organizacionais de cada um dos movimentos associativos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Artigo 7º!

O Orador: Se a proposta que V. Ex.^a apresenta for legal do ponto de vista do nosso quadro, quer a nível nacional, quer a nível regional, com certeza que esse tipo de equipa que o Sr. Deputado chama de seleção regional será apoiada, porque obedecerá à lei...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, vai aprovar a minha proposta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): As seleções regionais são apoiadas, Sr. Deputado!

O Orador: ... que entretanto define.

Como?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, vai aprovar a minha proposta!

O Orador: Eu não voto, Sr. Deputado, aqui.

Portanto, as dúvidas que eu levantei já as levantei em sede de comissão, estão no relatório da comissão. Agora, esta Assembleia é soberana para aprovar aquilo que entende.

A única coisa que eu posso dizer é que se esse tipo, que seria uma novidade, de equipa, de seleção regional tiver cobertura legal na lei nacional e na lei regional, não há qualquer obstáculo a que sejam concedidos os apoios nos termos, repito, da lei.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescindi.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ainda?!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tem que aprender a gerir o tempo como eu, Sr. Deputado.

Eu gostava de dizer-lhe o seguinte. Tive uma boa notícia. A resposta do Sr. Secretário é de que, do ponto de vista político, não existe, por parte do Governo dos Açores, nenhuma oposição à criação de seleções desportivas açorianas.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu não disse isso!

O Orador: O que acabou de dizer foi isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não foi, não!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi!

O Orador: E, portanto, isso significa que as minhas alterações serão aprovadas pelo Partido Socialista. Não há outra conclusão possível.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há outra conclusão possível.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Paulo Estêvão gostava!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu ficava contente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pelo que vamos passar à votação do diploma.

(Pausa)

Vamos começar com a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR, na generalidade, foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para estar a câmara em sintonia na votação na especialidade, eu irei colocar à votação todos os artigos, todas as propostas de alteração ao diploma que está em vigor, incluindo, naturalmente, as do Governo, e depois colocaria à votação o artigo 1º da proposta com todas as alterações que lhe foram introduzidas.

Penso que esta metodologia está correta.

Vamos, então, começar com a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 7º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, muito breve.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É apenas para referenciar que, no artigo 7º, a proposta que o PPM apresenta tem um pequeno lapso. Se vier a ser aprovada, o que será aprovado é, não as seleções desportivas inscritas nas federações desportivas internacionais, mas, sim, as associações desportivas inscritas nas federações desportivas internacionais.

Muito obrigado.

Presidente: A Mesa regista a correção e, caso a proposta de alteração seja aprovada, será tida em consideração em sede de redação final.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta do CDS, proposta de alteração ao artigo 12º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Está, assim, à votação a proposta de alteração da proposta do Governo ao artigo 12º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter...

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, eu creio que acabamos de votar esta... Ah! É a proposta do Governo. Peço desculpa.

Presidente: Portanto, eu coloquei à votação a proposta do CDS para este artigo 12º, foi chumbada, colocaria, agora, a proposta do Governo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Eu não sei se é preciso algum esclarecimento sobre o artigo que estamos a votar? Não.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco, agora, à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 20º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM e 18 votos contra do PSD.

Presidente: O Sr. Deputado Cláudio Almeida pede a palavra para?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Era para dizer que a nossa proposta fica prejudicada!

Presidente: (Só no final da votação. É um acordo que existe).

O Sr. Deputado Cláudio Almeida iria informar aquilo que eu própria vou informar, de que a proposta de alteração para este mesmo artigo, apresentada pelo PSD, fica, assim, prejudicada.

Penso que não necessito de colocar o artigo 20º da proposta do Governo à votação, uma vez que aprovámos a do PSD que lhe introduzia uma alteração aos artigos 7º e 8º e propunha que todo o resto se mantivesse igual.

Portanto, sendo assim, vamos avançar, então, nas nossas votações.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 24º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Burburinho geral)

Presidente: Senhores, estamos a votar. Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco, então, agora, à votação a proposta de alteração ao artigo 24º, que consta do diploma apresentado pelo Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos contra do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Da proposta do Governo, os artigos 25º, 26º, 27º, 29º e 30º não têm qualquer proposta de alteração.

Pergunto à câmara se os posso colocar à votação em conjunto?

Não. Todos em separado?

Coloco, então, todos em separado.

Vamos, então, votar, da proposta do Governo, o artigo 25º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 26º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 27º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP, 1 do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 30º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PPM ao artigo 32º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 42º, que consta da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PPM, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 51º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento apresentada pelo PPM, artigo 51-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 1 do BE, 1 do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 3 do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação a proposta de alteração ao artigo 52º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 55°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 57°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 62°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 74°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 90°.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluimos, assim, as votações aos artigos alterados. Por isso, coloco agora à votação o artigo 1°, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP, 1 do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado Aníbal Pires?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para repetir a votação, Sra. Presidente.

Presidente: Muito bem.

Façam o favor de se sentar novamente.

Está à votação o artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vou colocar agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 3º.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para dar nota da nossa proposta, que visa que entre em vigor para a época desportiva de 2014/2015, por forma a que os clubes possam preparar a sua época desportiva.

Tenho dito.

Deputado Luís Garcia (PSD): Prova dos 9!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está, então, à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 18 a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Coloco, então, agora à votação o artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Pois claro! A legislação que já está sendo aplicada!

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 18 votos contra do PSD, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Está, então, agora à votação o artigo 4º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Votação final global.

A proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 3 do CDS-PP, 1 do BE, 1 voto contra do PCP, 1 do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está concluído, assim, o ponto 7 da nossa Agenda.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD abstém-se nesta votação.

Desde logo, devo anunciar que este documento vem valorizar, como é óbvio, as camadas jovens e a aposta no atleta da Região Autónoma dos Açores, nos escalões formados, nos atletas formados na Região Autónoma dos Açores e nos nossos clubes.

Também devo dizer que, para além disso, este diploma, como referi no início, vem apoiar o desporto adaptado, o que é louvável também, e é bom e benéfico para os nossos atletas que o praticam.

Também devo dizer que, de facto, há aqui, com estes apoios e com algumas majorações que vão neste sentido, depois, clubes que não vão conseguir cumprir com os requisitos para a majoração, logo, vão-lhes ser cortadas algumas verbas nos apoios a lhes serem atribuídos.

Para além disso, devo referir aqui que fica patente neste diploma também que o Governo Regional fica com um poder discricionário para atribuir os apoios como desejar e a quem desejar, da melhor forma.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A quem desejar?

O Orador: Ou seja, digamos que com a aprovação deste documento o Governo Regional pode apoiar, no início da época, a percentagem que quiser e que entender aos clubes que entender e, no final da época, a percentagem que entender aos clubes que entender.

Para além disso, a nossa proposta visava que este diploma entrasse em vigor na época 2014/2015, o que lamentavelmente não foi aprovado aqui, nesta casa, porque nós entendemos que os clubes necessitam de tempo para preparar as suas épocas, de tempo para contratar os seus jogadores, os seus atletas e dirigentes e comitivas, por forma a obterem bons resultados no final da época. Isto não foi aceite aqui pela câmara, lamentavelmente,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Pelo PS!

O Orador: ... pois os clubes vão ter que preparar toda a época à pressa, vão ter que preparar toda a época em cima do joelho, como se diz na gíria,...

Deputado Berto Messias (*PS*): Na gíria! Qual gíria!

O Orador: ... e digamos mais que o ónus da questão ficará sobre o Partido Socialista, que foi o único que votou contra a nossa proposta neste Parlamento.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos, então, continuar.

Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para?

Peço desculpa. O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues pediu a palavra para uma declaração de voto. Peço desculpa de não lhe ter dado a palavra.

Tem a palavra agora, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma declaração de voto.

Com a aprovação destas alterações a este diploma, mais uma vez quero reforçar a aposta que é feita na formação,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... na formação dos nossos jovens,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... quer do desporto federado, quer também do desporto adaptado, também valorizando esta área numa aproximação justa ao desporto dito normal. Também gostava de referir que...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o outro como é que se chama?

O Orador: ... é fixado em contrato-programa a questão das comparticipações, da fixação das comparticipações e da atribuição de prestações.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM votou contra e votou contra porque, concordando com alguns aspetos do diploma, nomeadamente a questão da formação, a questão de privilegiar os atletas açorianos no âmbito e no contexto dos apoios a conceder aos clubes e às associações, nós consideramos que também a votação por parte do Partido

Socialista inviabilizou a criação de seleções desportivas açorianas. E, portanto, nesse sentido, nós votámos contra.

O que foi curioso no âmbito deste debate é que a votação não correspondeu, de forma alguma, àquilo que foi dito. Eu imagino que quem estava a ouvir o debate, quem estava a ouvir e a seguir em direto este debate deve ter ficado tão confuso como eu fiquei.

Deputado José San-Bento (PS): Não, foi só o senhor!

O Orador: Porque disse o Sr. Secretário Regional (eu já termino, Sra. Presidente - só estou a falar há 30 segundos) que não tem nada a opor.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sr. Deputado, eu não disse isso!

O Orador: Seleções desportivas. Se as associações se inscreverem nas federações desportivas internacionais, nós, o Governo dos Açores, não temos nada a opor.

Eu cheguei à conclusão que depois daquele discurso feito pelo Sr. Secretário Regional e pelo Governo, veiculando a opinião do Governo, que a seguir, quando o PPM propõe, precisamente,...

Deputado José Ávila (PS): O Sr. Secretário não vota!

O Orador: Então, se não tem nada a opor, terá que dar os apoios respetivos, terá que prever que as associações desportivas que venham a inscrever-se nas federações internacionais possam receber os apoios como recebem os clubes.

O que é que aconteceu? A proposta foi chumbada depois do Sr. Secretário ter concordado que sim, que não tinham nada a opor e, portanto, da parte do Governo Regional não seria nenhuma oposição.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma desautorização da bancada!

O Orador: Portanto, existe aqui uma total dissonância entre o que foi dito e o que foi votado. O que foi dito foi uma coisa e o que foi votado foi uma coisa completamente diferente daquilo que foi dito.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma desautorização!

O Orador: E, portanto, neste sentido, meus senhores, a conclusão a que eu chego é que na política tem que se ter coragem e dizer as coisas com frontalidade.

Os senhores, o Partido Socialista quer ou não quer promover a criação de seleções desportivas açorianas e, no caso de elas virem a ser criadas, dá-lhes ou não lhes dá (termino, Sra. Presidente, 10 segundos) o apoio financeiro que é exigível para que possam participar nas provas internacionais?

A resposta do Partido Socialista foi não, a resposta do Governo foi sim. E, portanto, nesse sentido, é óbvio que, inviabilizando a proposta do PPM para a criação das seleções desportivas, nós teríamos que votar contra.

Mas, e termino, Sra. Presidente, vou continuar a insistir nesta questão, que acho que é um caminho essencial para a autonomia dos Açores. Também no desporto os Açores têm que se afirmar com força, com autonomia, de forma independente, e este é um caminho que nós temos que trilhar, como já estamos a trilhar nas outras matérias que são fundamentais para a afirmação dos Açores.

Presidente: Oh, Sr. Deputado, lá se vai o microfone. *(Risos)*

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta declaração de voto e porque o meu tempo foi escasso, procurar desfazer aqui alguns equívocos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O seu tempo foi igual ao dos outros!

O Orador: Aquilo que o diploma ou as alterações que foram introduzidas ao diploma trazem são algumas melhorias ao nível do desporto adaptado e ao nível do desporto de alto rendimento ou de alta competição.

Deputado José Ávila (PS): Boa!

O Orador: O resto, que é aquilo que mais preocupa os clubes, e ao contrário do que o Partido Socialista tentou demonstrar durante a tarde, não vem favorecer a formação dos atletas na região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem razão, Sr. Deputado!

O Orador: As alterações que foram introduzidas ao diploma, aquilo que vêm fazer é criar mais exigências aos clubes para acederem às majorações da utilização de atletas formados na região. E, portanto, o que se está aqui a criar, ou o que se criou aqui, hoje, foram mais dificuldades para os clubes. Isso nem favorece a formação e vai criar mais dificuldades financeiras aos clubes, porque a exigência para atingir a majoração elevou-se e foi isso que efetivamente aqui se passou e é isso que os clubes desportivos, durante esta época, já a época que está a decorrer (que depois ainda tem mais este contrassenso de estarmos já com uma época a decorrer e estarmos a alterar as regras do jogo)...

Incompreensivelmente, o Partido Socialista nem sequer aprovou a proposta do PSD que remetia a entrada em vigor para a próxima época, portanto, de modo a que os clubes se preparassem para estas novas dificuldades que, hoje, o Partido Socialista introduziu. Mais dificuldades para a já difícil situação financeira que vivem os clubes desportivos na Região Autónoma dos Açores. E eu não estou a falar dos grandes clubes, estou a falar dos pequenos clubes e das modalidades de pavilhão, que têm imensas dificuldades e que vivem do voluntariado, quer dos seus dirigentes, quer dos seus atletas, e é isso que se está a fazer. Está a introduzir-se mais dificuldade ao elevar o nível da exigência para aceder às majorações pela utilização de atletas açorianos. Não são atletas açorianos, são atletas formados na região. E isso vai penalizar os clubes. E foi isso que o Partido Socialista hoje, aqui, fez: foi criar mais dificuldades aos clubes e não promover a formação de atletas pelos clubes desportivos da região.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declarações de voto.

Sra. Deputada Zuraida Soares, agora, sim, tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e, considerando o nosso horário, vamos encerrar por hoje os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10.

Uma boa noite para todos.

Eram 19 horas e 44 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*